

SEE

Relatório

2008



Ministério das Finanças e da Administração Pública

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS



Ministério das Finanças e da Administração Pública

“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2008”

é uma publicação da

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19
Presença na Internet: www.dgtf.pt
E-mail: tesouro@dgtf.pt



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

A publicação do Relatório do Sector Empresarial do Estado (SEE) de 2008 marca o terceiro ano consecutivo de divulgação de dados anuais sistematizados sobre as empresas, e consolida, assim, o caminho que tem vindo a ser percorrido no sentido de aumentar a transparência e o rigor na gestão das empresas públicas (EP).

Este facto é valorizado por várias instituições internacionais como a UE, a OCDE, e o FMI, que reconheceram já o importante trabalho realizado, resultante da reforma legislativa e regulamentar levada a cabo e assente nas seguintes medidas:

- a) Modernização do modelo de gestão das empresas do SEE, aproximando-o – ou indo além, nalguns casos – das melhores práticas do sector privado. Para o efeito, (i) através do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, foi alterado o Código das Sociedades Comerciais, com especial ênfase para a reforma dos regimes de fiscalização, adequando-os à dimensão e complexidade das empresas; (ii) reviu-se o regime jurídico das empresas públicas (Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto), tendo em vista o reforço dos mecanismos de controlo financeiro e dos deveres especiais de informação das empresas públicas, a definição de orientações de gestão segundo três níveis, bem como a adopção de estruturas de gestão e de fiscalização em função da dimensão e complexidade das empresas; (iii) definiram-se os Princípios de Bom Governo das Empresas Públicas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março); (iv) aprovou-se o novo Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março), estabelecendo mesmo um regime mais exigente que o aplicável no sector privado.
- b) Incremento do nível de exigência e transparência na relação entre o accionista e as empresas do SEE. Neste sentido, definiram-se critérios mais exigentes de reporte de informação (Despacho n.º 14277/2008, de 14 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças) e de aferição do desempenho económico-financeiro, tendo por referência as orientações estratégicas previamente definidas pelo accionista (Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril), que fixam, ao nível da empresa, objectivos de performance que servem de base aos 24 acordos de gestão já fixados com as principais empresas públicas, e à avaliação quantificada do desempenho da gestão.
- c) Reforço da estrutura institucional de acompanhamento e controlo financeiro por parte do Estado, no exercício das suas funções accionista e de concedente em Parcerias Público-Privadas (PPP): criação do Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado das Parcerias Público-Privadas e das Concessões (GASEPC) e aprovação da nova lei orgânica da DGTF – Direcção Geral do Tesouro e Finanças (Decreto Regulamentar n.º 21/2007, de 29 de Março, e Despacho n.º 936/07-SETF, de 24 de Setembro).

O presente Relatório do SEE evidencia, assim, os resultados já alcançados. Mas a par dele, merecem ser sublinhados dois importantes relatórios complementares, que são, pela primeira vez, objecto de divulgação simultânea: (i) o Relatório de Avaliação sobre os Princípios de Bom Governo; e (ii) o Relatório sobre as PPP. Em ambos os casos, tratam-se já dos primeiros resultados da reestruturação levada a cabo na DGTF, e da criação do GASEPC.

Concluído o enquadramento global do SEE e das PPP, cabe agora consolidar a sua implementação. Neste sentido, terá lugar brevemente a entrada em funcionamento de um novo sistema de reporte de

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

informação económica e financeira relativa às Empresas Públicas e às PPP (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira – SIRIEF), que permitirá otimizar o processo de recolha e análise da informação; tornar mais eficaz o processo de comunicação entre o Estado – na sua qualidade de accionista ou concedente – e as empresas; e reduzir a periodicidade de divulgação de relatórios, que passará a ser trimestral já a partir do próximo ano.

Globalmente, os resultados apresentados encerram duas realidades muito diferentes, que traduzem a heterogeneidade do SEE e que, muitas vezes, coexistem na mesma empresa: (i) actividades de serviço público, por natureza deficitárias e dependentes de apoios públicos; e (ii) actividades “mercantis”, para as quais existem condições de mercado viabilizadoras de uma gestão auto-sustentada e lucrativa. Neste sentido, deve a orientação do accionista Estado manter o rumo que tem vindo a ser seguido: no primeiro caso, prosseguir com o desenvolvimento dos trabalhos tendentes à contratualização do serviço público e respectivas contrapartidas, pautada por critérios de qualidade e eficiência; no caso das actividades mercantis, reforçar a orientação para a maior eficiência e rentabilidade das mesmas.

Mas também a composição da carteira do SEE tem vindo a sofrer importantes alterações. Para o efeito, (i) foram identificadas participações minoritárias e não estratégicas que devem (e têm vindo a) ser alvo de alienação (carteira acessória); (ii) empresas de grande relevância têm vindo a ser devolvidas ao sector privado, no decurso dos processos de reprivatização, e em obediência à subsidiariedade da iniciativa económica pública; e (iii) novas entidades empresariais, integradas no sector da Saúde, correspondendo a um importante passo de “empresarialização” de Hospitais, bem como no âmbito da gestão de serviços partilhados promovida pelo Programa da Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e traduzida na criação da GeRAP – Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E.P.E e da ANCP – Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E.. Com a GeRAP espera-se alcançar volumes significativos de poupança na Administração Pública através de uma gestão centralizada de serviços de suporte e do adequado emprego do pessoal em situação de mobilidade. A ANCP, criada com o objecto de gerir o Sistema Nacional de Compras Públicas e o Parque de Veículos do Estado, procede ao lançamento em 2008 de quinze concursos para a celebração de contratos-quadro.

Assim, apesar do esforço de racionalização que tem vindo a ser feito (-7% de empresas face a 2005), no sentido da redução do peso do SEE não-Saúde no PIB (-10%) e no Emprego (-6%), há que continuar no caminho das privatizações, concluindo o Programa já aprovado pelo Governo.

Relativamente ao desempenho do SEE em 2007, podemos considerá-lo muito encorajador, na medida em que, excluindo a Parpública (tendo em conta o efeito “extraordinário” das mais valias de privatizações que se verificaram em 2006 e não se repetiram no mesmo grau em 2007), a performance operacional das empresas públicas não financeiras – sem contar com subsídios e indemnizações compensatórias – melhorou 25% e os resultados líquidos cresceram 14%.

Este desempenho foi possível mesmo num ano em que se alargou a carteira do SEE a um conjunto de hospitais “empresarializados” (por transferência do Sector Público Administrativo) que, comparativamente com outros sectores, têm apresentado rentabilidades mais baixas. Todavia, deve sublinhar-se o notável resultado no sector da Saúde, que permitiu combinar um importante aumento da produção (medida pelo número de consultas e intervenções) com um significativo crescimento nos resultados (cerca de 49% de Resultados Líquidos e 34% de Resultados Operacionais, em base comparável).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

À semelhança do acontece no conjunto da economia portuguesa, também o SEE se confronta com um importante desafio de aumento de produtividade. O incremento de produtividade alcançado em 2007 nas empresas públicas não financeiras, ainda que ligeiramente positivo, isolando o efeito da inflação, não permite qualquer atitude de acomodação, pelo que importa trabalhar com as empresas no sentido da sua melhoria.

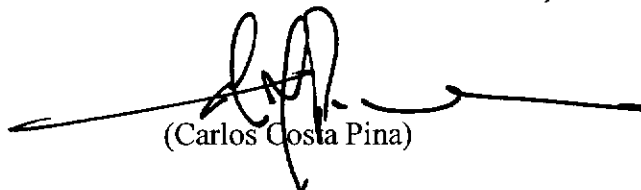
Em matéria de endividamento, verifica-se que as empresas não financeiras do SEE aumentaram a sua dívida total em ~3.300M€, o que, num contexto de subida das taxas de juro e de consolidação orçamental, aconselha a uma rigorosa racionalização do investimento, adequando-o à capacidade de endividamento das empresas e de apoio por parte do Estado. Note-se, no entanto, que apesar do aumento do nível de endividamento, não foi posto em causa o equilíbrio patrimonial do SEE globalmente considerado.

Por fim, importa salientar que, mesmo num contexto de consolidação orçamental, o Estado aumentou em 90% o seu esforço financeiro líquido de dividendos, que aumentaram cerca de 4%, provenientes de empresas geradoras de bons resultados e sem agravamento do rácio de resultados distribuídos. Entre os destinatários do esforço financeiro do Estado, a Saúde beneficiou do maior aumento de investimento junto de empresas não financeiras (150 M€ de dotações de capital para os “hospitais-empresa”). Paralelamente, foi possível manter a orientação definida no passado, no sentido da continuada correcção das assimetrias entre o esforço financeiro do Estado e o peso do subsector empresarial que dele beneficia. Neste sentido, prosseguiu-se estratégia de redução do peso das indemnizações compensatórias para o sector da Comunicação Social, ainda pautadas por compromissos passados e desproporcionadas face à dimensão deste subsector no SEE (apenas cerca de 6% da carteira). Em contrapartida, aumentaram em 9,2% as indemnizações compensatórias dirigidas ao sector dos Transportes (que representa cerca de 24% da carteira), percentagem que se eleva para 16%, se não considerarmos o grupo TAP.

Em conclusão, a evolução globalmente positiva encoraja a continuação do ímpeto reformador, sendo o ano de 2008 marcado por uma ambição renovada de excelência na execução das reformas lançadas (porventura o maior desafio) em todo o universo do SEE: maximização dos resultados financeiros; maior aderência aos Princípios de Bom Governo; reforço do acompanhamento e controlo financeiro das empresas; alargamento do âmbito das empresas com gestão por objectivos contratualizada; e contratualização da prestação do serviço público e das respectivas contrapartidas, sem esquecer o papel complementar e estratégico de apoio ao investimento público, essencial ao desenvolvimento do País e ao crescimento da economia nacional, especialmente importante na actual conjuntura económica e financeira internacional.

Lisboa, 23 de Julho de 2008

O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças



(Carlos Costa Pina)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da actividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidas.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 5 |
| 2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO | 8 |
| 2.1. Carteira Actual de Participações Directas do Estado / DGTF | 8 |
| 2.1.1. Participações Relevantes | 8 |
| 2.1.2. Carteira Acessória | 11 |
| 2.2. Alterações da Carteira de Participações | 11 |
| 2.2.1. Liquidação e Dissolução de Empresas | 12 |
| 2.2.2. Alienação de Participações | 14 |
| 2.3. Direitos especiais detidos pelo Estado | 14 |
| 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF | 14 |
| 3.1. Apreciação Global | 14 |
| 3.2. Por sectores de Actividade | 20 |
| 3.2.1. Comunicação Social | 20 |
| 3.2.2. Gestão de Infra-estruturas | 23 |
| 3.2.2.1. Infra-estruturas aéreas | 23 |
| 3.2.2.2. Infra-estruturas ferroviárias | 25 |
| 3.2.2.3. Infra-estruturas portuárias | 28 |
| 3.2.2.4. Infra-estruturas rodoviárias | 32 |
| 3.2.2.5. Outras infra-estruturas | 34 |
| 3.2.3. Serviços de Saúde | 37 |
| 3.2.4. Serviços de Utilidade Pública | 41 |
| 3.2.5. Transportes | 44 |
| 3.2.6. Parpública | 49 |
| 3.2.6.1. Actividade de gestão de participações em empresas | 50 |
| 3.2.6.2. Actividade de gestão de património imobiliário | 50 |
| 3.2.6.3. Situação económica e financeira | 51 |
| 3.2.6.4. Situação patrimonial | 52 |
| 3.2.7. Requalificação Ambiental | 54 |
| 3.2.8. Capital de Risco | 56 |
| 3.2.9. Outros sectores | 59 |
| 3.2.10. Empresas Sedeadas no Estrangeiro | 64 |



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 4. | EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS | 65 |
| 4.1. | Grupo Caixa Geral de Depósitos | 66 |
| 5. | INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE | 74 |
| 5.1. | Investimento Público directo do SEE | 74 |
| 5.2. | Financiamento Global das EPNF | 77 |
| 6. | ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO | 83 |
| 6.1. | Indemnizações Compensatórias / Subsídios | 84 |
| 6.2. | Dotações de Capital | 86 |
| 6.3. | Assunção de Passivos e de outras responsabilidades financeiras | 86 |
| 6.4. | Empréstimos | 87 |
| 6.5. | Garantias Prestadas | 88 |
| 6.6. | Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário | 89 |
| 6.7. | Receitas geradas por privatizações | 91 |
| 7. | PESO DO SEE NA ECONOMIA | 93 |
| 7.1. | Peso no Produto Interno Bruto | 93 |
| 7.2. | Emprego | 94 |
| 8. | ANEXOS | 95 |
| 8.1. | Carteira Principal em 2006 e 2007 | 95 |
| 8.2. | Outras Participações (carteira acessória, fundos e empresas em liquidação) | 98 |
| 8.3. | Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2007 | 100 |
| 8.4. | Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2006 | 101 |
| 8.5. | Balanço das EPNF por sectores – 2007 | 102 |
| 8.6. | Balanço das EPNF por sectores – 2006 | 103 |
| 8.7. | Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2006-2007 | 104 |
| 8.8. | Balanço das EPF – Grupo CGD - 2006-2007 | 105 |
| 8.9. | Conclusões do Relatório de Avaliação Global do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Estado | 106 |

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOUREIRO E FINANÇAS

Conceitos e Abreviaturas Utilizadas

| Abreviatura – Conceito | Significado |
|---------------------------------------|--|
| A | |
| ACT | Acordo Colectivo de Trabalho |
| ARF | Acordo de Reestruturação Financeira |
| ARS | Administração Regional de Saúde |
| Autonomia Financeira | Capital próprio/Activo líquido |
| B | |
| C | |
| CGA | Caixa Geral de Aposentações |
| CGD | Caixa Geral de Depósitos |
| CMVM | Comissão do Mercado de Valores Mobiliários |
| CR | Capital de Risco |
| C.R.L. | Cooperativa de Responsabilidade Limitada |
| D | |
| DL | Decreto-Lei |
| DGTF | Direcção-Geral do Tesouro e Finanças |
| E | |
| E.P.E. | Entidade Pública Empresarial |
| EPF | Empresas Públicas Financeiras |
| EPNF | Empresas Públicas Não Financeiras |
| Estrutura Patrimonial | Capitais permanentes/Activo fixo |
| F | |
| FCR | Fundos de Capital de Risco |
| FIQ | Fundo de Investimento para Investidores Qualificados |
| FRDP | Fundo de Regularização da Dívida Pública |
| G | |
| GCPP | Gabinete Coordenador do Programa Polis |
| H | |
| I | |
| IAPMEI | Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento |
| IAS | Normas Internacionais de Contabilidade |
| IFRS | Normas Internacionais de Relato Financeiro / Normas |
| IGF | Inspeção-Geral de Finanças |
| J, K | |
| L | |
| L. ^{da} | Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada |
| Liquidez Reduzida | Caixa e Depósitos em bancos centrais/Passivo financeiro |

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

| Abreviatura – Conceito | Significado |
|---------------------------------------|--|
| M | |
| m€ | Milhares de euros |
| M€ | Milhões de euros |
| N | |
| O | |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| OE | Orçamento do Estado |
| P | |
| PE | Plano Estratégico |
| PIB _{pm} | Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado |
| PIDDAC | Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central |
| PK | Passageiros x Km |
| PME | Pequenas e Médias Empresas |
| POC | Plano Oficial de Contabilidade |
| POCMS | Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde |
| PRIME | Programa de Incentivos à Modernização da Economia |
| Q, R | |
| QCA | Quadro Comunitário de Apoio |
| RCM | Resolução do Conselho de Ministros |
| S | |
| S.A. | Sociedade Anónima |
| S.A.R.L. | Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada |
| SCR | Sociedade de Capital de Risco |
| S.C.R.L. | Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada |
| SEE | Sector Empresarial do Estado |
| S.G.P.S. | Sociedade Gestora de Participações Sociais |
| SNS | Serviço Nacional de Saúde |
| Solvabilidade | Capitais próprios/Passivo |
| Solvabilidade bruta | Fundos próprios/Activo líquido |
| SPA | Sector Público Administrativo |
| T, U | |
| V | |
| VAB _{cf} | Valor Acrescentado Bruto valorizado ao custo dos factores |
| VAB _{pm} | Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado |
| W, X, Y, Z | |



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

1. INTRODUÇÃO

Prosseguindo a prática que tem vindo a ser seguida pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), publica-se o Relatório do Sector Empresarial do Estado – 2008, visando disponibilizar aos agentes económicos e ao público em geral os resultados da análise do desempenho económico e financeiro das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), relativamente ao exercício de 2007. O trabalho desenvolvido teve por base informação coligida a partir dos relatórios e contas e relatórios de sustentabilidade das empresas e do acompanhamento efectuado pela DGTF ao longo do ano económico.

O exercício de 2007 decorreu num ambiente reformador do governo das sociedades, tendo sido aprovados os seguintes diplomas que alteraram o enquadramento do SEE:

- O Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, que alterou o Código das Sociedades Comerciais, denotando uma especial atenção relativamente às boas práticas de governo e à organização interna das empresas;
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, estendendo a este sector as melhores práticas internacionais na área do governo das sociedades, necessárias ao alcance de elevados níveis de desempenho. No domínio dos princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado são de realçar: (i) o estabelecimento de missão e objectivos para cada empresa e a avaliação do seu cumprimento; (ii) o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade económica, ambiental e social; (iii) a segregação entre as estruturas de administração e de fiscalização; (iv) a emissão de um relatório anual de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos; (v) a auditoria das contas anuais de empresas de maior dimensão ou complexidade; (vi) a implementação de sistemas de controlo interno;
- O Decreto Regulamentar n.º 21/2007, de 29 de Março, que aprovou a orgânica da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, tendo adoptado um modelo estrutural misto, permitindo a existência de estruturas matriciais, assentes em equipas multidisciplinares, nas áreas de actividade relativas às participações do Estado e ao acompanhamento das parcerias público-privadas e das concessões;
- O Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que aprovou o novo Estatuto do Gestor Público, assente nas seguintes linhas gerais: (i) aproximação do gestor público da figura do administrador de empresas privadas, tal como regulado na lei comercial; (ii) atribuição de relevo ao regime de incompatibilidades, à avaliação de desempenho, à determinação de



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

remunerações, à definição do regime de segurança social aplicável e à observância das regras de ética; (iii) consagração do princípio da contratação da gestão assente em objectivos quantificados, dependendo a remuneração do cumprimento destes objectivos; (iv) fixação das remunerações dos gestores públicos, tomando como base a distinção entre gestores executivos e não executivos, sendo a remuneração variável aplicável somente aos gestores com funções executivas; (v) limitação da cumulação de funções e remunerações; (vi) eliminação de regalias e benefícios respeitantes a planos complementares de reforma;

- O Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, que procedeu à revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado, abrangendo três áreas nucleares: (i) reforço dos mecanismos de controlo financeiro e dos deveres especiais de informação das empresas públicas; (ii) definição de orientações de gestão segundo três níveis: orientações estratégicas para todo o sector empresarial do Estado; orientações gerais destinadas a um dado sector de actividade; e orientações específicas para cada empresa; (iii) adopção de estrutura de gestão e fiscalização em função da dimensão e complexidade da respectiva gestão que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização;

- O Despacho n.º 936/07-SETF, de 24 de Setembro de 2007, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que determinou a constituição, no âmbito da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, do Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, das Parcerias Público-Privadas e das Concessões (GASEPC);

Já em 2008 foi dado seguimento às disposições constantes do regime jurídico do sector empresarial do Estado quanto a orientações estratégicas e deveres de informação, através das seguintes disposições legais:

- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de Abril, que aprovou as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do sector empresarial do Estado, assentes nos seguintes eixos: (i) actuação num quadro de racionalidade empresarial, optimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado e respeito por elevados padrões de qualidade e segurança; (ii) promoção do equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respectiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;

- O Despacho n.º 14277/2008, de 14 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças, que determinou, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, que as empresas públicas devem prestar informação, mediante o envio à Inspecção-Geral de Finanças e à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de certos elementos segundo determinados prazos, reforçando, assim, a necessidade de assegurar a contenção da despesa pública e o rigor na gestão dos



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

recursos disponíveis. Os documentos de prestação de contas elaborados pelas empresas do SEE, relativamente ao ano económico de 2007, revelam, do ponto de vista qualitativo, a necessidade de continuar a concentrar esforços tendo em vista a obtenção de um grau satisfatório de aplicação dos princípios de bom governo dirigidos às empresas, não obstante os relatórios de sustentabilidade das empresas de maior dimensão conterem já abundante informação sobre o seu desempenho económico, social e ambiental.

De qualquer modo, embora tratando-se do primeiro ano da sua implementação, os seus efeitos já têm vindo a reflectir-se nos modelos de governo das empresas públicas, no incremento da transparência sobre as respectivas actividades, na disponibilização de informações aos accionistas, aos agentes económicos e ao público em geral, bem como no grau de exigência no cumprimento de orientações estratégicas e de objectivos de gestão.

Assistiu-se ainda a uma transformação profunda no sector das infra-estruturas rodoviárias através da qual foi redefinido o papel do Estado no sector. Para o efeito:

- Foi introduzido o novo modelo de gestão e financiamento, assente num maior aprofundamento da gestão empresarial do sector e num envolvimento de investidores e financiadores privados, em moldes mais competitivos, na transparência dos custos e tarifas aplicadas no sector e o controlo público do desempenho e da eficiência da EP, S.A (Resolução de Conselho de Ministros n.º 89/2007, de 14 de Junho e Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de Novembro);
- Operou-se a separação das funções de regulação (transferidas para o InIR – Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, I.P.) e de operação (Decreto-Lei n.º 148/2007, de 27 de Abril, que estabeleceu o novo regime orgânico do InIR, I. P.);
- A empresa Estradas de Portugal, E.P.E., foi transformada em sociedade anónima, e passou a ter como atribuições a concepção, projecto, financiamento, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional, da qual passou a ser a concessionária geral (Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro).

De referir também as acções empreendidas por alguns grupos empresariais que, no âmbito de processos de reestruturação em curso, redefiniram a sua carteira de participações e reduziram ou alienaram posições não estratégicas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

2. UNIVERSO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO

2.1. Carteira Actual de Participações Directas do Estado / DGTF

Em 31 de Dezembro de 2007, o Estado detinha directamente, através da DGTF, um universo de 156 participações sociais.

Este universo desagrega-se em quatro grupos: Participações Relevantes, Carteira Acessória, Participações em Fundos de Investimento e Capital de Risco, e Empresas em Liquidação.

Quadro 2.1.1

Participações Financeiras do Estado em 31-12-2007

| Natureza jurídica | Participações Globais (1)=(3)+(4)+(5)+(6) | Participações Activas (2)=(3)+(4)+(5) | Participações Relevantes (3) | Carteira Acessória (4) | Fundos Inv. e Capital de Risco (5) | Empresas em Liquidação (6) |
|---------------------------------|--|--|---------------------------------|---------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|
| Sociedades Anónimas | 92 | 67 | 38 | 29 | 0 | 25 |
| Entidades Públicas Empresariais | 46 | 46 | 46 | 0 | 0 | 0 |
| Sociedades por Quotas | 7 | 6 | 0 | 6 | 0 | 1 |
| Cooperativas | 3 | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 |
| Fundos | 8 | 8 | 0 | 1 | 7 | 0 |
| Total | 156 | 129 | 84 | 38 | 7 | 27 |

2.1.1. Participações Relevantes

As **Participações Relevantes** respeitam a empresas do SEE cuja actividade revela interesse estratégico para o Estado ou para a prossecução do interesse público.

Integram este grupo 84 empresas, das quais 38 são Sociedades Anónimas e 46 são Entidades Públicas Empresariais. O valor nominal global destas participações ascendia, em 31 de Dezembro de 2007, a 12 080,1 M€.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

O **Quadro 2.1.1.1** apresenta a agregação destas participações por sectores de actividade, sendo o seu universo apresentado no **Anexo 8.1**.

Apenas as empresas integradas neste grupo de participações serão objecto de análise económica e financeira no presente Relatório.

Quadro 2.1.1.1

Carteira Actual das Participações Directas do Estado/DGTF

Participações Relevantes

Euros

| | Valor Nominal da Participação | |
|---|-------------------------------|-----------------------|
| | 2007 | 2006 |
| Empresas Não Financeiras Nacionais | 8.864.381.923 | 8.720.198.498 |
| Comunicação Social | 758.668.965 | 713.618.965 |
| Gestão de Infra-estruturas | 1.188.959.570 | 1.188.899.465 |
| Aéreas | 99.714.520 | 99.654.415 |
| Ferroviárias | 306.700.000 | 306.700.000 |
| Portuárias | 232.000.000 | 232.000.000 |
| Rodoviárias | 200.000.000 | 200.000.000 |
| Outras | 350.545.050 | 350.545.050 |
| Indústria | 171.875.000 | 171.875.000 |
| Requalificação Urbana | 90.866.000 | 108.600.000 |
| Saúde | 1.389.641.000 | 1.239.900.000 |
| Serviços de Utilidade Pública | 125.656.410 | 236.612.350 |
| Transportes | 2.896.318.020 | 2.896.318.020 |
| Parapública | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 |
| Outros Sectores | 242.396.959 | 164.374.699 |
| Empresas Financeiras Nacionais | 3.110.132.750 | 2.954.133.750 |
| Capital de Risco | 4.133.750 | 4.133.750 |
| Total Nacional | 11.978.648.423 | 11.678.465.998 |
| Empresas Sedeadas no Estrangeiro | 101.456.109 | 118.450.914 |
| Total Global | 12.080.104.533 | 11.796.916.912 |

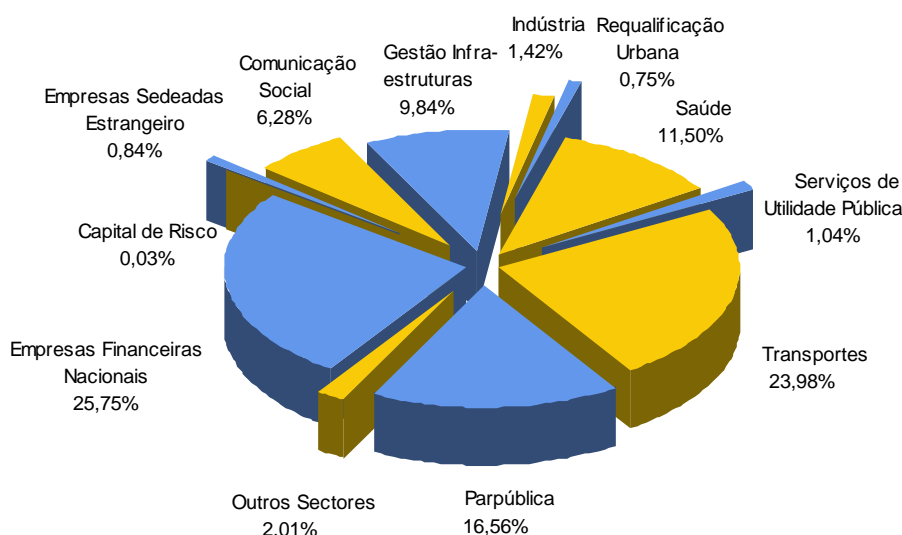
Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

A estrutura das Participações Relevantes por sectores de actividade, apurada em função do valor nominal da participação, é apresentada no **Gráfico 2.1.1.1**.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Gráfico 2.1.1.1

Carteira actual das participações directas do Estado/DGTF
Estrutura de participações por sectores de actividade



O universo destas participações mostra-se bastante diversificado, quer em termos de sectores de actividade, quer em termos de dimensão das empresas detidas. Os sectores financeiro e dos transportes são os que assumem maior expressão, representando, respectivamente, 25,8% e 24,0% dos capitais investidos.

No sector Industrial, que apresenta um peso relativo de apenas 1,4%¹, a presença directa do Estado concentra-se nas áreas reservadas da Defesa e da Exploração de Recursos do Subsolo.

No sector Financeiro, assume especial destaque a participação do Estado na CGD e a criação de uma nova sociedade (SOFID, Sociedade para o Financiamento e Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, SA).

No sector da Saúde, deve referir-se que o ano de 2007 foi marcado pela criação de 4 novas entidades - 1 novo Hospital (Hospital Espírito Santo de Évora, EPE), 2 Centros Hospitalares (C.H. de Coimbra, EPE e C.H. de Vila Nova de Gaia, EPE) e uma Unidade Local de Saúde (U.L.S. do Norte Alentejano, EPE) - e pelo agrupamento e transformação de 7 estabelecimentos hospitalares, que envolveu a fusão de várias unidades hospitalares do SPA,

¹ O sector Industrial foi dos primeiros a ser abertos à iniciativa privada.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

dando origem a 6 entidades públicas empresariais (C.H. de Lisboa Central, EPE; C.H. de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE; C.H. do Médio Ave, EPE; C.H. do Alto Ave, EPE; C.H. do Porto, EPE e C.H. do Tâmega e Sousa, EPE).

2.1.2. Carteira Acessória

A Carteira Acessória integra as participações directas do Estado de reduzida utilidade para a prossecução do interesse público e, em geral, de fraca expressão económica.

Esta carteira, que se apresenta no [Anexo 8.2](#), integra 38 empresas, em 17 das quais a participação do Estado assume um peso superior a 10%. Integram, ainda, esta carteira 6 empresas de responsabilidade limitada, 2 cooperativa e 1 fundo.

No universo da carteira acessória a grande maioria são sociedades anónimas (32), que vieram à posse do Estado por diversos meios. De entre outros, refere-se a liquidação da sociedade ou a extinção do organismo público anteriormente detentor da participação, a dação em pagamento de dívidas fiscais ou conversão de créditos em capital e a prescrição a favor do Estado por abandono ou ausência de herdeiros.

O valor nominal global destas participações, que não são incluídas na análise da situação económica e financeira do SEE desenvolvida nos pontos seguintes, ascendia, em 31 de Dezembro de 2007, a 22,4 M€.

2.2. Alterações da Carteira de Participações

Em 2007 as participações do Estado sofreram alterações por efeito, designadamente, da criação de novas empresas, e liquidação ou transformação de empresas/institutos.

As modificações verificadas, encontram-se sintetizadas no [Quadro 2.2.1](#) o qual reflecte a evolução no período compreendido entre 1-01-2007 e 31-12-2007.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

Quadro 2.2.1

Alterações da carteira de participações

Participações do Estado - síntese evolutiva

| Sector | | Anos | | Entradas | Saídas | Var. |
|---------------------------------------|--------------------------------|------------|------------|--|---|------------|
| | | 2006 | 2007 | | | |
| Participações Relevantes | Saúde | 31 | 34 | Criação Hosp. Espírito Santo Évora C.H. Coimbra C.H. Vila Nova Gaia U.L.S. do Norte Alentejano | | + 3 |
| | | | | Agrupamento e Transformação de 6 estabelecimentos hospitalares, que passaram a integrar 7 das EPEs existentes, tendo ainda, envolvido a fusão com diversas unidades hospitalares do SPA | | |
| | | | | C.H. Lisboa Central C.H. Trás os Montes e Alto Douro C.H. Médio Ave C.H. Alto Ave C.H. Porto C.H. Tâmega e Sousa | H. Santa Maria, EPE C.H. Vila Real/Peso da Régua, EPE H. de São João de Deus, EPE H. da Senhora da Oliveira, Guimarães, EPE H. Geral de Santo António, EPE H. Padre Américo-Vale de Sousa, EPE H. de São Gonçalo, EPE | |
| | Requalificação Urbana | 8 | 4 | | Entrada em liquidação Cacém Polis Chaves Polis Gaia Polis Tomar Polis | - 4 |
| | Outros sectores | 39 | 43 | Criação ANCP, EPE EMA, SA Parque Escolar, SA GeRap, EPE Opart, EPE TNSJ, EPE | Entrada em liquidação Ambelis, SA Portugal Vela, SA | + 4 |
| | Empresas Púb. Financeiras | 2 | 3 | Criação Sofid | | + 1 |
| Carteira Acessória (Out. sectores) | | 39 | 38 | | Redifinação da composição accionista (DL n.º 292/2007) Parques de Sintra - Monte da Lua, SA | -1 |
| Outras Participações | Em Liquidação | 22 | 27 | Entrada em liquidação Ambelis, SA Portugal Vela Saudec, Lda Cacém Polis Chaves Polis Gaia Polis Tomar Polis | Liquidação Concluída Portalegre Polis Diatrada, Lda | + 5 |
| | Fundos Inv. e Capital de Risco | 7 | 7 | Nova participação FCR AICEP Capital Global GPI | Extinção (fusão por incorporação) FIQ API Capital I | 0 |
| TOTAL | | 148 | 156 | | | + 8 |
| Total s/ empresa em Liquidação | | 126 | 129 | | | + 3 |

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

2.2.1. Liquidação e Dissolução de Empresas

No **Quadro 2.2.1.1** pode observar-se que em 2007 se iniciou o processo de liquidação das empresas Cacém Polis, SA, Chaves Polis, SA, Tomar Polis, SA, Gaia Polis, SA e Soc. Portugal Vela 2007, AS, todas elas por ter sido atingido o objectivo para que foram criadas e Ambelis, SA, SAUDEC, Lda. por deliberação dos respectivos sócios.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Assinale-se ainda que no mesmo período ocorreu a finalização do processo de liquidação das empresas DIATRADA, SA e Portalegre Polis, SA.

Quadro 2.2.1.1

Alterações da carteira de participações

Empresas em Processo de Liquidação ou Falência**

| | Início do Processo | Evolução em 2007 |
|---|-------------------------------|-----------------------------|
| Ambelis, SA | 2007 | Iniciado |
| Aveiro Polis, SA | 2006 | Em curso ** |
| Beja Polis, SA | 2004 | Em curso |
| Bragança Polis, SA | 2004 | Em curso |
| Casa da Música/Porto 2001, SA | 2004 | Em curso |
| Cacém Polis, SA | 2007 | Iniciado |
| Chaves Polis, SA | 2007 | Iniciado |
| Coimbra Polis, SA | 2006 | Em curso ** |
| COOPENAVE – Cooperativa Abastecedora de Navios, CRL | | Em curso* |
| Gaia Polis, SA | 2007 | Iniciado |
| GESTNAVE, SA | 2004 | Em curso |
| Leiria Polis, SA | 2006 | Em curso |
| MESSA – Indústria de Precisão, SA | | Em curso* |
| PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, (SGPS), SA | 2004 | Em curso |
| Polis Albufeira, SA | 2006 | Em curso ** |
| Polis Castelo Branco, SA | 2006 | Em curso |
| Polis Covilhã, SA | 2006 | Em curso |
| Polis Guarda, SA | 2005 | Em curso |
| Polis Matosinhos, SA | 2004 | Em curso |
| Polis Vila do Conde, SA | 2005 | Em curso |
| Polis Vila Real, SA | 2005 | Em curso |
| SAUDEC, Lda. | 2007 | Iniciado*** |
| SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, SA | 2000 | Em curso |
| Silves Polis, SA | 2006 | Em curso |
| Sociedade Portugal Vela 2007, SA | 2007 | Iniciado |
| Tomar Polis, SA | 2007 | Iniciado |
| Viseu Polis, SA | 2006 | Em curso ** |

* Liquidações não acompanhadas pela DGTF

** Empresas que entraram em liquidação a 31-12-2006

*** O processo de liquidação iniciou e terminou em 2007



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

2.2.2. Alienação de Participações

No exercício de 2007 procedeu-se à 7ª fase de privatização do capital da EDP, aprovada pelo Decreto-Lei nº 382/2007, de 15 de Novembro e pela RCM nº 176-A/2007, de 3 de Dezembro, e à 1ª fase de privatização da REN, aprovado pelo Decreto-Lei nº 228/2006, de 22 de Novembro e pela RCM nº 73/2007, de 1 de Junho.

Ainda no decorrer do ano 2007, e no âmbito do “Protocolo entre a República de Moçambique e a República Portuguesa Respeitante à Reversão e Transferência do Controlo sobre a HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A.R.L.” assinado em 31 de Outubro de 2006, e de acordo com o deliberado na Assembleia Geral de 27 de Novembro de 2007, Portugal reduziu a sua participação na HCB de 81,6% para 15%. Desta alienação resultou uma receita de 700 M USD (470,6 M€).

Ainda no âmbito da mesma Assembleia Geral e ao abrigo de legislação específica aprovada pelo Estado de Moçambique, os accionistas deliberaram a distribuição extraordinária de reservas de reavaliação não realizadas, que originaram uma receita para Portugal, de 123,5 M USD (83,1 M€).

2.3. Direitos especiais detidos pelo Estado

Em 2007 não se verificaram alterações em matéria de direitos especiais detidos pelo Estado na PT – Portugal Telecom, (S.G.P.S.), S.A., no MP – Metro do Porto, S.A., na NAER – Novo Aeroporto, S.A., na RAVE – Rede de Alta Velocidade, S.A., na AdP – Águas de Portugal (S.G.P.S.), S.A. e suas participadas, na EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro (S.G.P.S.), S.A. e na EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (S.G.P.S.), S.A..

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF

3.1. Apreciação Global

Dadas as limitações impostas pelos referenciais contabilísticos distintos utilizados pelas empresas públicas não financeiras (EPNF) e pelas empresas públicas financeiras, apenas se procedeu à agregação das contas referentes às primeiras, que servirá de base à apreciação global aqui exposta, remetendo-se a apreciação das empresas públicas financeiras para o



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

ponto 4 deste relatório, o qual se debruça, essencialmente, sobre a situação económica e financeira do grupo Caixa Geral de Depósitos.

Por outro lado, o perímetro de agregação das contas das EPNF confina-se à carteira de participações do Estado directas e relevantes, como decorre do **ponto 2.1.1.** deste relatório, a qual inclui as entidades públicas empresariais, cujo capital estatutário é detido directa e integralmente pelo Estado, sociedades anónimas totalmente detidas pelo Estado e sociedades em que o Estado detém, de forma directa ou indirecta, a maioria do capital social, justificando estas últimas que, em paralelo com os indicadores globais, se apresentem também os valores ponderados pelas respectivas percentagens da participação do Estado.

Não obstante se terem observado algumas alterações na composição da carteira de participações do Estado, abordadas no ponto anterior deste relatório, designadamente a criação de 6 novas empresas públicas em diversos sectores de actividade – Agência Nacional de Compras Públicas, EPE; Empresa de Meios Aéreos, SA; Parque Escolar, SA; GeRap, EPE; Opart, EPE e Teatro Nacional de S. João, EPE – e a entrada em liquidação de algumas sociedades, o impacto mais relevante para a análise da situação económica e financeira das EPNF em 2007 residiu na redução da participação directa do Estado na AdP e do processo de empresarialização dos hospitais, de que resultou, em termos líquidos, o aparecimento de 3 novas unidades hospitalares.

Com efeito, a participação directa do Estado na AdP passou de 34,4% em 2006 para 8,8% no final de 2007, em virtude da transferência operada para a PARPÚBLICA em 2007 como compensação de receitas de privatizações entregues ao Estado por aquela empresa, o que representou cerca de 111 M€ a menos em valor nominal, enquanto que o processo de empresarialização dos hospitais traduziu-se num acréscimo de capital no montante de 130 M€.

Por seu turno, a criação de 6 empresas nos diversos sectores acima mencionados representaram, no conjunto, mais 78,4 M€.

Importa mencionar ainda a criação da AICEP Portugal Global, EPE, que resultou do processo de absorção do ICEP Portugal, IP pela API – Agência Portuguesa para o Investimento, EPE com a consequente extinção daquele instituto.

Relevadas as diferenças estruturais da carteira de participações do Estado mais significativas para efeitos da análise económica e financeira do SEE, procederemos agora à apreciação dos três quadros que a seguir se apresentam, os quais reflectem a evolução das situações patrimonial, económica e financeira agregadas do SEE de 2006 para 2007, em termos globais e ponderadas pelas participações directas do Estado em cada empresa.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Contrariamente ao observado de 2005 para 2006, em que o resultado líquido global após interesses minoritários tinha registado uma melhoria significativa, a evolução de 2007 face ao ano transacto foi negativa, tendo-se apurado em 2007 um prejuízo global de 393 M€ (**Quadro 3.1.1**).

Este comportamento foi decisivamente influenciado pelos lucros excepcionalmente elevados registados pela PARPÚBLICA em 2006, não observados em 2007. Com efeito, aquela empresa tinha registado, em 2006, um resultado consolidado de 791,8 M€, correspondendo a uma variação positiva de 627,1 M€ face ao ano transacto, graças aos ganhos da sua actividade corrente como gestora de participadas e aos ganhos financeiros obtidos através de mais-valias em alienações e ajustamentos de valor de activos financeiros, enquanto que, em 2007 baixou para 375,8 M€, ou seja, uma variação negativa de 416 M€ relativamente ao ano anterior.

Expurgado o efeito dos resultados consolidados da PARPÚBLICA em 2006 e 2007, verifica-se que os resultados líquidos globais das EPNF, após interesses minoritários, registaram uma melhoria de cerca de 129,6 M€, como adiante se poderá observar no **Quadro 3.1.2**, sendo de destacar os resultados das empresas do sector da saúde, que se traduziram no desagravamento dos prejuízos em 95,4 M€, ressaltando-se, neste caso, o facto dos universos não serem inteiramente comparáveis dadas as alterações ocorridas no sector, da AdP que inverteu a tendência de resultados negativos, registando em 2007 um lucro, após interesses minoritários, de 7,9 M€ representando uma variação positiva de 40,8 M€ e da CARRIS e da CP que, em conjunto, lograram reduzir os prejuízos em 21,9 M€, contudo anulado no mesmo sector de actividade pelo agravamento do resultado registado pela Metro do Porto.

Quadro 3.1.1
Empresas públicas não financeiras
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | Globais | | | | Ponderados pela Participação do Estado ⁽¹⁾ | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|---------|---|-----------|-----------|----------|
| | 2007 | 2006 | Variação | | 2007 | 2006 | Variação | |
| | | | Absoluta | % | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (353.374) | (395.004) | 41.630 | 10,5% | (355.665) | (369.033) | 13.369 | 3,6% |
| Resultado operacional após subsídios | 162.570 | 243.845 | (81.274) | -33,3% | 148.405 | 265.516 | (117.111) | -44,1% |
| Resultado financeiro | (641.690) | (414.215) | (227.475) | -54,9% | (493.207) | (311.916) | (181.291) | -58,1% |
| Resultado líquido | | | | | | | | |
| Antes de interesses minoritários | (372.523) | (99.555) | (272.967) | -274,2% | (291.741) | 10.230 | (301.971) | -2951,8% |
| Após interesses minoritários | (392.995) | (106.596) | (286.398) | -268,7% | (301.498) | 8.899 | (310.397) | -3488,1% |
| EBITDA | 1.240.617 | 1.167.029 | 73.587 | 6,3% | 865.526 | 927.582 | (62.056) | -6,7% |
| Margem EBITDA | 13,9% | 16,1% | | | 10,8% | 14,0% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGTF e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

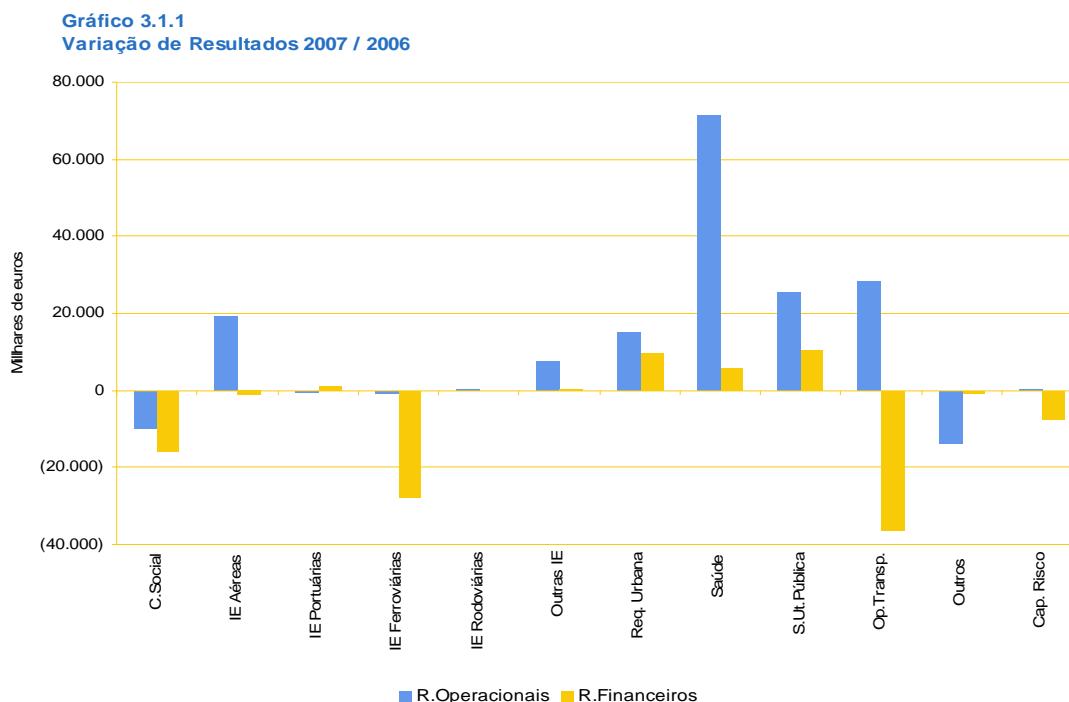
Várias empresas do SEE beneficiaram de subsídios, uns sob a forma de indemnizações compensatórias, outros no âmbito de contratos-programa e apoios financeiros através dos

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

orçamentos dos ministérios que tutelam o sector de actividade onde essas empresas se inserem.

Os prejuízos registados pelas EPNF são determinados essencialmente pelos elevados encargos financeiros suportados por algumas empresas do sector de transportes – REFER, CP, Metro de Lisboa e Metro do Porto – e ainda AdP e RTP, as quais, no conjunto, explicam 74% dos resultados financeiros negativos globais registados.

Por forma a tornar mais evidente os contributos dos resultados operacional e financeiro para a variação do resultado líquido de cada sector, no **Gráfico 3.1.1** evidenciam-se as variações de resultados – operacionais após subsídios e financeiros – registados em 2007, sem a PARPÚBLICA, relativamente ao exercício anterior, por sectores:



Como já se tinha referido, sem a PARPÚBLICA a variação de resultado líquido foi positiva (**Quadro 3.1.2**), sendo notório que perto de 60% das empresas do sector da saúde melhoraram o resultado líquido relativamente ao exercício anterior. Do lado negativo regista-se a variação observada nos sectores da comunicação social, de infra-estruturas ferroviárias e de operadores de transportes, designadamente ao nível dos resultados financeiros.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.1.2

Empresas públicas não financeiras

Variação de Resultados 2007 / 2006 - Por sectores

Milhares de euros

| SECTORES | R.Operacionais | R.Financeiros | R.Líquidos |
|------------------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| C.Social | (9.725) | (15.797) | (11.685) |
| IE Aéreas | 19.444 | (1.201) | 11.660 |
| IE Portuárias | (300) | 901 | (3.550) |
| IE Ferroviárias | (768) | (27.914) | (21.243) |
| IE Rodoviárias | 219 | (2) | 148 |
| Outras IE | 7.578 | 312 | 8.497 |
| Req. Urbana | 15.139 | 9.660 | 25.039 |
| Saúde | 71.442 | 5.469 | 95.358 |
| S.Ut.Pública | 25.430 | 10.166 | 46.627 |
| Op.Transp. | 28.115 | (36.329) | (57) |
| Outros | (13.643) | (916) | (14.934) |
| Cap. Risco | 287 | (7.779) | (6.267) |
| Total sem Parpública | 143.219 | (63.429) | 129.592 |
| Parpública | (224.494) | (164.046) | (415.990) |
| Total de variações das EPNF | (81.274) | (227.475) | (286.398) |

Dado o peso significativo das amortizações, provisões e ajustamentos na estrutura de custos de algumas das empresas públicas, o EBITDA acaba por ter uma expressão positiva (1 240,6 M€), reflectindo, globalmente, uma apreciável capacidade de geração de meios próprios, embora localizada, em boa medida, num pequeno número de empresas, designadamente PARPÚBLICA, ANA, AdP e CTT, mas consumida parcialmente pela função financeira.

A margem do EBITDA registou uma pequena diminuição pelo facto do crescimento do volume de negócios (23%), influenciado sobretudo pelo grupo PARPÚBLICA e pelos hospitais empresa, ter superado largamente a melhoria observada no EBITDA.

Quanto aos resultados ponderados pela participação do Estado em cada empresa, estes são influenciados, em especial, pelas reduzidas participações detidas directamente pelo Estado no capital da ANA e da AdP, ambas as empresas com resultados positivos em 2007, e na Metro

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

do Porto, que registou elevados prejuízos. Em termos globais, o impacto conjugado destas ponderações traduziu-se num desagravamento do prejuízo líquido ponderado em 91,5 M€.

O volume de negócios das EPNF cresceu 23% em 2007, atingindo os 8 920,5 M€ (**Quadro 3.1.3**), montante para o qual o conjunto dos hospitais empresa contribuem com 37,4%. A PARPÚBLICA, através do Grupo TAP, do qual detém a totalidade do capital, dá um contributo de 28%, e as empresas do sector de serviços de utilidade pública (AdP e CTT) concorrem, no conjunto, com 15%.

Quadro 3.1.3
Empresas públicas não financeiras
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | Globais | | | | Ponderados pela Participação do Estado ⁽¹⁾ | | | |
|----------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|---|------------------|----------------|--------------|
| | 2007 | 2006 | Variação | | 2007 | 2006 | Variação | |
| | | | Absoluta | % | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 8.920.515 | 7.252.152 | 1.668.363 | 23,0% | 8.017.879 | 6.647.696 | 1.370.183 | 20,6% |
| Custos com pessoal | 4.117.239 | 3.574.347 | 542.892 | 15,2% | 3.856.591 | 3.403.252 | 453.339 | 13,3% |
| VABcf | 4.835.609 | 3.982.832 | 852.776 | 21,4% | 4.226.287 | 3.571.363 | 654.924 | 18,3% |
| N.º médio de trabalhadores | 129.201 | 110.195 | 19.006 | 17,2% | - | - | - | - |
| <i>VABcf per capita</i> | 37,4 | 36,1 | 1,3 | 3,6% | - | - | - | - |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGTF e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

Em termos ponderados, o volume de negócios atingiu, em 2007, o montante de 8 017,9 M€, representando cerca de 90% do volume de negócios das empresas consideradas no universo das EPNF, justificando-se esta diferença essencialmente pelo impacto da ponderação da participação directa do Estado no volume de negócios da AdP e da ANA.

Os custos com o pessoal sofreram, em 2007, um agravamento relativamente ao exercício anterior, próximo do aumento percentual do número médio de trabalhadores, sendo de assinalar porém, que a parcela de variação mais significativa se deveu ao processo de empresarialização dos hospitais, que passou a integrar mais algumas unidades hospitalares antes pertencentes ao SPA.

Da evolução da estrutura patrimonial das EPNF (**Quadro 3.1.4**), a nota mais relevante é o aumento do activo em 10,1%, cujo financiamento foi assegurado em 93,6% por capitais alheios e apenas 4,5% por capitais próprios. Contudo, individualmente destacam-se os casos da REFER, cujo aumento do passivo no exercício (298 M€) superou a variação do activo no mesmo período, a Metro do Porto que registou uma variação do passivo de 130,8 M€, tendo a variação do activo no mesmo período ficado bastante aquém, o Grupo AdP, cuja variação do activo foi de 455 M€, financiado em 96,3% por capitais alheios, e o grupo PARPÚBLICA, que cobriu 87,5% da variação do activo (2 390 M€) por capitais alheios.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.1.4
Empresas públicas não financeiras
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | Globais | | | | Ponderados pela Participação do Estado ⁽¹⁾ | | | |
|-------------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------|---|-------------------|------------------|--------------|
| | 2007 | 2006 | Variação | | 2007 | 2006 | Variação | |
| | | | Absoluta | % | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 53.757.952 | 48.847.867 | 4.910.084 | 10,1% | 45.779.294 | 42.564.214 | 3.215.080 | 7,6% |
| Capital próprio | 17.180.674 | 16.958.311 | 222.364 | 1,3% | 16.127.442 | 16.053.954 | 73.488 | 0,5% |
| Interesses minoritários | 295.495 | 204.336 | 91.159 | 44,6% | 116.968 | 79.934 | 37.034 | 46,3% |
| Passivo | 36.281.784 | 31.685.218 | 4.596.566 | 14,5% | 29.534.885 | 26.427.987 | 3.106.899 | 11,8% |
| Autonomia financeira | 32,0% | 34,7% | - | - | 35,2% | 37,7% | - | - |
| Solvabilidade | 47,4% | 53,5% | - | - | 54,6% | 60,7% | - | - |
| Estrutura patrimonial | 93,1% | 93,5% | - | - | 93,6% | 94,3% | - | - |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

⁽¹⁾ Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGTF e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

O endividamento financeiro implícito no passivo das EPNF sofreu um acréscimo líquido de 2 835,6 M€, dos quais 1 217,8 M€ resultantes de emissões de obrigações e o remanescente com recurso a créditos bancários. O acréscimo do montante de obrigações emitidas resultou, em cerca de 730 M€ de emissões da PARPÚBLICA, cerca de 56 M€ da EDIA e as restantes de obrigações emitidas por empresas operadoras de transportes públicos de passageiros. Por outro lado, também nas dívidas a fornecedores se registou um aumento correspondente a 274,5 M€ relativamente ao ano transacto. Porém, se excluirmos as empresas do sector da saúde, cuja recomposição deu origem a novas entidades, incluindo a fusão de unidades do SPA, dificultando por isso a sua comparação, e a PARPÚBLICA, devido sobretudo a empresas do grupo TAP, observar-se-ia uma redução do montante agregado de dívidas a fornecedores no montante de 21,9 M€.

Apesar do aumento do passivo, a estrutura patrimonial global das EPNF não sofreu alterações significativas, tendo por base o universo considerado, evidenciando níveis de autonomia financeira e de solvabilidade aceitáveis.

3.2. Por sectores de Actividade

3.2.1. Comunicação Social

Este sector conta apenas com duas empresas, a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. e a LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A., sendo a evolução do sector determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua dimensão.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O ano de 2007 foi marcado pela incorporação na RTP², com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2007, das participadas que desenvolviam a prestação de serviços públicos de rádio e televisão até àquela data (Radiotelevisão Portuguesa – Serviço Público de Televisão, S.A., Radiodifusão Portuguesa, S.A. e RTP – Meios de Produção S.A.).

A evolução desfavorável do resultado líquido do sector, em cerca de 49,4%, decorre fundamentalmente do acréscimo dos encargos financeiros³ na RTP e do aumento dos respectivos custos operacionais explicado nomeadamente, pelas comemorações dos 50 anos da RTP. É de realçar a manutenção do resultado líquido da LUSA em níveis positivos, não obstante o registo de uma degradação deste agregado face ao exercício transacto.

Quadro 3.2.1.1
Sector da Comunicação Social
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (117.847) | (107.101) | (10.746) | -10,0% |
| Resultado operacional após subsídios | 8.723 | 18.448 | (9.725) | -52,7% |
| Resultado financeiro | (50.021) | (34.225) | (15.797) | -46,2% |
| Resultado líquido | (35.360) | (23.675) | (11.685) | -49,4% |
| EBITDA | 26.762 | 36.624 | (9.862) | -26,9% |
| Margem EBITDA | 13,1% | 19,9% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Ambas as empresas apresentam resultados operacionais positivos após subsídios, o que atesta bem a importância dos proveitos com origem nos contratos de prestação de serviço público assinados com o Estado.

A variação observada no volume de negócios ficou a dever-se particularmente ao aumento (na ordem de 14,1%) recebido pela RTP a título da Contribuição para o Audiovisual.

² Ao abrigo da Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

³ Para o qual contribuiu a subida das taxas de juro verificada no exercício em análise, atenuada contudo pela redução do nível de endividamento da RTP.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.1.2
Sector da Comunicação Social
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 204.981 | 183.744 | 21.238 | 11,6% |
| Custos com pessoal | 120.679 | 118.188 | 2.491 | 2,1% |
| VABcf | 146.737 | 155.267 | (8.530) | -5,5% |
| Nº médio de trabalhadores | 2.622 | 2.616 | 6 | 0,2% |
| VABcf per capita | 56,0 | 59,4 | (3) | -5,7% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Relativamente à estrutura patrimonial do sector, verifica-se um decréscimo de cerca de 58,9 M€ do activo líquido resultante da variação verificada no activo circulante da RTP, nomeadamente a redução das dívidas de terceiros de curto prazo.

Não obstante o reforço de capital da RTP no valor de 45,0 M€, a evolução do capital próprio do sector foi desfavorável decorrente do nível do resultado líquido verificado em 2007 pela RTP e do volume crescente dos resultados transitados negativos da RTP.

Quadro 3.2.1.3
Sector da Comunicação Social
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 396.836 | 455.824 | (58.987) | -12,9% |
| Capital próprio | (715.317) | (703.357) | (11.960) | -1,7% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 1.112.153 | 1.159.181 | (47.027) | -4,1% |
| Autonomia financeira (%) | -180,3% | -154,3% | | |
| Solvabilidade (%) | -64,3% | -60,7% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 39,8% | 65,2% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O passivo sofreu um decréscimo, na ordem de 47,0 M€, justificado essencialmente pela redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo da RTP.

O rácio de estrutura patrimonial continua a apresentar um valor positivo apesar dos capitais próprios do sector serem fortemente negativos. Este facto deve-se ao efeito da dívida de médio e longo prazo da RTP, que é superior ao valor dos capitais próprios, no cálculo daquele indicador.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

3.2.2. Gestão de Infra-estruturas

3.2.2.1. Infra-estruturas aéreas

Este Sector integra as empresas ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A., EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A., NAV Portugal - Navegação Aérea de Portugal, EPE e NAER - Novo Aeroporto, SA, todas com participação directa do Estado e em que este detém, directa ou indirectamente, a maioria do respectivo capital.

No sentido de se caracterizar sumariamente cada uma destas sociedades poder-se-á referir que, enquanto a ANA e a ANAM procedem à exploração de aeroportos nacionais, a NAV actua no desenvolvimento de infra-estruturas e dos serviços de apoio à navegação aérea. A EDAB tem por objecto a promoção da utilização da Base Aérea de Beja para fins civis. Finalmente, a NAER desenvolve os trabalhos necessários à preparação e execução das decisões referentes aos processos de planeamento e lançamento da construção de um novo aeroporto em Portugal.

Relativamente a este capítulo, optou-se por considerar as demonstrações financeiras individuais, devido à existência de participações cruzadas⁴.

O resultado líquido do sector (**Quadro 3.2.2.1.1**) registou uma evolução positiva de 11,6 M€, sustentada pelo crescimento do resultado operacional, o qual, contudo, foi parcialmente absorvido por um aumento do imposto sobre os lucros em 6,4 M€.

Quadro 3.2.2.1.1
Sector das Infra-estruturas Aéreas
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | 72.617 | 53.201 | 19.416 | 36,5% |
| Resultado operacional após subsídios | 72.832 | 53.388 | 19.444 | 36,4% |
| Resultado financeiro | (25.611) | (24.410) | (1.201) | -4,9% |
| Resultado líquido | 42.478 | 30.818 | 11.660 | 37,8% |
| EBITDA | 179.122 | 150.179 | 28.943 | 19,3% |
| Margem EBITDA | 33,2% | 30,4% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

⁴ Esta opção é justificada pela circunstância da ANA deter participações sociais na ANAM e na NAER de 70% e de 84,4%, respectivamente. Refira-se que o Estado detém participações sociais directas na ANAM e na NAER de 10% e 5,59%, respectivamente. No caso da ANA, o Estado detém directamente uma participação de 31,44%, sendo que o remanescente do capital da sociedade é detido pela PARPÚBLICA.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Destaca-se em particular o bom desempenho operacional registado pela ANA consubstanciado num acréscimo no seu volume de negócios de 10,9% (em valor 29,4 M€) e que teve como consequência um incremento do resultado líquido na ordem de 10,7 M€.

A evolução do EBITDA encontra-se em linha com a evolução dos resultados anteriormente descrita, mas o seu volume situa-se num patamar superior, ilustrando bem o volume de amortizações suportado pelo sector que representou, em 2007, cerca de 19,3% do total dos custos.

Este efeito é particularmente visível na ANAM, empresa que registou um resultado operacional negativo de 11,7 M€ para um volume de amortizações de 28,7 M€, correspondentes a cerca de 44,7% do total dos seus custos.

Quadro 3.2.2.1.2
Sector das Infra-estruturas Aéreas
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|----------------|----------------|---------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 539.320 | 494.544 | 44.775 | 9,1% |
| Custos com pessoal | 224.726 | 216.601 | 8.125 | 3,8% |
| VABcf | 420.779 | 382.058 | 38.721 | 10,1% |
| Nº médio de trabalhadores | 2.628 | 2.759 | (131) | -4,7% |
| VABcf per capita | 160,1 | 138,5 | 22 | 15,6% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Quanto à evolução dos custos com pessoal (**Quadro 3.2.2.1.2**), não obstante a evolução favorável da ANA traduzido numa redução dos custos com esta natureza na ordem de 2,2%, o sector foi negativamente afectado pelo comportamento desfavorável deste indicador na NAV empresa que representa cerca de 69,1% destes custos no sector, e que registou um aumento de 7,4% nesta rubrica em 2007 justificado essencialmente pelo incremento verificado na rubrica prémios para pensões no valor de 4,6 M€ decorrente de alterações legislativas nas regras de actualização de pensões de reforma.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.2.1.3
Sector das Infra-estruturas Aéreas
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|-----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 1.641.156 | 1.662.198 | (21.042) | -1,3% |
| Capital próprio | 422.069 | 393.468 | 28.601 | 7,3% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 1.219.087 | 1.268.730 | (49.643) | -3,9% |
| Autonomia financeira (%) | 25,7% | 23,7% | | |
| Solvabilidade (%) | 34,6% | 31,0% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 100,9% | 104,9% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A redução do passivo em 3,9% deveu-se, designadamente, à amortização de empréstimos do BEI pela ANAM no montante de cerca de 24,2 M€.

3.2.2.2. Infra-estruturas ferroviárias

A gestão das infra-estruturas integrantes da rede ferroviária nacional é da competência exclusiva da empresa Rede Ferroviária Nacional – REFER. Inclui-se, também, neste sector, a RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, detida em 60% pelo Estado e em 40% pela REFER, cuja actividade consiste na elaboração de estudos e projectos com vista à implementação da rede de alta velocidade em Portugal.

Tendo em consideração a natureza da actividade da RAVE, as suas demonstrações financeiras são pouco expressivas quando comparadas com as da REFER, constatando-se que o seu activo líquido total se situava, no final de 2007, nos 86,0 M€, cerca de 1% do activo líquido total da REFER e que a sua conta de exploração não tem expressão assinalável. Quanto à REFER, tomou-se como base de informação as suas contas individuais pelo facto de revelar-se diminuto o peso do conjunto das empresas que integram o seu perímetro de consolidação.

Nesta conformidade, a evolução do sector é determinada essencialmente pelas contas da REFER, que registaram, em 2007, um resultado líquido negativo de 223 M€⁵, revelando um agravamento de 21,2 M€ (-10,5%) em relação ao ano anterior.

⁵ As contas consolidadas estão a ser preparadas de acordo com as normas IFRS/IAS, estimando-se que, nesse referencial, o resultado líquido venha estabelecer-se nos 162,8 M€ negativos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.2.2.1
Sector das Infra-estruturas Ferroviárias
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|------------------|------------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (131.473) | (128.671) | (2.802) | -2,2% |
| Resultado operacional após subsídios | (100.441) | (99.673) | (768) | -0,8% |
| Resultado financeiro | (126.177) | (98.263) | (27.914) | -28,4% |
| Resultado líquido | (222.990) | (201.746) | (21.243) | -10,5% |
| EBITDA | (86.613) | (84.045) | (2.568) | -3,1% |
| Margem EBITDA | -121,3% | -101,1% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Para este desempenho foi decisiva a evolução negativa do resultado financeiro (**Quadro 3.2.2.2.1**), induzido pelo crescimento dos encargos financeiros em 91,9 M€, devido ao aumento das taxas de juro de referência dos financiamentos a taxa variável e do crescimento do endividamento para financiamento do investimento, do défice de exploração e do serviço da dívida.

Apesar de a empresa ter conseguido reduzir os seus custos operacionais em cerca de 7,9 M€ (-3%), o resultado operacional negativo sofreu uma ligeira deterioração (-0,8%).

O volume de negócios registado no exercício revelou um decréscimo de 11,8 M€, explicado pela não repetição em 2007 da venda de edifícios, contabilizada como proveitos operacionais do exercício de 2006, no montante de 20 M€, uma vez que os proveitos decorrentes das prestações de serviço aos operadores, incluindo as taxas de utilização da infra-estrutura, inverteram, em 2007, a trajectória descendente verificada em anos anteriores (mais 8,4 M€). Com efeito, em resultado do crescimento do tráfego na rede ferroviária nacional, as prestações de serviços, que em 2006 atingiram o montante de 63 M€, evoluíram para se situar num patamar em torno dos 71,4 M€ durante o exercício económico de 2007.

O EBITDA sofreu uma deterioração superior à do resultado operacional após subsídios, tendo passado de 84,0 M€ negativos, em 2006, para 86,6 M€ negativos, em 2007.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.2.2.2
Sector das Infra-estruturas Ferroviárias
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 71.401 | 83.167 | (11.766) | -14,1% |
| Custos com pessoal | 110.015 | 111.491 | (1.475) | -1,3% |
| VABcf | 25.419 | 29.142 | (3.723) | -12,8% |
| Nº médio de trabalhadores | 3.608 | 3.675 | (67) | -1,8% |
| VABcf per capita | 7,0 | 7,9 | (1) | -11,2% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A diminuição do número médio de trabalhadores em 2007, explica a diminuição dos custos com o pessoal. Contudo, esta redução não foi suficiente para sustentar a queda da produtividade *per capita*, que diminuiu em relação ao ano anterior, em consequência da evolução negativa do VAB_{cf}.

No que respeita à estrutura patrimonial, a actividade da REFER tem sido marcada pela realização de pesados investimentos em infra-estruturas de longa duração, sem uma adequada cobertura por capitais próprios, dada a incapacidade da empresa para libertar meios líquidos e a insuficiência de subsídios que lhes são afectos. Para ultrapassar esta situação, a empresa tem recorrido ao mercado financeiro, conduzindo ao aumento do seu passivo.

Em 2007, o investimento realizado pela REFER situou-se nos 335,5 M€ e incidiu essencialmente na modernização da rede ferroviária nacional. O correspondente financiamento foi assegurado por subsídios do PIDDAC (5,0 M€), da União Europeia (70,6 M€), e empréstimos bancários (249,9 M€). Assim, para satisfazer as necessidades de financiamento do investimento, do défice de exploração e os compromissos do serviço da dívida, o endividamento bancário da REFER aumentou em 323,9 M€, ascendendo a 4.591,9 M€ no final de 2007, sendo a variação do passivo do sector explicada por este montante e, na parte restante, pelo crédito de fornecedores.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.2.2.3
Sector das Infra-estruturas Ferroviárias
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|-----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 7.233.361 | 6.987.731 | 245.630 | 3,5% |
| Capital próprio | 2.254.041 | 2.319.271 | (65.229) | -2,8% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 4.979.320 | 4.668.460 | 310.859 | 6,7% |
| Autonomia financeira (%) | 31,2% | 33,2% | | |
| Solvabilidade (%) | 45,3% | 49,7% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 87,6% | 96,2% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O activo líquido do sector revelou uma variação positiva de 245,6 M€, quase totalmente explicada pelos movimentos patrimoniais da REFER, sendo apenas de 11,5 M€ a variação imputável à RAVE. O activo desta última empresa situa-se apenas em 86,0 M€ e comporta quase exclusivamente os investimentos em estudos, cujo financiamento foi assegurado, em 2007, essencialmente, por participações financeiras do Estado (63%) e por fundos da União Europeia (37%).

Apesar da acumulação de resultados transitados negativos e o aumento continuado do passivo, o sector continua a evidenciar uma estrutura financeira relativamente robusta, consubstanciada em níveis de cobertura do activo por capitais próprios (autonomia financeira) superior a 30% e de solvabilidade próximo dos 50%, graças à política de contabilização adoptada pela REFER de não amortizar as infra-estruturas de longa duração, por se tratar de bens do domínio público e relevar em reservas os subsídios recebidos.

3.2.2.3. Infra-estruturas portuárias

O Sistema Portuário Nacional dispõe de 5 portos principais – Aveiro, Lisboa, Leixões, Setúbal e Sines, resultado da reestruturação ocorrida em 1998, com o objectivo de conferir às administrações portuárias instrumentos adequados a uma gestão mais dinâmica e flexível.

Desta forma, foram criadas a APA – Administração do Porto de Aveiro S.A., APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. e a APS – Administração do Porto de Sines, S.A., de capitais exclusivamente públicos.

Estas sociedades apresentaram lucros na ordem dos 14,5 M€, menos 3,5 M€ que em 2006, o que representou uma evolução desfavorável de 19,6%, tendo contribuído para essa diminuição

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

uma quebra do resultado líquido nos três maiores portos, APL, APDL e APS, que no caso da APL se deve sobretudo à diminuição verificada nos proveitos extraordinários e nos Portos de Douro e Leixões e de Sines se deve essencialmente ao aumento dos fornecimentos e serviços externos e das amortizações do exercício. Não obstante a diminuição verificada, estamos perante um cenário em que os 5 principais portos conseguiram alcançar resultados líquidos positivos em 2007. Dos lucros apurados em 2007, uma parcela de 5,8 M€ foram distribuídos como dividendos ao Estado em 2008 pelas sociedades APDL, APS, APSS e APL, mais 1,6 M€ que os dividendos recebidos por conta dos resultados de 2006.

O aumento dos dividendos pagos pelo sector é consequência directa do bom desempenho da actividade corrente, apesar da diminuição registada nos lucros das sociedades APDL, APS e APL e vem confirmar as expectativas geradas face aos investimentos realizados ao longo dos últimos anos na modernização das instalações marítimo-portuárias, numa lógica de reforço da capacidade competitiva dos portos portugueses, quer no mercado nacional quer no alargamento de horizontes ao mercado internacional. A APA é a única empresa do sector que ainda não conseguiu alcançar resultados operacionais positivos, tendo mesmo assim apresentado uma evolução favorável de 34,6%.

Quadro 3.2.2.3.1
Sector das Infra-estruturas Portuárias
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | 7.743 | 8.090 | (346) | -4,3% |
| Resultado operacional após subsídios | 7.819 | 8.119 | (300) | -3,7% |
| Resultado financeiro | (3.532) | (4.433) | 901 | 20,3% |
| Resultado líquido | 14.577 | 18.127 | (3.550) | -19,6% |
| EBITDA | 57.879 | 56.803 | 1.077 | 1,9% |
| Margem EBITDA | 38,4% | 39,3% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Este aumento da eficiência operacional das empresas portuárias encontra-se também ligado à política que tem vindo a ser seguida no sentido de privilegiar a concessão de instalações e terminais a entidades privadas, em detrimento da exploração directa dessas mesmas infra-estruturas, tendo-se caminhado para a consolidação do modelo de gestão como Landlord Port.

A actividade destas 5 sociedades traduziu-se, em 2007, num volume de negócios no montante de 150,6 M€, sendo a APL a empresa que regista maior volume de negócios (49,4 M€), seguida da APDL com 39,4 M€ e da APS com 34,1 M€, representando estas 3 empresas, por si só, 82% do total do volume de negócios.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Apesar do aumento significativo registado do lado dos proveitos operacionais (12,3 M€), registou-se também um agravamento dos custos operacionais (12,5 M€) na mesma proporção, influenciados essencialmente pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos, custos com o pessoal e as amortizações do exercício.

Salienta-se ainda que a evolução favorável do volume de negócios foi superior ao agravamento dos custos com o pessoal (3,2%), conduzindo a um crescimento de 6,6% em termos de produtividade *per capita* do sector portuário.

Quadro 3.2.2.3.2
Sector das Infra-estruturas Portuárias
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|----------------|----------------|--------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 150.587 | 144.491 | 6.096 | 4,2% |
| Custos com pessoal | 57.799 | 54.557 | 3.242 | 5,9% |
| VABcf | 121.331 | 119.073 | 2.258 | 1,9% |
| Nº médio de trabalhadores | 1.130 | 1.182 | (52) | -4,4% |
| VABcf per capita | 107,4 | 100,7 | 7 | 6,6% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O desempenho económico dos portos foi complementado por uma evolução favorável da situação patrimonial em cerca de 3%, o que permitiu um reforço dos capitais próprios do conjunto do sector em cerca de 2%, resultante dos resultados líquidos positivos alcançados.

As empresas do sector portuário, com excepção da APA, começam a dar sinais de uma evolução positiva em termos patrimoniais, tendo-se invertido a tendência registada até 2003, em matéria de degradação dos capitais próprios do conjunto do sector, por via dos prejuízos acumulados e do elevado esforço de investimento anual. O esforço de investimento tem incidido sobretudo em projectos de expansão da capacidade, ao nível da modernização dos equipamentos e da segurança das operações, na melhoria das acessibilidades e na integração das infra-estruturas portuárias com os núcleos urbanos em que se inserem.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.2.3.3
Sector das Infra-estruturas Portuárias
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|---------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 1.556.604 | 1.515.087 | 41.517 | 2,7% |
| Capital próprio | 701.252 | 689.261 | 11.991 | 1,7% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 855.352 | 825.826 | 29.526 | 3,6% |
| Autonomia financeira (%) | 45,1% | 45,5% | | |
| Solvabilidade (%) | 82,0% | 83,5% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 90,2% | 91,2% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Até 2003, apesar da razoável capacidade de autofinanciamento exibida pelas empresas portuárias, os investimentos realizados obrigaram também a um recurso crescente a capitais alheios, tendo conduzido ao longo dos anos, a um rápido crescimento do passivo. A partir desse ano, assistiu-se a uma inversão deste ciclo, com a aproximação da conclusão de alguns dos projectos de investimento mais emblemáticos, tendo a generalidade das empresas ajustado o seu volume anual de investimento para níveis próximos da sua capacidade de autofinanciamento.

Assim, o ligeiro crescimento do passivo conjugado com a obtenção de resultados líquidos positivos provocou uma estabilidade dos rácios Autonomia financeira e Solvabilidade do sector portuário.

Em termos individuais, a APDL é a empresa que tem apresentado ao longo dos anos a situação financeira mais sólida, favorecida pelos proveitos da concessão de instalações portuárias a operadores privados, que lhe permitiu autofinanciar uma parte substancial do seu programa de investimentos. Contudo, a APS e a APSS têm vindo a melhorar substancialmente a sua performance, tendo apresentado a APS, pela primeira vez em 2005, resultados líquidos positivos e em 2006 resultados de exploração positivos, e a APSS que já vem apresentando resultados líquidos positivos desde 2004, inverteu em 2007 a tendência dos resultados operacionais negativos, resultado do seu bom desempenho económico.

O sector portuário ficou marcado em 2007 por um crescimento dos investimentos na ordem dos 27 M€ conduzindo a um aumento do passivo em 29,5 M€, o que se traduz num aumento do Activo líquido em 42 M€, por via do crescimento do imobilizado.



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

3.2.2.4. Infra-estruturas rodoviárias

O Sector das Infra-estruturas Rodoviárias integra apenas a empresa Estradas de Portugal, SA, a qual resultou da transformação da Estradas de Portugal, EPE em sociedade anónima de capitais públicos, operada pelo Decreto-Lei nº 374/2007, de 7 de Novembro. Esta primeira entidade havia já resultado da transformação do Instituto Estradas de Portugal em Entidade Pública Empresarial (Decreto-Lei n.º 239/2004, de 21 de Dezembro) com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005. Este Instituto tinha sido criado através do Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, no âmbito da reestruturação das actividades atribuídas à Junta Autónoma das Estradas, tendo integrado, por fusão determinada pelo Decreto-Lei n.º 227/2002, de 30 de Outubro, as competências cometidas ao Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária e ao Instituto para a Construção Rodoviária.

O sector sofreu em 2007 uma profunda alteração do ponto de vista legislativo. Assim, além do já referido Decreto-lei que transformou a Estradas Portugal de EPE em SA, foram publicados os seguintes diplomas:

- Resolução de Conselho de Ministros nº 89/2007, de 11 de Julho (posteriormente revogada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 174-A/2007, de 14 de Novembro) - Definiu os princípios gerais do modelo de gestão e financiamento do sector das infra-estruturas rodoviárias;
- Decreto-Lei nº 380/2007, de 13 de Novembro – Define as bases da concessão geral da rede rodoviária;
- Lei nº 55/2007, de 31 de Agosto – Cria a contribuição de serviço rodoviário;
- Resolução de Conselho de Ministros nº 174-A/2007, de 14 de Novembro – Aprova a minuta do contrato da concessão geral da rede rodoviária nacional, celebrado entre o Estado Português e a EP, SA.

As alterações acima referidas, designadamente as que se prendem com o novo modelo de gestão e financiamento do sector, não tiveram ainda quaisquer reflexos nos dados económico-financeiros apresentados. Consequentemente, os resultados da empresa devem ser entendidos num contexto de continuidade com os anos anteriores.

O resultado operacional antes de subsídios revela uma melhoria de 24,7 M€ devido à redução dos custos com a estrutura operativa (-8,9%), dos encargos com estradas e pontes (-22,9%) e dos custos com o pessoal (-2,8%).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Paralelamente, a EP beneficiou de subsídios para o funcionamento corrente (55,3 M€ em 2007; 61,7 M€ em 2006) e para o investimento e a conservação de estradas e pontes, estes através de transferências recebidas do PIDDAC (477,7 M€ em 2007; 605,2 M€ em 2006).

Os resultados do exercício de 2007 foram positivamente influenciados por subsídios no montante de 109,2 M€ (133,7 M€ em 2006), dos quais 44,0 M€ para o funcionamento corrente (OE) e o restante para investimento (PIDDAC).

Quadro 3.2.2.4.1
Sector das Infra-estruturas Rodoviárias
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|----------------|------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (114.039) | (138.701) | 24.662 | 17,8% |
| Resultado operacional após subsídios | (4.814) | (5.033) | 219 | 4,3% |
| Resultado financeiro | 423 | 425 | (2) | -0,5% |
| Resultado líquido | (1.116) | (1.264) | 148 | 11,7% |
| EBITDA | 199 | (1.607) | 1.806 | 112,4% |
| Margem EBITDA | 9,4% | -114,6% | | |

Fonte: Relatório e contas da empresa (dados provisórios)

Os custos com o pessoal reduziram-se em 2,8%, não obstante não ter sido evidenciada qualquer alteração no número médio de trabalhadores.

Cerca de 97% dos trabalhadores possuem vínculo permanente e estão previstas para 2008 várias medidas de racionalização de efectivos e de custos.

Quadro 3.2.2.4.2
Sector das Infra-estruturas Rodoviárias
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|---------------|---------------|------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 2.122 | 1.402 | 719 | 51,3% |
| Custos com pessoal | 54.749 | 56.315 | (1.566) | -2,8% |
| VABcf | 55.010 | 54.767 | 243 | 0,4% |
| Nº médio de trabalhadores | 1.702 | 1.702 | 0 | 0,0% |
| VABcf per capita | 32,3 | 32,2 | 0 | 0,4% |

Fonte: Relatório e contas da empresa (dados provisórios)

A estrutura patrimonial da EP caracteriza-se por um elevado nível de activos corpóreos, uma vez que integra a rede de infra-estruturas rodoviárias construídas e geridas pela empresa, um capital próprio que representa cerca de 91,6% do activo total e um passivo relativamente

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

reduzido. Note-se que o capital próprio é constituído quase exclusivamente pelos subsídios ao investimento (10 352,4 M€, 97,7% do capital próprio).

Quadro 3.2.2.4.3
Sector das Infra-estruturas Rodoviárias
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|-------------------|-------------------|----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 11.616.215 | 10.653.475 | 962.740 | 9,0% |
| Capital próprio | 10.592.494 | 10.217.220 | 375.274 | 3,7% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 1.023.721 | 436.256 | 587.465 | 134,7% |
| Autonomia financeira (%) | 91,2% | 95,9% | | |
| Solvabilidade (%) | 1034,7% | 2342,0% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 92,0% | 98,1% | | |

Fonte: Relatório e contas da empresa (dados provisórios)

Na origem do crescimento de 9% evidenciado pelo activo líquido da EP, esteve o acréscimo do imobilizado corpóreo em 1 155,4 M€, que é explicado fundamentalmente pelo investimento em imobilizado de domínio público, designadamente estradas, pontes e outras construções.

Os investimentos em infra-estruturas realizados pela empresa em 2007 tiveram a respectiva cobertura financeira assegurada por verbas do PIDDAC e por apoios financeiros do actual Quadro Comunitário.

3.2.2.5. Outras infra-estruturas

Este sub-capítulo integra um conjunto de três empresas: a Docapesca – Portos e Lotas S.A., a EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A. e a SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., que têm como objecto a gestão de infra-estruturas em áreas distintas, constituindo, assim, um sector não homogéneo. Contudo, atendendo à dimensão e importância das empresas que o constituem não pode ser considerado um sector residual.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.2.5.1
Sector das Outras Infra-estruturas
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|-----------------|--------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | 3.259 | (4.341) | 7.599 | 175,1% |
| Resultado operacional após subsídios | 3.259 | (4.320) | 7.578 | 175,4% |
| Resultado financeiro | (12.498) | (12.810) | 312 | 2,4% |
| Resultado líquido | (2.192) | (10.689) | 8.497 | 79,5% |
| EBITDA | 23.094 | 11.738 | 11.357 | 96,8% |
| Margem EBITDA | 39,4% | 23,3% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A melhoria significativa do resultado agregado das empresas em apreço (**Quadro 4.2.2.5.1**) ficou a dever-se, por um lado, à redução do prejuízo de 2007 da Docapesca e da SIMAB, respectivamente de 66,5% e 63% e por outro, ao lucro registado pela EDIA neste exercício, no montante de 747 m€, o que representa uma melhoria de 3 233 m€ face a 2006.

Não obstante a evolução favorável de 2,2 M€ registada no resultado financeiro da SIMAB, o resultado financeiro agregado das três empresas em causa manteve-se negativo, uma vez que aquela melhoria foi quase totalmente absorvida pelo agravamento verificado, essencialmente, na EDIA.

Quadro 3.2.2.5.2
Sector das Outras Infra-estruturas
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 58.641 | 50.365 | 8.276 | 16,4% |
| Custos com pessoal | 20.313 | 20.921 | (608) | -2,9% |
| VABcf | 42.266 | 30.972 | 11.294 | 36,5% |
| Nº médio de trabalhadores | 807 | 815 | (8) | -1,0% |
| VABcf per capita | 52,4 | 38,0 | 14 | 37,8% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O volume de negócios das três empresas teve um crescimento assinalável, embora a EDIA tenha sido a empresa que mais contribuiu para esta evolução, com um volume de negócios superior em 4,3 M€ relativamente ao ano transacto devido ao aumento da actividade de produção de energia eléctrica e à cessão de exploração à EDP. No entanto, não é despicienda a evolução verificada na rubrica de prestação de serviços da SIMAB que aumentou 2,9 M€, por via da sua intervenção nos mercados abastecedores através de empresas do grupo. Também a Docapesca registou uma evolução favorável da sua actividade principal – a 1ª venda de

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

pescado – que registou um acréscimo de 1,2 M€ e um crescimento em volume de 14%, em benefício de condições favoráveis do mar e do clima.

O impacto na melhoria do volume de negócios, que superou o aumento dos custos de produção, reflectiu-se também positivamente no EBITDA.

Em termos patrimoniais (**Quadro 3.2.2.5.3**) o activo líquido teve um aumento de 22,1% devido, essencialmente, ao crescimento de 298 M€ no imobilizado líquido da EDIA, salientando-se a variação positiva das rubricas de imobilizado incorpóreo e corpóreo. As rubricas de existências e de títulos negociáveis foram responsáveis por uma variação positiva de 49,4 M€, compensada pela evolução desfavorável da rubrica de outros créditos de curto prazo no valor de 11 M€.

Quadro 3.2.2.5.3
Sector das Outras Infra-estruturas
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 1.833.824 | 1.501.898 | 331.925 | 22,1% |
| Capital próprio | 308.518 | 304.415 | 4.103 | 1,3% |
| Interesses minoritários | 6.890 | 5.050 | 1.840 | - |
| Passivo | 1.518.416 | 1.192.433 | 325.983 | 27,3% |
| Autonomia financeira (%) | 16,8% | 20,3% | | |
| Solvabilidade (%) | 20,3% | 25,5% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 100,2% | 98,1% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O Passivo da EDIA, que explica quase totalmente a variação do conjunto das empresas em apreço, agravou-se em 328,4 M€ contrariamente ao da SIMAB que diminuiu 3,8 M€. Para o agravamento acima referido merecem destaque as evoluções desfavoráveis verificadas nas rubricas de dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no valor de 56,1 M€, e de proveitos diferidos, no montante de 266,4M€, onde estão incluídos os 195 M€ recebidos da EDP por contrapartida da atribuição a esta última da subconcessão das barragens do Alqueva e do Pedrógão, bem como, o recebimento de fundos comunitários e de PIDDAC, no valor de 71 M€.

Os capitais próprios globalmente considerados variaram 4,1 M€, fundamentalmente devido à modificação positiva ocorrida no capital próprio da SIMAB (+4,9 M€), registada na rubrica de ajustamentos de partes de capital, que decorreu dos ajustamentos positivos e negativos nos capitais próprios em empresas participadas na proporção das respectivas participações.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

3.2.3. Serviços de Saúde

Em 2007 foram criadas 10 novas entidades públicas empresariais no sector da saúde, algumas delas integrando empresas já existentes, o que se traduziu num acréscimo líquido de 3 entidades às existentes em 31 de Dezembro de 2006. Em 31 de Dezembro de 2007, entre os vários estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde transformados em empresas, contava-se o total de 34. Assim:

- Pelo Decreto-Lei nº 50-A/2007, de 28 de Fevereiro foram criados o Hospital do Espírito Santo de Évora. E.P.E., o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E.P.E.⁶, o Centro Hospitalar de Coimbra, E.P.E, o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E.⁷, o Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.⁸, o Centro Hospitalar do Alto Ave, E.P.E.⁹ e o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E.¹⁰;
- Pelo Decreto-Lei nº 50-B/2007, de 28 de Fevereiro foi criada a Unidade de Saúde do Norte Alentejano, E.P.E.;
- Pelo Decreto-Lei nº 326/2007, de 28 de Setembro foram criados o Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.¹¹ e o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E.P.E.¹².

Quadro 3.2.3.1
Sector da Saúde
Distribuição Geográfica dos Hospitais E.P.E.

| Hospitais EPE | | |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|
| ARS Norte | ARS Lisboa e Vale do Tejo | ARS Centro |
| Uni. Local de Saúde de Matosinhos | Centro Hosp. de Setúbal | Centro Hosp. Cova da Beira |
| Centro Hosp. Trás-os-Montes e A. Douro | Centro Hosp. Médio Tejo | Centro Hosp. Coimbra |
| Centro Hosp. Vila Nova Gaia/Espinho | Centro Hosp. Lisboa Ocidental | H. Distrital da Figueira da Foz |
| Centro Hosp. do Tâmega e Sousa | Centro Hosp. Lisboa Central | H. Infante D. Pedro |
| Centro Hosp. do Médio Ave | H. Nossa Senhora do Rosário | H. Santo André |
| Centro Hosp. do Alto Ave | H. Distrital de Santarém | H. São Sebastião |
| Centro Hosp. do Nordeste | H. Santa Maria | H. São Teotónio |
| Centro Hosp. Alto Minho | H. Garcia de Orta | IPO Coimbra |
| Centro Hosp. do Porto | H. Pulido Valente | ARS Alentejo |
| H. Santa Maria Maior | IPO Lisboa | Uni. Local de Saúde Norte Alentejano |
| H. São João | ARS Algarve | Centro Hosp. Baixo Alentejo |
| IPO Porto | Centro Hosp. do Barlavento Algarvio | H. Espírito Santo de Évora |

⁶ Agregou o Centro Hospitalar de Lisboa (Zona Central), o Hospital D. Estefânia e o Hospital de Santa Marta, E.P.E..

⁷ Agregou o Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, E.P.E., o Hospital Distrital de Chaves e o Hospital Distrital de Lamego.

⁸ Agregou o Hospital Conde de São Bento-Santo Tirso e o Hospital de São João de Deus, E.P.E..

⁹ Agregou o Hospital da Senhora da Oliveira, Guimarães, E.P.E. e o Hospital de São José-Fafe.

¹⁰ Agregou o Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia e o Hospital Nossa Senhora da Ajuda.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Salienta-se que das 10 entidades criadas em 2007, 4 resultaram exclusivamente da integração de entidades pertencentes ao Sector Público Administrativo (SPA). As restantes envolveram fusões entre entidades do SPA e entidades já empresarializadas que foram extintas. Como o número de entidades empresarializadas extintas (7) foi superior às novas entidades criadas (6), temos por esta via uma redução de 1 nova EPE, que conjugada com as 4 novas criadas exclusivamente pela integração de entidades pertencentes ao Sector Público Administrativo, conduz a um acréscimo líquido de 3 novas EPE¹³.

As entidades que compõem este sector, apesar de terem uma área de actuação comum, têm dimensões bastante variadas. Assim, por exemplo, verificou-se que em 2007, o activo líquido destas entidades apresentou valores entre 400 M€ (Hospital de Santa Maria) e 15 M€ (Hospital de Santa Maria Maior) e o volume de negócio oscilou entre os 280 M€ (Hospital de São João) e os 20 M€ (Hospital de Santa Maria Maior).

Em termos agregados, o resultado líquido do sector no exercício de 2007 apresentou uma melhoria de 50,4% relativamente ao ano anterior, tendo atingido um valor de -93,9 M€, constatando-se que cerca de 45% das entidades apresentam resultados líquidos positivos e que só em cerca de 20% das entidades se verificou um decréscimo deste resultado quando comparado com 2006.

Para o aumento de resultados alcançados contribuiu fortemente a melhoria registada nos processos de planeamento, no controlo orçamental e da actividade, e o esforço de racionalização de custos (visando elevar a eficiência e a eficácia da despesa realizada) prosseguido pelas empresas deste sector, ao mesmo tempo que os proveitos operacionais registaram um acréscimo assinalável (de acordo com dados fornecidos pela Administração Central do Sistema de Saúde, tomando o mesmo universo como base de comparação, os proveitos operacionais registaram em 2007 uma variação de 4% face ao ano anterior), traduzindo-se numa variação de aproximadamente 30% dos seus resultados operacionais.

¹¹ Agregou o Hospital Geral de Santo António, E.P.E., o Hospital Central Especializado em Crianças Maria Pia e a Maternidade de Júlio Dinis

¹² Agregou o Hospital Padre Américo-Vale do Sousa E.P.E. e o Hospital São Gonçalo. E.P.E

¹³ Em resultado das alterações verificadas neste sector de actividade, as comparações em termos de indicadores económicos e financeiros realizadas neste documento, quando nada seja dito em contrário, devem ter isso em consideração.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.3.2
Sector da Saúde
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

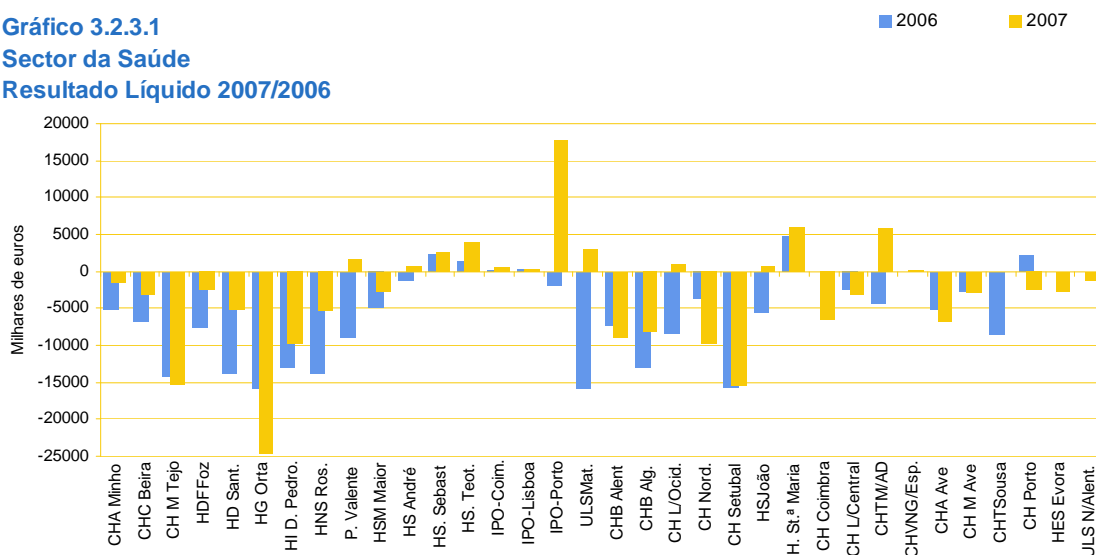
| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|-----------------|------------------|---------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (230.180) | (424.320) | 194.140 | 45,8% |
| Resultado operacional após subsídios | (157.026) | (228.467) | 71.442 | 31,3% |
| Resultado financeiro | 31.145 | 25.676 | 5.469 | 21,3% |
| Resultado líquido | (93.932) | (189.290) | 95.358 | 50,4% |
| EBITDA | (10.869) | (109.542) | 98.673 | 90,1% |
| Margem EBITDA | -0,3% | -4,6% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O resultado financeiro é positivo em todas as entidades, resultando, na sua maioria, dos rendimentos da aplicação da parte não utilizada da dotação inicial do capital estatutário conjugada com a inexistência de passivo remunerado.

Considerando a evolução do resultado líquido por empresa, verifica-se que mais de metade registou uma evolução favorável (**Gráfico 3.2.3.1**), sendo de destacar os resultados obtidos pelo IPO – Porto e Hospital de Santa Maria.

Gráfico 3.2.3.1
Sector da Saúde
Resultado Líquido 2007/2006



Para o crescimento de cerca de 41,3% do volume de negócios, contribuiu fundamentalmente a integração no universo das EPE de 17 unidades de saúde do SPA. Pela mesma razão, os custos com o pessoal registaram um agravamento de 25,8% (considerando, para efeitos de comparação, o universo equivalente a variação foi apenas de 1%, segundo dados fornecidos pela Administração Central do Sistema de Saúde, contenção que se estendeu às rubricas de

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos, que registaram uma variação de, respectivamente, 2,4% e -0,8%).

Quadro 3.2.3.3
Sector da Saúde
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 3.333.031 | 2.359.536 | 973.494 | 41,3% |
| Custos com pessoal | 1.945.326 | 1.546.455 | 398.871 | 25,8% |
| VABcf | 1.837.464 | 1.289.454 | 548.010 | 42,5% |
| Nº médio de trabalhadores | 71.354 | 53.065 | 18.289 | 34,5% |
| VABcf per capita | 25,8 | 24,3 | 1 | 6,0% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Também o acréscimo do activo líquido do sector resulta, exclusivamente, da integração, em 2007 das 17 unidades de saúde já referidas.

Quadro 3.2.3.4
Sector da Saúde
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 3.356.900 | 2.850.410 | 506.490 | 17,8% |
| Capital próprio | 1.395.343 | 1.301.075 | 94.268 | 7,2% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 1.961.558 | 1.549.333 | 412.225 | 26,6% |
| Autonomia financeira (%) | 41,6% | 45,6% | | |
| Solvabilidade (%) | 71,1% | 84,0% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 138,5% | 158,3% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A estrutura do activo deste sector é invulgar, pois como se pode verificar pelo rácios apresentados as entidades do sector da saúde têm um nível de disponibilidades elevado sendo que a rubrica de caixa e depósitos representa cerca de 25% do activo líquido, situação que advém do facto de, na sua maioria, as entidades não terem ainda esgotado a verba que lhes foi atribuída a título de capital estatutário com vista à realização de investimentos de racionalização e modernização e no âmbito da concretização dos planos de negócio definidos.

O passivo aumentou 26,6% relativamente ao ano de 2006, situando-se nos 1 961,5 M€. No entanto, este acréscimo resulta mais uma vez, quase que exclusivamente da entrada das novas unidades de saúde para o universo do SEE.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

3.2.4. Serviços de Utilidade Pública

Este Sector contava, em 2007, com participações directas do Estado em sociedades holding que encabeçam dois grupos económicos: AdP (34,36%)¹⁴ e CTT (100%).

Apesar do sector ser constituído apenas pelas duas entidades mencionadas, ambas são empresas-mãe de grupos que integram participações em 65 empresas (AdP: 53 e CTT: 12). Estamos assim perante um Sector pouco homogéneo, quer do ponto de vista da actividade, quer da dimensão.

Ao nível da estrutura accionista a participação pública em 31 de Dezembro de 2007, tanto na AdP como nos CTT era de 100%¹⁵.

Apesar de ser notória a evolução positiva dos resultados operacionais do Sector, continua a verificar-se a existência de resultados financeiros negativos muito elevados, 96% dos quais atribuíveis à AdP. Com efeito, os juros suportados pelas empresas do grupo AdP passaram de 63,3 M€ em 2006 para 80,5 M€ em 2007 e são justificados pelo aumento do endividamento das empresas do grupo que é consequência directa do crescimento do seu volume de investimentos.

Apesar de uma das características das *public utilities* ser exactamente a sua baixa vulnerabilidade aos ciclos económicos, as razões para este bom desempenho operacional do sector são diversas e merecem, pela sua relevância, referências individualizadas.

O grupo CTT apurou um lucro líquido consolidado de 72,7 M€, verificando-se um incremento de 8,7% face ao ano anterior. Este bom desempenho resultou do efeito conjugado do aumento dos resultados operacionais (+18 M€) e da redução do imposto sobre o rendimento (-34,5 M€) associado ao reporte de prejuízos fiscais. O volume de negócios cresceu 5%, com base essencialmente nos negócios menos tradicionais do grupo.

¹⁴ Já em 2008 o Estado passou a deter directamente apenas 8,82% do capital da AdP, estando o restante da participação que detinha (25,54%) na posse da Parpública.

¹⁵ Na AdP, o Estado detinha como accionista directo 34,36% e de forma indirecta, através da *holding* estatal PARPÚBLICA e da CGD, 45,3% e 20,4% respectivamente. Os CTT eram detidos de forma exclusiva e directa.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.4.1

Sector dos Serviços de Utilidade Pública
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | 117.258 | 92.680 | 24.578 | 26,5% |
| Resultado operacional após subsídios | 118.147 | 92.717 | 25.430 | 27,4% |
| Resultado financeiro | (73.184) | (83.350) | 10.166 | 12,2% |
| Resultado líquido | 80.632 | 34.006 | 46.627 | 137,1% |
| EBITDA | 364.489 | 362.394 | 2.095 | 0,6% |
| Margem EBITDA | 27,2% | 27,5% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A AdP realizou em 2007 investimentos que ascenderam a 640,5 M€, o que corresponde a um acréscimo de 8,9% face ao ano anterior. Estes investimentos foram direccionados maioritariamente para a área de negócio Água (409,5 M€) estando na origem da maior parte do aumento do endividamento bancário do grupo (+224,2 M€), uma vez que os meios libertos líquidos foram de 218,9 M€.

Para a recuperação do resultado líquido (+43,9 M€) contribuíram principalmente os resultados operacionais (+ 60,5 M€), cuja melhoria ficou a dever-se, entre outros factores, à redução das provisões do exercício (-37,8 M€), as quais tinham sido reforçadas no ano anterior para fazer face às perdas associadas as participações internacionais do grupo.

Importa referir que o resultado líquido da AdP contém um efeito favorável de 24,3 M€ relativo a desvios tarifários que resultam da diferença entre o montante necessário para a cobertura de encargos elegíveis (de acordo com fórmulas de cálculo de tarifas de abastecimento de água constantes dos contratos de concessão) e o montante efectivamente arrecadado pelas concessionárias. Estes desvios correspondem às quantias necessárias para o reequilíbrio dos contratos de concessão, o qual pode ser assegurado pela extensão do prazo de concessão, pelo aumento das tarifas ou por compensação directa.

Assinala-se ainda a diminuição de 384 trabalhadores no efectivo médio, em base consolidada, para o qual os CTT contribuíram com uma redução de 317 trabalhadores.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.4.2

Sector dos Serviços de Utilidade Pública
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|----------------|----------------|-----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 1.341.848 | 1.319.217 | 22.630 | 1,7% |
| Custos com pessoal | 570.863 | 580.892 | (10.029) | -1,7% |
| VABcf | 901.639 | 945.878 | (44.240) | -4,7% |
| Nº médio de trabalhadores | 21.068 | 21.452 | (384) | -1,8% |
| VABcf per capita | 42,8 | 44,1 | (1) | -2,9% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Do ponto de vista da estrutura patrimonial, o activo líquido consolidado do Sector registou, em 2007, um acréscimo de 527,5 M€, reflectindo, sobretudo, o esforço de investimento na AdP, cujo activo cresceu 455 M€, correspondentes a um aumento de 10%. Nos CTT a variação positiva de +72,5 M€ resulta principalmente do efeito conjugado do acréscimo registado nas aplicações de tesouraria (+102,7 M€) e da redução das imobilizações corpóreas e incorpóreas (-14,5 M€).

Os capitais próprios registaram um aumento de 8,6%, que ficou a dever-se essencialmente aos CTT (+48 M€) por via da cobertura de prejuízos acumulados de anos anteriores através da retenção de resultados, uma vez que na AdP registaram um aumento de apenas 6,8 M€.

Quadro 3.2.4.3

Sector dos Serviços de Utilidade Pública
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|----------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 6.487.345 | 5.959.868 | 527.477 | 8,9% |
| Capital próprio | 695.114 | 640.263 | 54.851 | 8,6% |
| Interesses minoritários | 196.753 | 186.914 | 9.839 | - |
| Passivo | 5.595.478 | 5.132.691 | 462.787 | 9,0% |
| Autonomia financeira (%) | 10,7% | 10,7% | | |
| Solvabilidade (%) | 12,4% | 12,5% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 84,1% | 76,5% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O aumento do passivo é explicado pelo acréscimo registado em ambas as empresas, na AdP de +438,3 M€ e nos CTT de +24,4 M€, neste caso referente a fornecedores correntes e benefícios de saúde a liquidar. No que respeita à AdP, este acréscimo é justificado, principalmente, pela elevação do nível de endividamento já anteriormente referido.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

3.2.5. Transportes

O sector de transporte público colectivo de passageiros inclui 5 empresas totalmente detidas pelo Estado: a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA; a CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.; o Metropolitano de Lisboa, E.P. (ML); a STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. e a Transtejo - Transportes do Tejo, S.A., bem como outras duas sociedades em que o capital social é partilhado com outras entidades, designadamente o MM - Metro do Mondego, S.A., em que o Estado detém uma participação directa de 53% e o MP - Metro do Porto, S.A. cuja participação do Estado, em 31 de Dezembro de 2007, conjuntamente com a CP e a STCP era de 40% enquanto que os restantes 60% pertenciam à Área Metropolitana do Porto e a diversos municípios da mesma área. Registe-se, porém, que no início de 2008 houve um aumento de capital da Metro do Porto, subscrita integralmente pelo Estado, do qual resultou o aumento da participação conjunta do Estado, CP e STCP para 60%, reduzindo-se para 40% a participação da Área Metropolitana do Porto e municípios subscritores. Na MM, a percentagem remanescente de capital pertence a vários municípios.

A actividade do Metro do Mondego, embora enquadrada neste sector, resume-se ainda às actividades de investimento na infra-estrutura de metro ligeiro integrado no Sistema de Mobilidade do Mondego. No **Quadro 3.2.5.1** apresenta-se a evolução dos resultados do sector em 2007, confirmando-se a perspectiva de que o sector é altamente deficitário em termos de exploração corrente, não obstante o efeito de compensação dos subsídios à exploração/indemnizações compensatórias evidenciados nas respectivas demonstrações de resultados. Estas subvenções, embora em montante insuficiente, permitiram uma melhoria de 8% nos resultados operacionais do sector.

Os resultados financeiros, que se cifraram no montante negativo de 263,8 M€ em 2007, revelam um agravamento de 16% comparativamente com o ano transacto justificado, maioritariamente, pelo acréscimo dos encargos financeiros da CP e do Metro do Porto.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.5.1
Sector dos Transportes
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|------------------|------------------|-------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (456.687) | (468.534) | 11.846 | 2,5% |
| Resultado operacional após subsídios | (320.265) | (348.380) | 28.115 | 8,1% |
| Resultado financeiro | (263.819) | (227.490) | (36.329) | -16,0% |
| Resultado líquido | (557.207) | (557.150) | (57) | 0,0% |
| EBITDA | (109.128) | (152.411) | 43.283 | 28,4% |
| Margem EBITDA | -21,0% | -31,3% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Relativamente aos resultados líquidos constata-se que estes mantiveram um comportamento constante, com uma variação negativa pouco expressiva (0,01%), em termos globais, verificando-se contudo, mais uma vez, que em 2007, todas as empresas do sector apuraram resultados líquidos negativos. A Metro do Porto protagonizou o agravamento mais acentuado, de cerca de 16%, elevando-se o prejuízo a 145,2 M€. Todavia, o montante mais elevado de prejuízos foi o registado pela CP (-183,9 M€), não obstante ser inferior em 9 M€ relativamente a 2006.

Além da melhoria do resultado líquido da CP, também a evolução positiva registada pela CARRIS e pelo Metropolitano de Lisboa, todas com menores prejuízos do que os registados no ano transacto, contribuíram para a estabilização do resultado líquido agregado do sector em - 557,2 M€, sobretudo graças ao efeito de compensação verificado entre a melhoria dos resultados operacionais e o agravamento dos resultados financeiros globalmente considerados.

A CP foi responsável por cerca de 33% dos prejuízos totais das empresas do sector, enquanto que o Metropolitano de Lisboa e o Metro do Porto são responsáveis por 26% cada uma. Os resultados da CARRIS, da STCP, do Metro do Mondego e da TRANSTEJO explicam, em conjunto, a parcela remanescente de 15%.

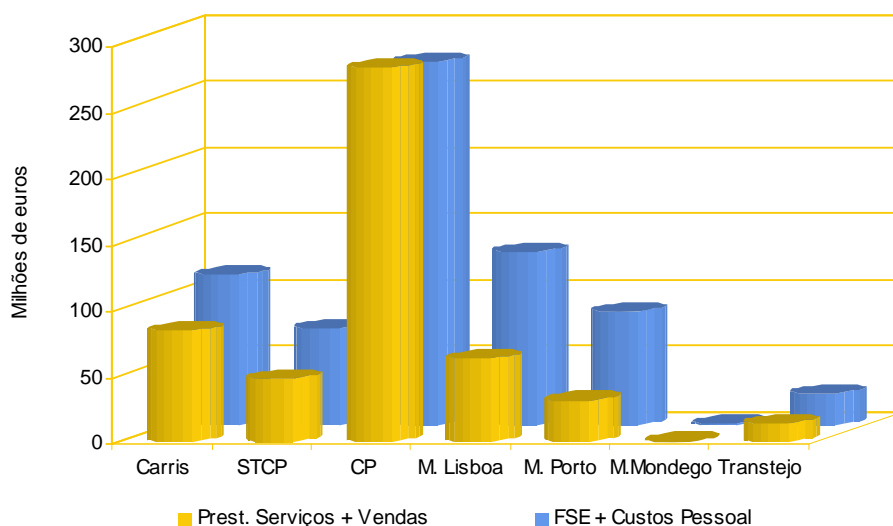
Da estrutura de custos das empresas que integram o sector dos transportes, ressaltam os custos directos de produção (fornecimentos e serviços externos e as despesas com o pessoal) que representam 52% da totalidade dos custos. Se a estes acrescentarmos os encargos financeiros, aquela percentagem ascende a 75%.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Gráfico 3.2.5.1

Sector de Transportes

Peso dos FSE e Custos c/ Pessoal sobre Proveitos em 2007



O **Gráfico 3.2.5.1** evidencia claramente a insuficiência dos proveitos de exploração para cobrir os custos com fornecimentos e serviços externos e com o pessoal, com excepção da CP em que os valores quase se equilibram, destacando-se, pela sua gravidade, as situações da Metro do Porto e da Metropolitano de Lisboa.

Tendo em conta os níveis de défices da exploração apurados em cada uma das empresas do sector, facilmente se constata que estas não têm capacidade para libertar recursos. Assim, em 2007, tal como nos anos anteriores, o EBITDA, tendo por base as contas agregadas das empresas do sector, foi negativo.

Em 2007, a generalidade das empresas de transportes, reduziram ou mantiveram o seu número médio de trabalhadores face ao ano anterior, à excepção do Metro do Mondego e da Carris, permitindo, deste modo, que o sector tenha reduzido os custos com o pessoal em cerca de 4,1%. Note-se, contudo, que esta redução foi superada pelo agravamento de 8% nos custos com fornecimentos e serviços externos, em consequência, sobretudo, do aumento de custos desta natureza na CP (+17,4 M€). Registe-se, ainda, o acréscimo de 15,4 M€ dos custos decorrentes de amortizações de imobilizado.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.5.2
Sector dos Transportes
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|----------------|----------------|---------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 520.122 | 486.802 | 33.320 | 6,8% |
| Custos com pessoal | 368.336 | 384.071 | (15.735) | -4,1% |
| VABcf | 305.659 | 282.635 | 23.024 | 8,1% |
| Nº médio de trabalhadores | 10.939 | 11.099 | (160) | -1,4% |
| VABcf per capita | 27,9 | 25,5 | 2 | 9,7% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Pelo efeito conjugado do aumento do VABcf em cerca de 8,1% e da diminuição do n.º médio de trabalhadores em 2007, constata-se o aumento da produtividade por trabalhador em 9,7%, tendo essa evolução positiva sido comum à generalidade das empresas de transportes, à excepção da Transtejo e da STCP que registaram ligeiras quebras de produtividade.

No que respeita à estrutura patrimonial (**Quadro 3.2.5.3**), o sector dos Transportes comportou um decréscimo do activo líquido de 12,5 M€ em relação ao ano anterior, suportado em grande parte na diminuição de investimento em imobilizado corpóreo, especialmente por parte do Metropolitano de Lisboa e, em menor dimensão, pelo Metro do Porto, que estão a chegar ao fim de um forte ciclo de investimento na expansão da rede. Efectivamente, no exercício de 2007, parte das rubricas do activo imobilizado deste sector sofreu uma forte redução, que em termos absolutos corresponde a 358,3 M€, ou seja, menos 50%, comparativamente ao ano 2006.

Quadro 3.2.5.3
Sector dos Transportes
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|--------------------|--------------------|------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 7.189.776 | 7.202.281 | (12.504) | -0,2% |
| Capital próprio | (2.482.793) | (1.958.660) | (524.132) | -26,8% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 9.672.569 | 9.160.941 | 511.628 | 5,6% |
| Autonomia financeira (%) | -34,5% | -27,2% | | |
| Solvabilidade (%) | -25,7% | -21,4% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 80,4% | 77,9% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Merece também referência a variação negativa dos capitais próprios na ordem dos 27%, expressa em todas as empresas de transportes do SEE, com especial destaque para a CP (-185 M€), que apesar de apresentar uma melhora ao nível do resultado líquido de 2007



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

(embora ainda negativo), regista um elevado prejuízo em termos de resultados transitados de 3 829 M€ (agravamento de 187 M€).

Paralelamente, enfatiza-se ainda a deterioração do agregado dos capitais próprios no Metro do Porto (-137,3 M€) - montante este que não espelha o impacto real dos prejuízos registados, uma vez que esta empresa transfere directamente para os capitais próprios todos os subsídios ao investimento recebidos em vez de os reconhecer como proveitos na medida em que os investimentos vão sendo amortizados - e no Metropolitano de Lisboa (-121,4 M€).

Este comportamento negativo dos capitais próprios advém dos sucessivos défices de exploração acumulados pelas empresas, resultante da insuficiência tarifária e do excessivo recurso a capitais alheios para financiar tal carência. O endividamento é determinante para assegurar a cobertura financeira dos investimentos que as empresas dos transportes realizam.

A degradação dos capitais próprios do sector em apreço encontra-se bem patente no valor negativo dos resultados transitados acumulados e dos resultados líquidos do exercício, que ascenderam, em 2007, ao montante global de -7 093,5 M€, o que se traduz num agravamento de 8,4% relativamente à situação no final de 2006. Anote-se que o capital social no conjunto das empresas consideradas ascende somente a 2.901,3 M€.

Como seria expectável, o passivo global do sector cresceu no exercício em causa (5,6%), elevando-se a 9 672,6 M€ (+ 511,6 M€ que em 2006). Este crescimento encontra-se fundamentado no aumento das dívidas a terceiros, maioritariamente nos empréstimos obrigacionistas e, em menor peso, nos empréstimos de médio e longo prazo. A empresa que mais contribuiu para esta situação foi o Metropolitano de Lisboa (+ 392,3 M€ nos empréstimos obrigacionistas).

No final de 2007 o passivo total, excluindo as rubricas de acréscimos e diferimentos, ascendia a 9 009,5 M€, sendo 37,4% deste montante da responsabilidade da Metropolitano de Lisboa, 31,8% da CP e 20,4% do Metro do Porto.

O rácio da estrutura patrimonial do sector dos transportes evidencia uma adequada cobertura do activo fixo pelos capitais permanentes, embora esta cobertura seja realizada sobretudo por capitais alheios a médio e longo prazo.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

3.2.6. Parpública

A actividade da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A. (PARPÚBLICA), tem sido focalizada, desde a sua constituição, na gestão de participações sociais que integrem o seu património e na intervenção no desenvolvimento de processos de privatização no quadro determinado pela Lei nº 11/90, de 5 de Abril (Lei Quadro das Privatizações).

Contudo, estando concluídos muitos dos processos de reprivatização equacionados nos sucessivos programas de privatizações, perspectiva-se agora uma fase de progressiva intervenção da sociedade no domínio da gestão de património imobiliário público, o que se observou já em 2007, vertente esta que integra também o respectivo objecto social.

Quadro 3.2.6.1
PARPÚBLICA
Relação das Participadas em 31-12-2007

| DENOMINAÇÃO SOCIAL | CAPITAL SOCIAL | Participação | Quantidade de Títulos |
|--|---------------------|--------------|-----------------------|
| Companhia das Lezírias | 5.000.000 euros | 1.000.000 | 100,00% |
| Imprensa Nacional Casa da Moeda | 27.445.000 euros | 5.500.000 | 100,00% |
| Lazer e Floresta, S.A. | 57.887.635 euros | 11.577.527 | 100,00% |
| QUIMIPARQUE - Parques Empresariais | 59.000.000 euros | 11.800.000 | 100,00% |
| Ria Mãe, Lda* | 74.819,68 euros | 2 quotas | 100,00% |
| Sagesecur - Estudo, Desenv. e Part. em Projectos de Invest. em Valores Mobiliários, S.A. | 22. 500 000 euros | 500.000 | 100,00% |
| Sagestamo - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imob. | 184.000.000 euros | 36.800.000 | 100,00% |
| SNESGES - Administração e Gestão de Imóveis e Prestação de Serviços, S.A. | 4.987.980 euros | 997.596 | 100,00% |
| TAP - SGPS | 15.000.000 euros | 1.500.000 | 100,00% |
| URBINDUSTRIA - Soc. Urbaniz. e Infraestr. Imóveis | 5.000.000 euros | 1.000.000 | 100,00% |
| ENVC - Sociedade Imobiliária | 12.948.000 euros | 2.595.000 | 99,81% |
| Fábricas Mendes Godinho* | 1.497.000 euros | 225.000 | 75,00% |
| Margueira - Soc. Gestão de Fundos Invest. Imob. | 500.000 euros | 51.000 | 51,00% |
| CE - Circuito Estoril, SA | 61.300.000 euros | 12.260.000 | 100,00% |
| Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva * | 499.000 euros | 100.000 | 100,00% |
| ADP - Águas de Portugal | 434.500.000 euros | 39.337.526 | 45,27% |
| CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar | 2.500.000 euros | 225.000 | 45,00% |
| ANA - Aeroportos de Portugal | 200.000.000 euros | 27.422.096 | 68,56% |
| Isotal - Imobiliária do Sotavento do Algarve | 300.000 euros | 18.632 | 31,05% |
| REN - Rede Eléctrica Nacional | 534.000.000 euros | 165.545.340 | 50,00% |
| INAPA - Investimentos e Participações de Gestão, S.A. | 150.000.000 euros | 49.084.738 | 29,71% |
| GALP Energia, SGPS | 829.250.635 euros | 58.079.514 | 7,00% |
| EDP - Energias de Portugal | 3 656 537 715 euros | 749.323.856 | 20,49% |
| Ambelis, S.A.* | 997.595,79 euros | 200 | 0,10% |
| SN Longos - Empresa de Produtos Longos | 4.987.980 euros | 1.000.000 | 10,00% |
| Instituto Nacional de Habitação | 75.503.038 euros | 377.590.008 | 5,00% |
| Lisnave - Infraestruturas Navais | 25.530.000 euros | 106.000 | 2,08% |
| SALVOR - Sociedade de Investimento Hoteleiro | 39.105.755 euros | 92.465 | 1,18% |
| Salvador Caetano - Comércio de Automóveis | 26.000.000 euros | 72.319 | 0,28% |
| Portugal Telecom | 30.774.000 euros | 801.332 | 0,07% |
| Uniténis, S.A. | 2.969.500 euros | 5 | 0,03% |
| CREDIP-Instituição Financeira de Crédito, S.A. | 10.000.000 euros | 400.000 | 20,00% |
| PT Multimédia SGPS,SA | 3.039.968 euros | 112.870 | 0,03% |

Fonte: Parpública

* Em liquidação

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

3.2.6.1. Actividade de gestão de participações em empresas

Após as alterações verificadas no exercício de 2007, os investimentos financeiros da PARPÚBLICA, ao valor registado no balanço de 31.12.2007, ascendiam a 4 212 M€, valor ligeiramente superior ao registado no ano transacto.

Quadro 3.2.6.1.1
GRUPO PARPÚBLICA

Milhões de euros, excepto percentagens

| ACTIVOS FINANCEIROS | VALORES DE BALANÇO | | |
|---|--------------------|--------------|-------------|
| | 31.12.2007 | 31.12.2006 | Variação % |
| Participações em empresas do grupo e associadas | 2.212 | 2.287 | -3,3% |
| Empréstimos a empresas do grupo | 564 | 364 | 55,0% |
| Empréstimos a empresas associadas | 1 | 1 | 0,0% |
| Outras participações financeiras | 1.205 | 745 | 61,8% |
| Adiantamentos c/ inv. Financeiros | 230 | 735 | -68,8% |
| TOTAL | 4.212 | 4.132 | 1,9% |

Fonte: Relatório e contas da empresa

A reduzida variação da carteira de participações da PARPÚBLICA resulta do facto da empresa registar as suas participações ao valor contabilístico evidenciado pelas respectivas contas, não reflectindo por isso o valor de mercado. Assim, por exemplo, os títulos da GALP Energia estão registados ao preço unitário de 2,48 euros (58 079 514 acções) e os títulos da REN (165.545.340 acções) ao custo unitário de 2 euros, ambas as empresas cotadas na bolsa a preços substancialmente superiores.

Importa destacar, ainda no âmbito da actividade de gestão de participações em empresas, que em 2007 foi emitido um empréstimo por obrigações convertíveis de 1 015,2 M€ associado à 7ª fase de reprivatização da EDP, cujo reembolso antecipado está previsto em função do exercício da call-option detida pelos obrigacionistas.

3.2.6.2. Actividade de gestão de património imobiliário

Por seu turno, como atrás referimos, a actividade imobiliária vem assumindo uma crescente importância na actividade do grupo, através das participadas SAGESTAMO, da subsidiária desta FUNDIESTAMO, Quimiparque, SNESGES/Urbindústria e Lazer e Floresta, que no conjunto protagonizaram vendas no montante de 122,3 M€ e contribuíram em 20% para o resultado consolidado do grupo. No final de 2007 foi lançado um fundo fechado de subscrição

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

pública, FUNDIESTAMO I, com o capital de 145 M€, vocacionado para deter imóveis arrendados a entidades públicas, essencialmente localizados em Lisboa.

3.2.6.3. Situação económica e financeira

A actividade económica da PARPÚBLICA, SGPS em 2007 saldou-se por um resultado líquido do exercício de 162,4 M€, valor substancialmente inferior ao observado em 2006, por não se terem repetido, em 2007, as mais-valias de processos de reprivatizações e a distribuição extraordinária de reservas por parte de participadas ocorridas em 2006.

No âmbito da actividade da empresa como SGPS assumem particular relevância os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, cujo contributo para o resultado líquido ascendeu a cerca de 227 M€.

O resultado consolidado da PARPÚBLICA ascendeu, em 2007, a 386 M€, valor substancialmente inferior ao observado em 2006, pelas razões que também justificam a variação dos resultados individuais.

Quadro 3.2.6.3.1

GRUPO PARPÚBLICA Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|----------------|------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | 490.971 | 728.087 | (237.116) | -32,6% |
| Resultado operacional após subsídios | 520.496 | 744.990 | (224.494) | -30,1% |
| Juros obtidos e suportados | (93.706) | 70.340 | (164.046) | -233,2% |
| Resultado líquido | 375.842 | 791.832 | (415.990) | -52,5% |
| EBITDA | 736.862 | 853.172 | (116.310) | -13,1% |
| Margem EBITDA | 29,50% | 44,70% | | |

Fonte: Relatório e contas consolidado do grupo de 2007

Nota: Contas preparadas no referencial IFRS / IAS

Para o resultado líquido consolidado da PARPÚBLICA contribuíram em cerca de 60% os resultados da gestão da carteira de participações que não é objecto de consolidação pelo método integral, em cerca de 20% a actividade imobiliária, logo seguida da actividade aeronáutica - TAP e ANA com 19%.

Algumas empresas do grupo continuaram a beneficiar, em 2007, de subsídios à exploração, ascendendo neste exercício ao montante de 29,5 M€ (destacando-se os atribuídos pelo Estado à TAP - 15,6 M€, à INCM - 5,5 M€, à ANA/NAER - 1,8 M€ e à Companhia das Lezírias -2,7 M€.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

A elevada variação do resultado operacional resultou essencialmente do agravamento de custos verificado nos gastos com o pessoal (585,7 M€ em 2007; 430,5 M€ em 2006) e nos fornecimentos e serviços externos e materiais e serviços consumidos (1 881,8 M€ em 2007; 1 528 M€ em 2006), parcialmente compensado com o aumento dos proveitos registados no exercício (2 524,7 M€ em 2007 e 1 925,1 M€ em 2006). As variações mencionadas, resultaram, em grande parte, da integração da ANA.

Quadro 3.2.6.3.2

GRUPO PARPÚBLICA

Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|----------------------------|----------------|----------------|------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 2.524.717 | 1.925.127 | 599.590 | 31,1% |
| Custos com pessoal | 585.752 | 430.473 | 155.279 | 36,1% |
| VABcf | 465.133 | 571.793 | (106.660) | -18,7% |
| N.º médio de trabalhadores | 11.425 | 10.329 | 1.096 | 10,6% |
| VABcf <i>per capita</i> | 41 | 55 | (15) | -26,5% |

Fonte: Relatório e contas consolidado do grupo de 2007

Com efeito, cerca de 92% do total das vendas e prestações de serviços resultaram da actividade da TAP e da ANA, devendo-se à integração desta última o aumento verificado.

O número médio de trabalhadores indicado passou a incluir os da ANA, tendo-se considerado também em 2006 para comparação. A variação observada de 2006 para 2007 ficou a dever-se essencialmente à TAP, pelo efeito de absorção da Portugalia.

3.2.6.4. Situação patrimonial

A PARPÚBLICA tem um capital social de 2.000 milhões de euros (M€), totalmente detido pelo Estado, apresentando uma estrutura financeira sólida consubstanciada em níveis de autonomia financeira acima dos 33% e um rácio de solvabilidade de 52%, não obstante o elevado nível de endividamento de algumas das suas subsidiárias, particularmente o grupo TAP.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.6.4.1
GRUPO PARPÚBLICA
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|------------|-----------|-----------|--------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 10.295.593 | 7.904.629 | 2.390.964 | 30,2% |
| Capital próprio | 3.489.369 | 3.274.929 | 214.440 | 6,5% |
| Interesses minoritários | 106.601 | 23.047 | 83.554 | 362,5% |
| Passivo | 6.699.624 | 4.606.654 | 2.092.970 | 45,4% |
| Autonomia financeira (SL / Activo) | 33,9% | 41,4% | | |
| Solvabilidade (SL / Passivo) | 52,1% | 71,1% | | |
| Estrutura financeira (Cap.Perm./Activo Fixo) | 118,1% | 122,4% | | |

Fonte: Relatório e contas consolidado do grupo de 2007

A situação patrimonial do grupo no final do exercício de 2007 reflecte a situação patrimonial das suas subsidiárias, com peso predominante da TAP e da ANA, esta última que pelo primeiro ano integrou o perímetro de consolidação da PARPÚBLICA. Reflecte também a actividade imobiliária que vem assumindo uma crescente importância na actividade do grupo e que contribuiu em 20% para o resultado consolidado do grupo.

Do lado do passivo consolidado observa-se um agravamento do endividamento do grupo, contudo, esse aumento acompanhou de perto o acréscimo do activo imobilizado.

Quadro 3.2.6.4.2
GRUPO PARPÚBLICA
DÍVIDA BANCÁRIA CONSOLIDADA

Milhares de euros, excepto percentagens

| RÚBRICAS | 2007 | 2006 | Variação % |
|-----------------------------|------------------|------------------|---------------|
| Passivo não corrente | 4.403.942 | 2.730.084 | 61,30% |
| Obrigações | 3.316.716 | 2.090.188 | 58,7% |
| Créditos bancários | 1.053.707 | 639.896 | 64,7% |
| Outros | 33.519 | 0 | |
| Passivo Corrente | 241.929 | 528.138 | -54,2% |
| Obrigações | 0 | 0 | |
| Créditos bancários | 239.571 | 28.138 | 751,4% |
| Outros | 2.358 | 500.000 | -99,5% |
| Total | 4.645.871 | 3.258.222 | 42,6% |

Fonte: Relatório e contas da empresa

Os empréstimos obrigacionistas resultam de emissões da própria PARPÚBLICA. A dívida de 1 053,7 M€ provém da TAP (614 M€) e da ANA (439,7 M€).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

3.2.7. Requalificação Ambiental

Este sector integra a Parque Expo 98, SA, que assume um peso predominante na estrutura patrimonial do conjunto do sector, dada a diminuta expressão das três Sociedades Polis constituídas sob a forma de sociedades anónimas (**Quadro 3.2.7.1**) e ainda em actividade¹⁶ também incluídas no sector, as quais estavam destinadas a gerir e coordenar os investimento a realizar na respectiva zona de intervenção, no quadro do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Programa Polis), dentro de horizontes temporais limitados à concretização dos respectivos projectos, estabelecidos através dos diplomas que lhes deram origem.

Quadro 3.2.7.1 Sector da Requalificação Ambiental

| Sociedades Polis | | |
|---------------------|-----------|--------------------|
| - Costa de Caparica | - Setúbal | - Viana do Castelo |

A estrutura accionista destas sociedades Polis é comum, detendo o Estado 60% do capital social e o Município da zona de intervenção os restantes 40%. No exercício de 2007, entraram em liquidação quatro sociedades Polis¹⁷.

Como atrás se referiu, a análise deste sector é dominada pela dimensão e peso preponderante da Parque Expo 98.

Quadro 3.2.7.2 Sector da Requalificação Ambiental Evolução dos Resultados

| | Milhares de euros, excepto percentagens | | | |
|--|---|--------------|---------------|----------------|
| | 2007 | 2006 | Variação | |
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | 35.364 | 20.825 | 14.539 | 69,8% |
| Resultado operacional após subsídios | 35.964 | 20.825 | 15.139 | 72,7% |
| Resultado financeiro | (10.596) | (20.255) | 9.660 | 47,7% |
| Resultado líquido | 26.841 | 1.802 | 25.039 | 1389,7% |
| EBITDA | 45.351 | 24.124 | 21.227 | 88,0% |
| Margem EBITDA | 92,0% | 31,6% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

¹⁶ À data da emissão do presente relatório.

¹⁷ Cacém, Chaves, Tomar e Vila Nova de Gaia.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O resultado líquido do sector (**Quadro 3.2.7.2**) registou uma evolução positiva de 25 M€, sustentada significativamente pelo crescimento do resultado operacional. Esta melhoria, explicada essencialmente pela Parque Expo 98, teve origem na reversão dos ajustamentos efectuados relativamente ao valor em uso do Pavilhão Atlântico, Oceanário de Lisboa, Parque de Estacionamento do Oceanário e Gare Intermodal de Lisboa.

Quadro 3.2.7.3
Sector da Requalificação Ambiental
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 49.301 | 76.330 | (27.029) | -35,4% |
| Custos com pessoal | 15.833 | 17.552 | (1.719) | -9,8% |
| VABcf | 23.156 | 26.198 | (3.042) | -11,6% |
| Nº médio de trabalhadores | 310 | 328 | (18) | -5,5% |
| VABcf per capita | 74,7 | 79,9 | (5) | -6,5% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A evolução do volume de negócios do sector resulta sobretudo da redução do nível de vendas de terrenos verificada na Parque Expo 98, decorrente do progressivo esvaziamento da carteira de património imobiliário associado ao projecto “Parque das Nações”.

Os custos com pessoal registaram uma evolução favorável, em resultado da cessação de contratos de trabalho decorrente de projectos desenvolvidos pela Parque Expo 98, entretanto concluídos.

Quadro 3.2.7.4
Sector da Requalificação Ambiental
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 530.000 | 527.988 | 2.013 | 0,4% |
| Capital próprio | (35.127) | (51.248) | 16.121 | 31,5% |
| Interesses minoritários | (14.591) | (13.013) | (1.578) | -12,1% |
| Passivo | 579.719 | 592.248 | (12.529) | -2,1% |
| Autonomia financeira (%) | -6,6% | -9,7% | | |
| Solvabilidade (%) | -6,1% | -8,7% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 73,2% | 82,6% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Em 2007, o capital próprio, globalmente considerado, sofreu um acréscimo de 16,1 M€ face ao ano anterior, que decorreu fundamentalmente do resultado líquido positivo apurado no exercício de 2007 pela Parque Expo 98.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Finalmente, salienta-se uma quebra de cerca de 12,5 M€ no passivo sectorial, que se deveu, na sua maioria, à redução da dívida remunerada da Parque Expo 98.

3.2.8. Capital de Risco

A carteira de participações do Estado em entidades de capital de risco integrava, no final de 2007, uma participação de 15,03% numa Sociedade de Capital de Risco (SCR) InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, SA¹⁸ e, em seis Fundos de Capital de Risco (FCR), apresentando-se no **Quadro 3.2.8.1** a percentagem de participação directa do Estado no capital subscrito e as respectivas sociedades gestoras:

Quadro 3.2.8.1
Fundos de Capital de Risco

| FCR | Participação Directa do Estado | Entidade Gestora |
|---------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| Grupo CGD - Caixa Capital | 2,86% | Caixa Capital, SCR, SA |
| AICEP Capital Global GPI | 9,48% | AICEP Capital Global, SCR, SA |
| InovCapital | 64,88% | InovCapital, SCR, SA |
| InovCapital Valor | 6,64% | |
| InovCapital 2 | 75,06% | |
| InovCapital Valor 2 | 6,58% | |

Relativamente à AICEP Capital Global GPI, a referida participação foi concretizada em Julho de 2007, na sequência da fusão por incorporação do FIQ API Capital I, tendo este sido extinto.

Por outro lado, importa referir que os quatro fundos designados por InovCapital já tiveram anteriormente duas designações distintas, respectivamente FIQ PME Capital e FIQ InovCapital, FIQ PME Capital Valor e FIQ InovCapital Valor, FIQ PME Investimentos e FIQ InovCapital 2, FIQ PME Investimentos Valor e FIQ InovCapital Valor 2. Acresce ainda que também a InovCapital, SCR, S.A. passou a ser a sociedade gestora do FCR InovCapital 2 e do FCR InovCapital Valor 2 a partir de 01.10.2007, ambos anteriormente geridos pela PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA.

O Estado detém também duas outras participações, a primeira numa Sociedade financeira – PME Investimentos, Sociedade de Investimento, S.A. (15,03%), cuja actividade principal é o capital de risco, e a segunda num Fundo de Investimento de Capital de Risco em Moçambique FICREM – Moçambique (5,06%), gerido pela GCI – Sociedade de Capital de Risco, SARL.

¹⁸ Designada anteriormente por PME – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Note-se que além das participações directas, o Estado participa ainda em sociedades e fundos de capital de risco através de outras entidades, designadamente o IAPMEI, a AICEP e a CGD.

O Decreto-Lei n.º 375/2007, de 8 de Novembro¹⁹, veio definir um novo enquadramento jurídico à actividade de investimento em capital de risco através de sociedades, fundos ou de investidores de capital de risco, atribuindo à CMVM, a supervisão do disposto no referido decreto-lei e a sua regulamentação. De entre as novidades introduzidas salienta-se a consagração legal dos Investidores em Capital de Risco (IRC) e as medidas de simplificação administrativa.

Através do Regulamento da CMVM n.º 1/2008, de 7 de Março, foram estabelecidas várias regras aplicáveis às SCR, FCR e ICR entre as quais se destacam a avaliação dos activos e passivos que integram o seu património, o exercício da actividade dos FCR que investem maioritariamente noutros FCR e a prestação de informação.

A análise que se segue não integra os valores relativos ao FIQ API Capital I em 2006 e ao FCR AICEP Capital Global Grandes Projectos de Investimento em 2007 por não serem comparáveis.

Quadro 3.2.8.2
Sector de Capital de Risco
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---|----------------|--------------|----------------|----------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (6.901) | (7.188) | 287 | 4,0% |
| Resultado operacional após subsídios | (6.901) | (7.188) | 287 | 4,0% |
| Resultado financeiro | (2.580) | 5.199 | (7.779) | -149,6% |
| Resultado líquido | (2.325) | 3.942 | (6.267) | -159,0% |
| Investimento na carteira de participações | 263.192 | 154.556 | 108.636 | 70,3% |
| Valor médio do investimento por participada | 2.606 | 1.717 | 889 | 51,7% |

Fonte: Relatórios e contas da SCR e dos FCR

A diminuição do resultado líquido de 6,3 M€, ficou a dever-se, quase totalmente, à variação negativa registada pelo FCR Grupo CGD – Caixa Capital. A obtenção daquele resultado deve-se exclusivamente ao decréscimo de 149,6% registado no resultado financeiro, verificado sobretudo pelos ajustamentos negativos do exercício relacionados com a quebra de cotação de uma participada do FCR Grupo CGD – Caixa Capital.

¹⁹ Que revogou o Decreto-Lei n.º 319/2002, de 28 de Dezembro.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.8.3
Sector de Capital de Risco
Evolução das Operações

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|------------------------------|--------------|--------------|------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Investimento total | 72.785 | 34.348 | 38.437 | 111,9% |
| Investimento novas operações | 5.746 | 28.753 | (23.007) | -80,0% |
| Vendas totais | 6.370 | 18.506 | (12.136) | -65,6% |
| Vendas parciais | 896 | 2.495 | (1.599) | -64,1% |
| Abates por falência | 998 | 1.865 | (867) | -46,5% |
| Mais Valias Líquidas | 6.521 | 6.062 | 459 | 7,6% |

Fonte: Relatórios e contas da SCR e dos FCR

O ano de 2007 foi marcado por um aumento, em cerca de 111,9% do valor de operações de investimento realizadas embora se tenha verificado uma redução do valor em novas operações. No que concerne aos desinvestimentos (vendas e abates por falência) não obstante a sua diminuição, em cerca de 14,6 M€, constatou-se uma melhoria nas mais valias líquidas obtidas no valor de 459 m€, sendo de realçar a contribuição do FCR Grupo CGD – Caixa Capital para a obtenção destas em cerca de 86,5%.

Quadro 3.2.8.4
Sector de Capital de Risco
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 312.307 | 230.871 | 81.436 | 35,3% |
| Capital próprio | 282.443 | 176.803 | 105.640 | 59,8% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 29.865 | 54.068 | (24.204) | -44,8% |
| Autonomia financeira (%) | 90,4% | 76,6% | | |
| Solvabilidade (%) | 945,7% | 327,0% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 127,8% | 107,8% | | |

Fonte: Relatórios e contas da SCR e dos FCR

Em termos patrimoniais destacam-se os acréscimos do capital próprio e do activo resultantes dos aumentos, respectivamente, do capital, em cerca de 110 M€, e de outros investimentos financeiros, em cerca de 63 M€, ambos verificados no FCR Grupo CGD – Caixa Capital.

Importa, por fim, referir que a PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A. transferiu para a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., em 30.09.2007, os FCR²⁰ que detinha, na qualidade de entidade gestora. Em 31.12.2007, aquela empresa tinha uma carteira

²⁰ Onde se incluem FIQ PME Investimentos (actual FCR InovCapital 2) e FIQ PME Investimentos Valor (actual FCR InovCapital Valor 2).



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

que integrava 13 participações com um valor de investimento de 9,2 M€, dos quais 968 m€ revestiam a forma de suprimentos concedidos a participadas.

3.2.9. Outros sectores

As empresas que integram este sector não homogéneo de empresas encontram-se identificadas no quadro seguinte:

Quadro 3.1.9.1.

Outros Sectores

Sociedades que integram Outros Sectores

Designação das Sociedades

Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E.
AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.
EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E.
EMA – Empresa de Meios Aéreos, S.A.
EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.
ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A.
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial, (S.G.P.S.), S.A. ⁽¹⁾
GeRAP – Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E.P.E.
OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.
Parque Escolar, E.P.E.
Teatro Nacional S.João, E.P.E.
TNDM II – Teatro Nacional D. Maria II, S.A.

⁽¹⁾ Embora a actividade desta sociedade se assemelhe ao capital de risco, segue o plano de contas das sociedades comerciais, o que inviabiliza a sua inclusão naquele sector.

Algumas destas empresas foram constituídas em 2007, como a EMA e a Parque Escolar, destinadas a gerir, respectivamente, os meios aéreos a afectar a serviços de protecção civil e o património associado a equipamentos escolares, a OPART na área da cultura e as duas empresas de serviços partilhados – a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. e a GeRAP – Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, E.P.E., no âmbito da política de racionalização de despesa pública.

A ANCP foi criada através do Decreto-Lei nº 37/2007, de 19 de Fevereiro, tendo por objecto gerir, de forma centralizada, dois sistemas de prestação de serviços públicos: o Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e o Parque de Veículos do Estado (PVE) adoptando para tal princípios, métodos e técnicas de gestão empresarial.

A criação da ANCP constituiu um dos objectivos do Programa de Reestruturação da Administração Central da Administração Pública do Estado (PRACE).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Relativamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas, assinala-se o lançamento, em 2008 de 15 concursos para a celebração de acordos quadro, envolvendo as seguintes categorias de bens e serviços:

Quadro 3.2.9.2

| Designação/(Âmbito) | Vaga | Lançamento |
|---|------|------------|
| Serviço Móvel Terrestre (comunicações móveis) | I | Fev-08 |
| Equipamento Informático (aquisição e aluguer operacional de PCs desktop, portáteis e servidores) | | Abr-08 |
| Papel e Economato (incluindo consumíveis de impressão) | | Mai-08 |
| Cópia e Impressão (aquisição de equipamentos e serviço <i>por página – full service</i>) | | Mai-08 |
| Combustíveis Rodoviários (gasolina, gasóleo e gpl) | | Jun-08 |
| Licenciamento de Software (aquisição e aluguer operacional) | | Jun-08 |
| Veículos (aquisição e aluguer operacional ou similar de veículos ligeiros e pesados de passageiros e de mercadorias e motociclos) | II | Jul-08 |
| Serviços de Limpeza e Produtos de Higiene | | |
| Vigilância e Segurança | | |
| Energia (Electricidade, Energias alternativas) | | |
| Viagens e Alojamentos | III | 3º Trim. |
| Redes de Comunicações e Dados | | 4º Trim. |
| Alimentação | | |
| Comunicações Fixas | | |
| Fardamentos e Vestuário | | |

Por outro lado, no âmbito da gestão do Parque de Veículos do Estado foi aprovado o respectivo Regime Jurídico que define, entre outros, os princípios de gestão, a classificação dos veículos em função da sua utilização e alguns critérios de composição da frota.

A GeRAP é uma entidade pública de cariz empresarial, que foi criada através do Decreto-Lei n.º 25/2007, de 7 de Fevereiro, tendo por objecto a prestação de serviços de suporte (designados por serviços partilhados) à Administração Pública e a gestão do pessoal em situação de mobilidade especial, assumindo a missão, as atribuições e as competências da entidade gestora da mobilidade prevista na Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Numa lógica de partilha de serviços comuns e numa primeira fase, a GeRAP presta serviços de apoio técnico e administrativo nas áreas da gestão de recursos humanos e financeiros, podendo de futuro ser extensível a outros domínios, designadamente à gestão de sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

A criação desta empresa corresponde a um dos objectivos do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

Com a constituição da GeRAP pretende-se a obtenção de volumes significativos de poupança anual na Administração Pública, contribuindo de forma directa para a consolidação das contas públicas.

No ano 2007, foi assegurada a continuidade do trabalho do Instituto de Informática/Direcção-Geral do Orçamento, através do programa RIGORE - que funcionará como base de partida dos meios financeiros. Foi ainda desenhada a estratégia da empresa, nomeadamente através do desenvolvimento do modelo de negócio e do estabelecimento de planos de intervenção prática.

Neste período a empresa prestou serviços a diversas secretarias-gerais, seus clientes directos. No que respeita à área dos recursos humanos, designadamente na mobilidade especial (ME), garantiu-se o cumprimento da Lei da Mobilidade²¹.

Neste âmbito foi desenvolvido o SIGAME – Sistema integrado de Gestão e Apoio à Mobilidade Especial e foi estabelecido um conjunto de actividades administrativas inerentes à operacionalidade da Lei, designadamente assessoria jurídica, gestão dos funcionários em situação de ME e prestação de informação à Tutela.

Dado existir uma grande disparidade entre as empresas em questão, quer ao nível da actividade desenvolvida, quer da sua dimensão, assim como de estrutura de proveitos, custos e situação patrimonial, o que impede uma análise coerente da sua evolução numa perspectiva de conjunto, privilegiam-se as conclusões com base na análise de dois sectores aqui inseridos, o sector da cultura e o sector da indústria, para além de se efectuar também uma análise individual das empresas de maior dimensão incluídas neste universo.

Em termos globais, podemos afirmar que se verificou um agravamento da grande maioria dos indicadores de actividade (**Quadro 3.2.9.3**) das empresas que compõem este sector, devendo-se, contudo, salvaguardar que os universos considerados não são inteiramente comparáveis.

²¹ Posteriormente alterada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.9.3
Outros Sectores
Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | (23.459) | (19.031) | (4.428) | -23,3% |
| Resultado operacional após subsídios | (15.224) | (1.581) | (13.643) | -862,8% |
| Resultado financeiro | (11.535) | (10.619) | (916) | -8,6% |
| Resultado líquido | (18.241) | (3.307) | (14.934) | -451,6% |
| EBITDA | 20.126 | 26.603 | (6.478) | -24,3% |
| Margem EBITDA | 13,2% | 18,6% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

O resultado líquido global deste conjunto de empresas piorou em 2007, explicado, em grande parte, pela variação negativa do resultado apurado pela EMPORDEF, que registou um prejuízo de 8,3 M€, penalizado fundamentalmente pela degradação dos resultados dos ENVC em consequência da anulação dos subsídios à construção naval anteriormente registados e pela amortização de projectos desenvolvidos em 2005, os quais foram entretanto incluídos no imobilizado incorpóreo. Para agravar o prejuízo apurado pela EMPORDEF contribuiu ainda a redução do lucro das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), explicado essencialmente pelos resultados financeiros negativos de 2,4 M€.

No resultado agregado das empresas consideradas ressalta ainda o registado pela OPART, cujo prejuízo ascendeu a 7,6 M€, essencialmente resultante da sua actividade de exploração, em cuja estrutura de custos assume um peso relevante os custos com pessoal, que totalizaram 6,4 M€, montante muito superior ao do volume de negócios registado no mesmo período.

Quadro 3.2.9.4
Outros Sectores
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 151.956 | 142.944 | 9.012 | 6,3% |
| Custos com pessoal | 41.368 | 35.773 | 5.596 | 15,6% |
| VABcf | 39.153 | 52.821 | (13.668) | -25,9% |
| Nº médio de trabalhadores | 1.591 | 1.159 | 432 | 37,3% |
| VABcf per capita | 24,6 | 45,6 | (21) | -46,0% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Na área da defesa, a EMPORDEF apresenta uma variação relevante do volume de negócios no valor de 8,67 M€, motivado pelo crescimento do volume de vendas das OGMA que atingiu 136,9 M€.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Relativamente aos custos com pessoal a grande variação ocorrida nesta rubrica deriva do facto de 6 das empresas que integram o sector terem sido criadas no ano transacto e não apresentarem valores comparativos para o ano de 2006.

Em termos da estrutura patrimonial, constatamos que o activo líquido globalmente considerado teve uma variação negativa significativa, sendo mais relevante que a evolução desfavorável verificada no capital próprio. O passivo da totalidade das empresas que compõem este sector não teve uma variação relevante.

Quadro 3.2.9.5
Outros Sectores
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 1.242.600 | 1.343.681 | (101.081) | -7,5% |
| Capital próprio | 208.866 | 303.506 | (94.639) | -31,2% |
| Interesses minoritários | -158 | 2.338 | (2.496) | -106,8% |
| Passivo | 1.033.892 | 1.037.839 | (3.946) | -0,4% |
| Autonomia financeira (%) | 16,8% | 22,6% | | |
| Solvabilidade (%) | 20,2% | 29,2% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 146,2% | 144,2% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A EGREP e a EMPORDEF são as empresas cujo valor do activo se destaca mais neste aglomerado de empresas, sendo respectivamente de 309,3 M€ e 665,2 M€ em finais de 2007, sendo de notar que o activo da EGREP é essencialmente composto por existências de produtos derivados do petróleo (284,8 M€), e que o da EMPORDEF inclui como rubrica mais relevante o valor de 466,8 M€, relativo a outras imobilizações corpóreas, das quais 227,6 M€ respeitam ao valor de trespasses e 230,5 M€ são relativos a imobilizações em curso.

O aumento verificado no capital próprio deste conjunto de empresas deve-se, predominantemente, aos valores de capital realizados pelo Estado nas empresas criadas em 2007, a ANCP (7,8 M€), a EMA (51,9 M€) e a GERAP (11,6 M€). Por outro lado, merece destaque a evolução negativa do capital próprio da EMPORDEF no valor de 12,2 M€.

O passivo agregado das empresas em apreço é explicado fundamentalmente pela EMPORDEF (588,7 M€), EGREP (297,3 M€) e ENATUR (101,7 M€), sendo que no caso da EGREP, o modelo de financiamento da sua actividade de armazenamento de reservas petrolíferas se baseia essencialmente no financiamento por capitais alheios.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

3.2.10. Empresas Sedeadas no Estrangeiro

Este sector integra apenas a HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A. (HCB), tendo sido os seus documentos de prestação de contas convertidos de meticais (MZN) para euros, por aplicação da taxa de câmbio referente a 31 de Dezembro de 2007, publicada pelo Banco de Portugal.

No âmbito da situação económica, a HCB encerrou o exercício de 2007 com resultados positivos de cerca de 29 M€, o que representa uma evolução favorável de 213 M€ face ao prejuízo registado em 2006.

Na origem da melhoria do resultado líquido da empresa esteve o resultado financeiro, que embora ainda negativo, registou uma melhoria significativa.

Quadro 3.2.10.1 Sector das Empresas Sedeadas no Estrangeiro Evolução dos Resultados

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|---------------|------------------|----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Resultado operacional antes de subsídios | 88.638 | 85.310 | 3.328 | 3,9% |
| Resultado operacional após subsídios | 88.638 | 85.310 | 3.328 | 3,9% |
| Resultado financeiro | (61.071) | (277.310) | 216.239 | 78,0% |
| Resultado líquido | 29.014 | (184.198) | 213.212 | 115,8% |
| EBITDA | 114.269 | 111.632 | 2.637 | 2,4% |
| Margem EBITDA | 59,7% | 76,0% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Com efeito, não obstante a melhoria substancial verificada no volume de negócios (**Quadro 3.2.10.2**), o aumento dos encargos com o pessoal e sobretudo o agravamento dos gastos com fornecimentos e serviços externos decorrentes do processo de reestruturação que a empresa sofreu acabaram por anular, em grande parte, o impacto positivo do acréscimo das vendas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 3.2.10.2
Sector das Empresas Sedeadas no Estrangeiro
Indicadores de Gestão Operacional

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|----------------|----------------|---------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Volume de negócios | 191.395 | 146.830 | 44.566 | 30,4% |
| Custos com pessoal | 23.334 | 15.038 | 8.296 | 55,2% |
| VABcf | 137.477 | 126.989 | 10.488 | 8,3% |
| Nº médio de trabalhadores | 635 | 632 | 3 | 0,5% |
| VABcf per capita | 216,5 | 200,9 | 16 | 7,7% |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

A estrutura patrimonial da HCB registou uma alteração significativa, quer em termos de capitais próprios, que passam de negativos para positivos registando um acréscimo significativo, quer em termos de passivo que sofreu uma redução expressiva por via da conversão dos empréstimos concedidos pelo Estado Português.

Quadro 3.2.10.3
Sector das Empresas Sedeadas no Estrangeiro
Estrutura Patrimonial

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---------------------------|------------------|------------------|--------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo líquido | 1.790.915 | 1.853.720 | (62.805) | -3,4% |
| Capital próprio | 1.142.529 | -365.483 | 1.508.012 | 412,6% |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | - |
| Passivo | 648.386 | 2.219.202 | (1.570.816) | -70,8% |
| Autonomia financeira (%) | 63,8% | -19,7% | | |
| Solvabilidade (%) | 176,2% | -16,5% | | |
| Estrutura patrimonial (%) | 104,8% | 3,3% | | |

Fonte: Relatórios e contas das empresas

4. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS

Tendo por base o quadro legal e o referencial contabilístico das sociedades financeiras, poder-se-ia integrar neste grupo, para além do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A., a PME Investimentos, empresa pública vocacionada para a realização de operações financeiras e prestação de serviços conexos e que gere alguns fundos de investimento fechados, e a SOFID, Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, S.A., que visa garantir apoio financeiro às empresas que actuam em mercados emergentes e estejam em processo de internacionalização direccionado para o desenvolvimento sustentado de países menos desenvolvidos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Contudo, quer o volume das suas actividades quer os respectivos patrimónios apresentam dimensões tão dispare e inexpressivas quando comparados com o Grupo Caixa Geral de Depósitos, que a sua integração no mesmo grupo se afigura desajustada.

Optamos assim por considerar apenas o Grupo Caixa Geral de Depósitos na apreciação das empresas públicas financeiras, referindo-nos à actividade da PME Investimentos no ponto 4.2.8 “Capital de Risco”. Quanto à SOFID, detida em 59,9% pelo Estado e o remanescente por várias instituições bancárias, a sua actividade em 2007 resumiu-se, no essencial, à respectiva constituição e instalação.

4.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

O Grupo CGD é considerado o maior grupo financeiro português, quer na actividade bancária, quer na actividade seguradora, sectores nos quais ocupa o 1º lugar no ranking de quotas de mercado. Com um capital social de 3 100 M€ e um activo líquido consolidado, em 31 de Dezembro de 2007, de 103 553,8 M€, o grupo é liderado pela CGD, SA, sociedade inteiramente detida directamente pelo Estado.

A actividade individual da CGD representa 73,7% do activo líquido do grupo, enquanto que a actividade bancária no conjunto das empresas do grupo representa 87,8% do activo líquido, sendo os restantes 12,2% afectos à actividade seguradora (**Quadro 4.1.1**).

Quadro 4.1.1
GRUPO CGD
Activo líquido consolidado

Milhões de euros, excepto percentagens

| Empresas do Grupo | 2007 | |
|---|----------------|---------------|
| | Valor | Estrutura |
| Caixa Geral de Depósitos | 76.310 | 73,7% |
| Caixa-Seguros | 12.675 | 12,2% |
| Banco Caixa Geral (Espanha) | 4.608 | 4,4% |
| BNU - Banco Nacional Ultramarino (Macau) | 1.909 | 1,8% |
| Caixa-Banco de Investimento | 1.620 | 1,6% |
| Caixa Leasing e Factoring | 2.745 | 2,7% |
| Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde) | 554 | 0,5% |
| Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique) | 449 | 0,4% |
| Outras empresas do grupo | 2.684 | 2,6% |
| Activo Líquido Consolidado | 103.554 | 100,0% |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Em 2007, a quota do Grupo CGD na concessão de crédito a clientes foi de 20,3% e na captação de depósitos de 27,2% do mercado nacional. Nos seguros, a quota de mercado do ano atingiu 26,0%, distribuído pelos ramos Vida e Não-Vida, com 23,6% e 31,2% respectivamente.

Para além da actividade bancária e seguradora, o Grupo CGD estende a sua acção a outras actividades, designadamente na área da saúde, na qual detém uma participação de 75% na HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS, para além de actividades auxiliares, destacando-se as de carácter cultural e artístico, sobretudo através da Culturgest (100%).

A sua carteira de participações financeiras incluía, no final de 2007, um conjunto relevante de empresas com forte influência no mercado de capitais, designadamente a Portugal Telecom (6,4%), a EDP (5,3%), a Galp Energia (1,39%), a REN (20%), a AdP (20,4%) e o Banco Comercial Português (2,9%).

Os resultados por segmentos de negócio (**Quadro 4.1.2**), revelam que, ao contrário da actividade seguradora que registou uma redução de 50,3 M€ nos seus resultados, a actividade bancária apresentou lucros superiores em 249,4 M€ aos apresentados em 2006.

Quadro 4.1.2
GRUPO CGD
Resultados por segmentos

Milhões de euros, excepto percentagens

| Segmentos de negócio | 2007 | | 2006 | | Variação | |
|--------------------------------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|
| | Valor | Estrutura | Valor | Estrutura | Valor | % |
| Negociação e vendas | 456 | 53,2% | 412 | 56,1% | 44 | 10,7% |
| Banca de retalho | 1.505 | 175,8% | 1.399 | 190,7% | 106 | 7,6% |
| Banca comercial | 304 | 35,5% | 229 | 31,2% | 75 | 32,8% |
| Gestão de activos | 58 | 6,8% | 37 | 5,0% | 21 | 58,3% |
| Corporate finance | 84 | 9,8% | 37 | 5,0% | 47 | 127,4% |
| Seguros vida | 121 | 14,2% | 126 | 17,2% | (5) | -3,7% |
| Seguros não vida | 476 | 55,6% | 522 | 71,1% | (46) | -8,7% |
| Outros segmentos | 145 | 16,9% | 223 | 30,3% | (78) | -35,0% |
| Custos e proveitos não imputados | (2.293) | -267,8% | (2.250) | -306,7% | (43) | 1,9% |
| Resultado Líquido Consolidado | 856 | 100,0% | 734 | 100,0% | 123 | 191,1% |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

a) Actividade Bancária

O desempenho positivo da actividade bancária do Grupo CGD, estende-se por 4 áreas de actuação:

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

- Banca Comercial, através da própria CGD, do Banco Caixa Geral – Espanha (99,8%), do BNU – Macau (100%), CGD Subsidiária Offshore Macau (100%), Banco Interatlântico – Cabo Verde (70%), Banco Comercial Atlântico - Cabo Verde (65%), Mercantile Bank Holding – África do Sul (91,8%), Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe (27%) e Banco Comercial e de Investimento – Moçambique (51%).
- Banca de Investimento e Capital de Risco, através da Gerbanca, SGPS (100%), Caixa - Banco de Investimento (99,7%), Caixa - Capital (100%), Caixa - Desenvolvimento, SGPS (100%).
- Gestão de Activos, através da Caixa - Gestão de Activos, SGPS (100%), Caixagest (100%), CGD - Pensões (100%) e Fundimo (100%).
- Crédito Especializado, através da Caixa Leasing e Factoring - IFIC (100%) e CREDIP - IFIC (80%).

O Sector Bancário continuou a evoluir de forma positiva em 2007, beneficiando da aceleração do crédito interno total, que cresceu 11,3% face ao ano anterior, com destaque para a concessão de crédito às empresas e ao consumo privado que registaram variações positivas de 14,3% e 11,1% respectivamente.

No Grupo CGD, o saldo consolidado do crédito a clientes totalizou 68 573 M€, mais 16,6% do que o ano passado, dos quais 78% decorrentes da actividade doméstica. O segmento de crédito a particulares representou a maior fatia, com destaque para o crédito destinado a aquisição de habitação. De notar ainda a redução do montante de crédito concedido ao sector público administrativo.

Quadro 4.1.3
GRUPO CGD
Saldo de Crédito a Clientes

Milhões de euros, excepto percentagens

| Segmentos | Valor 2007 | Estrutura | Variação 07 / 06 |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------------|
| Particulares | 37.958 | 55,4% | 12,2% |
| Empresas | 27.957 | 40,7% | 28,6% |
| Sector público administrativo | 2.658 | 3,9% | -18,0% |
| Total | 68.573 | 100,0% | 16,6% |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Contudo, a variação mais significativa foi a observada no segmento empresas, situando-se nas empresas do sector de serviços (18 686 M€) o maior volume de crédito concedido, observando-se também neste sector a variação positiva mais significativa relativamente a 2006 (+42,6%).

Em termos internacionais e no domínio da actividade bancária, o Grupo CGD ocupa a 103ª posição (109ª em 2006), de acordo com o critério do volume de activos, enquanto que em termos de volume de capitais próprios, a sua posição no ranking mundial subiu para a 131ª posição (140ª em 2006). Ainda no domínio da actividade bancária e de acordo com o critério do volume de activos, o Grupo ocupa a 61ª posição (68ª em 2006) entre os bancos europeus.

Segundo o relatório de gestão da CGD referente a 2007, as três principais agências de rating internacionais – Standard & Poor's, Moody's e Fitchratings – atribuíram as seguintes notações à CGD:

Quadro 4.1.4
GRUPO CGD
Notação de rating

| AGÊNCIA | Curto Prazo | Longo Prazo | Outlook | Data |
|-------------------|----------------|----------------|----------|--------|
| Standard & Poor's | A-1 | A+ | Positivo | Ago-07 |
| Moody's | Prime-1 | Aa1 | Estável | Dez-07 |
| Fitchratings | F1+ | AA- | Estável | Set-07 |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

A Fitchratings subiu o outlook de negativo para estável, reflectindo a alteração no mesmo sentido dos ratings atribuídos à República Portuguesa.

b) Actividade Seguradora

A actividade seguradora do Grupo CGD é exercida, essencialmente, através das companhias de seguros Fidelidade – Mundial (100%), Império Bonança (100%), Via Directa (100%), Cares (100%) e Garantia - Cabo Verde (80,9%), operando no mercado sob as marcas das companhias referidas e ainda pela Ok! Teleseguro e Multicare.

O exercício de 2007 caracterizou-se por um aumento de 7% nos resultados líquidos do sector segurador, embora com uma inversão na origem dos mesmos. Com efeito, o ramo vida passou a ser o principal gerador de resultados em detrimento do ramo não vida, ao contrário do que se havia verificado em 2006.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Em 2007 o Grupo CGD reforçou a sua liderança no mercado segurador doméstico nos prémios de seguro directo, cujo montante ascendeu a 3 574 M€, elevando a sua quota de mercado de 24,2% em 2006 para 26,0% em 2007, graças ao crescimento de 25,9% observado no ramo Vida.

c) Situação Económica e Financeira

O resultado líquido consolidado do Grupo CGD foi de 897,6 M€ (**Quadro 4.1.5**), reflectindo, sobretudo, o contributo da margem financeira alargada com 2 032 M€, uma vez que a margem técnica da actividade seguradora registou um decréscimo de 6,3% em relação a 2006.

Os custos operativos cresceram apenas 2,4%. O resultado obtido beneficiou ainda da redução de cerca de 20% nos impostos correntes e diferidos.

Quadro 4.1.5
GRUPO CGD
Evolução dos Resultados Consolidados

Milhões de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|--------------|--------------|------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Margem Financeira Alargada | 2.032 | 1.778 | 254 | 14,3% |
| Margem complementar | 568 | 620 | (52) | -8,4% |
| Margem técnica - actividade seguradora | 549 | 586 | (37) | -6,3% |
| Produto da actividade | 3.149 | 2.984 | 165 | 5,5% |
| Custos operativos | (1.736) | (1.695) | (41) | 2,4% |
| Provisões e imparidade | (342) | (408) | 67 | -16,3% |
| Resultados em empresas associadas | 3 | 109 | (106) | -97,2% |
| Impostos correntes e diferidos | (178) | (223) | 45 | -20,2% |
| Resultado Líquido Consolidado | 898 | 767 | 130 | 17,0% |
| Atribuível a interesses minoritários | 41 | 34 | 8 | 23,3% |
| Atribuível ao accionista da CGD | 856 | 734 | 123 | 16,7% |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

Em termos individuais, a CGD registou um resultado líquido de 666,1 M€, representando uma melhoria de 23,5% relativamente ao ano transacto (**Quadro 4.1.6**).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 4.1.6
GRUPO CGD
CGD,SA - Evolução dos Resultados Individuais

Milhões de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|--------------|--------------|------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Margem Financeira Alargada | 1.700 | 1.580 | 120 | 7,6% |
| Juros e rendimentos similares | 6.211 | 3.965 | 2.247 | 56,7% |
| Juros e encargos similares | (4.671) | (2.587) | (2.084) | 80,6% |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 160 | 202 | (42) | -20,9% |
| Margem complementar | 523 | 513 | 9 | 1,8% |
| Produto da actividade bancária | 2.223 | 2.094 | 129 | 6,2% |
| Custos operativos e amortizações | (1.111) | (1.067) | (44) | 4,1% |
| Provisões e imparidade | (308) | (337) | 29 | -8,5% |
| Impostos correntes e diferidos | (138) | (150) | 13 | -8,4% |
| Resultado Líquido | 666 | 540 | 127 | 23,5% |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

Na perspectiva das contas individuais, a margem financeira registou um incremento significativo (7,58%), essencialmente devido a uma melhoria na margem de juros (+162,1 M€), embora, em termos relativos, a mesma se tenha degradado visto que os juros suportados cresceram a um ritmo superior aos juros obtidos. O produto da actividade bancária ascendeu assim a 2 222,6 M€ (+6,16%), incluindo os resultados em operações financeiras (68,6 M€), rendimentos de serviços e comissões (303,7 M€) e outros resultados de exploração (152,3 M€).

O resultado líquido registou uma melhoria substancial, reflectindo o aumento do produto da actividade bancária, que superou largamente o aumento dos custos, designadamente os custos operativos, que aumentaram apenas 4,1%.

Na sequência da melhoria do resultado da actividade do Grupo CGD, não obstante o aumento de número de balcões (+28 em Portugal e +22 no estrangeiro), o Produto da actividade per capita registou um aumento de 4,7 m€, passando para 153,2 m€ em 2007 ([Quadro 4.1.7](#)).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 4.1.7
GRUPO CGD
Indicadores de Gestão Operacional

Milhões de euros, excepto percentagens, nº de agências e nº de trabalhadores

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|----------------------------------|---------------|---------------|------------|-------------|
| | | | Absoluta | % |
| Custos com pessoal | 942 | 918 | 24 | 2,6% |
| N.º de Agências | 1.187 | 1.137 | 50 | 4,4% |
| Portugal | 811 | 789 | 22 | 2,8% |
| Estrangeiro | 376 | 348 | 28 | 8,1% |
| Produto da actividade | 3.149 | 2.984 | 165 | 5,5% |
| N.º de trabalhadores | 20.562 | 20.106 | 456 | 2,3% |
| Instituições bancárias | 13.648 | 13.457 | 191 | 1,4% |
| Seguradoras | 3.503 | 3.441 | 62 | 1,8% |
| Outras actividades | 3.411 | 3.208 | 203 | 6,3% |
| Custos com o pessoal per capita | 0,0458 | 0,0457 | 0,0001 | 0,3% |
| Produto da actividade per capita | 0,1532 | 0,1484 | 0,0047 | 3,2% |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

Conforme se observa no **Quadro 4.1.8**, o activo líquido consolidado do sector ascendeu a 103 554 M€, representando um crescimento de 7,59% relativamente ao período anterior. Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, o aumento verificado no crédito a clientes (+16,7%) e nas aplicações em títulos (+8,8%). Cerca de 67% da carteira está classificada como “disponível para venda” por não ser considerada estratégica.

Quadro 4.1.8
GRUPO CGD
Estrutura Patrimonial

Milhões de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|------------------------------------|----------------|---------------|--------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Activo Líquido | 103.554 | 96.246 | 7.308 | 7,6% |
| Capitais Próprios | 5.541 | 5.014 | 527 | 10,5% |
| Recursos alheios | 62.880 | 59.272 | 3.608 | 6,1% |
| Exigibilidades diversas | 35.133 | 31.960 | 3.173 | 9,9% |
| TIER 1 (Banco de Portugal) | 6,7% | 7,4% | - | - |
| Solvabilidade (Banco de Portugal) | 10,1% | 10,5% | - | - |
| Rácio do crédito com incumprimento | 2,1% | 2,3% | - | - |

Fonte: CGD - Relatório e Contas de 2007

Os capitais próprios totalizaram 5 541 M€, tendo aumentado 527 M€, graças ao contributo dos resultados não distribuídos em “Outras reservas”, da variação do resultado do exercício e de um aumento de 150 M€ no capital social.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

A redução do rácio TIER 1 ficou a dever-se ao facto dos fundos próprios totais de base terem sido reforçados em 5,9%, percentagem inferior ao crescimento verificado nos activos ponderados totais (+16,2%).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

5. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO DO SEE

Notas prévias:

- A abordagem do investimento e do financiamento do SEE teve por base a execução financeira expressa nas demonstrações de fluxos de caixa;
- Deste modo, os valores indicados para as diversas rubricas diferem dos referidos noutros pontos do relatório, que reflectem uma óptica de compromisso;
- As rubricas de acréscimo e redução do endividamento reportam-se ao saldo líquido entre recebimento e pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.

5.1. Investimento Público directo do SEE

Em 2007, o volume global das despesas de investimento pagas pelas EPNF ascendeu a 4 575 M€ (**Quadro 5.1.1**), montante que é inferior ao ocorrido em 2006 em cerca de 89 M€ (-1,9%).

Quadro 5.1.1
Financiamento do Investimento das EPNF

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|------------------|------------------|--------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| - Investimento Total | 4.574.554 | 4.663.824 | (89.271) | -1,9% |
| Activos corpóreos | 2.625.310 | 2.619.432 | 5.878 | 0,2% |
| Activos Incorpóreos | 52.728 | 127.313 | (74.585) | -58,6% |
| Activos Financeiros | 1.861.412 | 1.851.263 | 10.148 | 0,5% |
| Outros Investimentos | 35.104 | 65.816 | (30.712) | -46,7% |
| - Financiamento do Investimento | 4.574.554 | 4.663.824 | (89.271) | -1,9% |
| Recursos Próprios | 1.077.924 | 2.285.947 | (1.208.024) | -52,8% |
| Desinvestimento | 775.631 | 1.853.500 | (1.077.869) | -58,2% |
| Receitas de investimentos | 172.985 | 363.653 | (190.667) | -52,4% |
| Outros fundos próprios | 129.308 | 68.795 | 60.513 | 88,0% |
| Subsídios ao investimento | 919.913 | 1.132.996 | (213.083) | -18,8% |
| Dotações de capital | 216.934 | 64.122 | 152.812 | 238,3% |
| Empréstimos | 2.359.783 | 1.180.759 | 1.179.024 | 99,9% |

Fonte: Relatórios e Contas das empresas

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

A redução observada ficou a dever-se ao comportamento de duas componentes da despesa de investimento - activos incorpóreos e “outros investimentos” - que no seu conjunto registaram uma quebra de 105 M€. O investimento em activos financeiros situou-se em nível ligeiramente superior ao ocorrido em 2006 (mais 10 M€), e é explicado, sobretudo, pelo elevado volume de operações de investimento financeiro realizadas pela holding PARPÚBLICA.

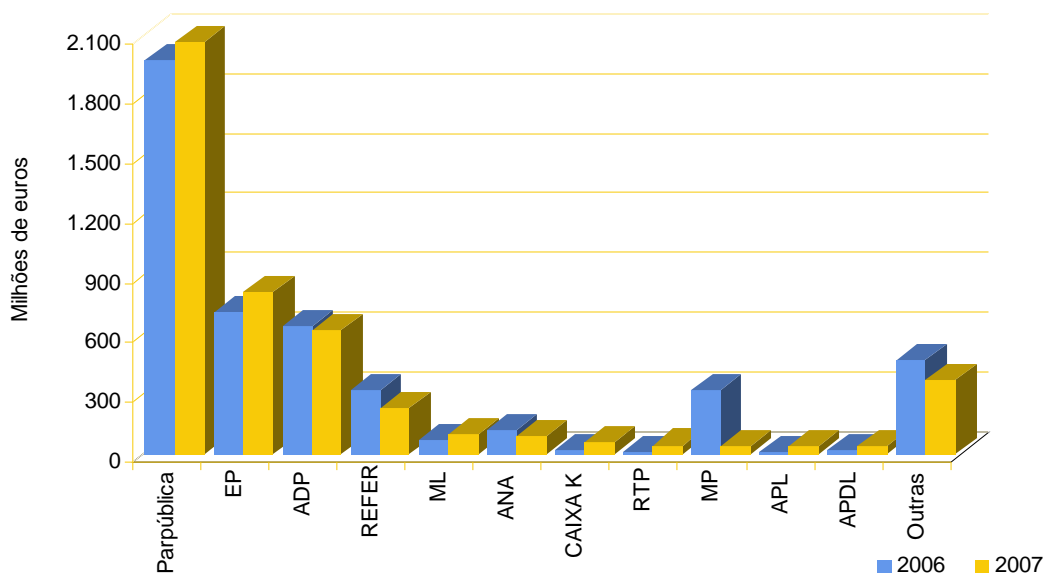
Mantendo-se num nível relativamente constante (2,6 mil M€ em 2006 e 2007), o investimento em activos corpóreos continua a representar a maior fatia dos pagamentos relativos ao investimento total. O investimento em activos financeiros, que corresponde à segunda maior parcela, foi, como se disse atrás, integralmente realizado pela PARPÚBLICA.

Cerca de 92% dos pagamentos relativos ao investimento agregado das EPNF foram assegurados, em 2007, por 11 empresas (**Gráfico 5.1.1**).

Gráfico 5.1.1

Financiamento do Investimento das EPNF

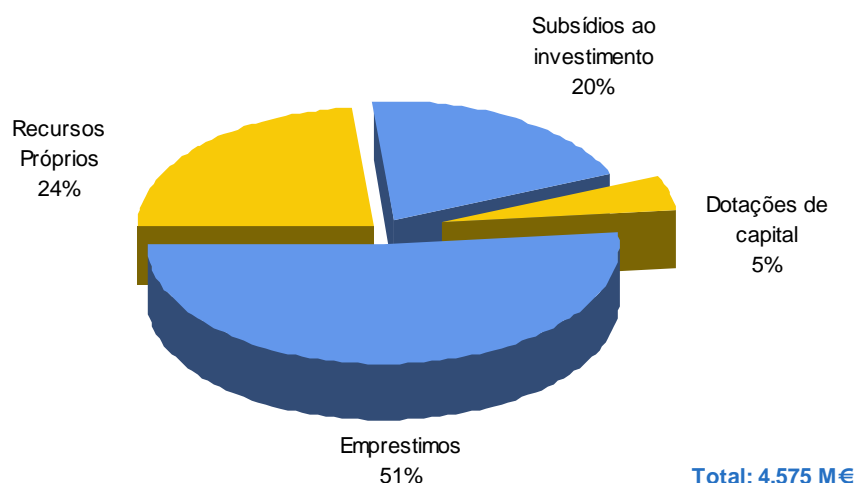
Investimento em Activos Corpóreos, Incorpóreos e Financeiros



A importância relativa do autofinanciamento nas fontes de financiamento do investimento das EPNF diminuiu de 49% em 2006 para 24% em 2007, aumentando, em consequência, a contribuição das outras fontes de financiamento. O recurso a empréstimos quase que duplicou tendo o seu peso no total aumentado de 27% em 2006 para 51% em 2007 (**Gráfico 5.1.2**).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Gráfico 5.1.2
Financiamento do Investimento das EPNF
Financiamento do Investimento - 2007



A alteração estrutural ocorrida no financiamento do Investimento das EPNF, ficou a dever-se, essencialmente, às necessidades de cobertura dos vultuosos investimentos financeiros, realizados pela PARPÚBLICA, superadas, tal como referido em capítulo anterior, através da emissão, em 2007, de um empréstimo por obrigações convertíveis de 1 052,2 M€ associada à 7ª fase de reprivatização da EDP.

O **Gráfico 5.1.3** evidencia as empresas que mais contribuíram para a variação do volume de empréstimos contraídos para financiar o investimento em 2007.

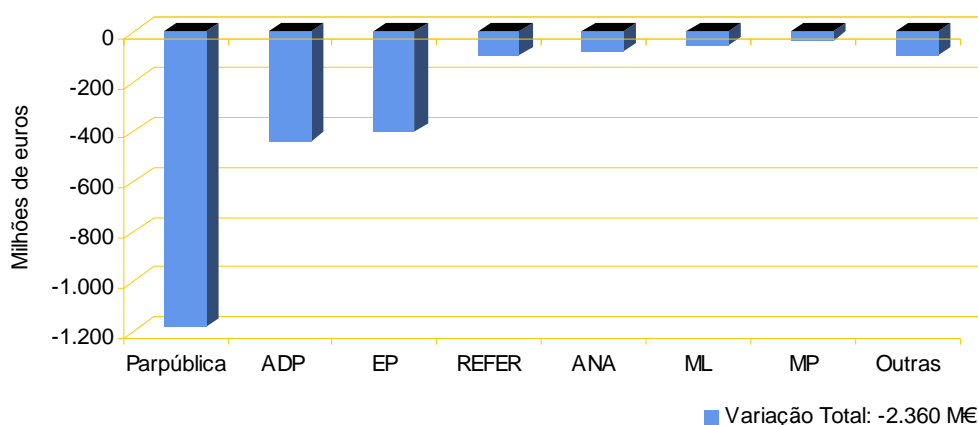
Através da observação do gráfico abaixo, constata-se que a variação deste agregado é determinada, em grande medida, pelos investimentos financeiros da PARPÚBLICA e pelos elevados níveis de investimento corpóreo nos sectores dos serviços de utilidade pública, gestão de infra-estruturas e transportes, os quais representam cerca de 95% do total.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Gráfico 5.1.3

Financiamento do Investimento das EPNF

Variação do Financiamento do Investimento por Empréstimos



5.2. Financiamento Global das EPNF

As necessidades globais de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, ascenderam a 7 154 M€ (**Quadro 5.2.1**), valor que representa um decréscimo em relação às necessidades geradas no exercício de 2006 de 9,9% (menos 787 M€), tendo contribuído para essa variação o comportamento favorável de quatro factores – défices operacionais antes de subsídios, investimento, acréscimo de disponibilidades e outras necessidades de financiamento – que, no seu todo, registaram uma diminuição de 1 120 M€. Por outro lado, o aumento dos juros e outros encargos e a redução adicional de empréstimos tiveram o efeito oposto, contribuindo para o acréscimo de necessidades de financiamento de 333 M€.

A redução dos défices operacionais antes de subsídios (menos 12 M€) é, essencialmente, explicada pela diminuição dos pagamentos relacionados com as actividades operacionais da RTP e EGREP, que mais do que compensaram o agravamento dos défices das empresas de transportes e da REFER.

Tal como referido no ponto anterior do presente relatório, a quebra no investimento (menos 89 M€), foi determinada pelo comportamento do dispêndio em activos incorpóreos e outros investimentos, que no seu conjunto registaram uma diminuição de 105 M€.

A acentuada diminuição do nível de acréscimo das disponibilidades (menos 912 M€), deveu-se, sobretudo, à utilização em 2007 dos excedentes gerados no final de 2006 pela PARPÚBLICA, à ANA e à ADP. Os CTT, que não obstante os excedentes obtidos com origem nas actividades

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

operacionais antes de subsídios, reduziram os acréscimos de disponibilidades em cerca de 100 M€

Quadro 5.2.1

Financiamento Global das EPNF

Necessidades e Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---|------------------|------------------|------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| - Necessidades de financiamento | 7.153.677 | 7.941.091 | (787.413) | -9,9% |
| Défices operacionais antes de subsídios | 716.046 | 728.143 | (12.097) | -1,7% |
| Investimento | 4.574.554 | 4.663.824 | (89.271) | -1,9% |
| Juros e outros encargos da dívida | 944.754 | 654.024 | 290.730 | 44,5% |
| Redução do endividamento (empréstimos) | 219.064 | 177.090 | 41.974 | 23,7% |
| Acréscimo das disponibilidades | 324.567 | 1.237.013 | (912.446) | -73,8% |
| Outras necessidades de financiamento | 374.693 | 480.997 | (106.304) | -22,1% |
| - Fontes de Financiamento | 7.153.677 | 7.941.091 | (787.413) | -9,9% |
| Recursos próprios | 3.025.025 | 3.505.012 | (479.988) | -13,7% |
| Excedentes operacionais antes de subsídios | 1.087.837 | 967.158 | 120.679 | 12,5% |
| Desinvestimento | 775.040 | 1.853.500 | (1.078.460) | -58,2% |
| Outras fontes | 512.684 | 521.705 | (9.020) | -1,7% |
| Utilização de disponibilidades | 649.463 | 162.649 | 486.815 | 299,3% |
| Subsídios | 1.231.495 | 1.471.037 | (239.542) | -16,3% |
| À exploração | 311.582 | 337.390 | (25.808) | -7,6% |
| Ao investimento | 919.913 | 1.132.996 | (213.083) | -18,8% |
| Outros | 0 | 651 | (651) | -100,0% |
| Dotações de capital | 341.490 | 382.962 | (41.473) | -10,8% |
| Acréscimo do endividamento (empréstimos) | 2.555.668 | 2.582.079 | (26.412) | -1,0% |

Fonte: Relatórios e Contas das empresas

A redução das outras necessidades de financiamento (-106 M€) ocorreu, essencialmente, na PARPÚBLICA (-280 M€), tendo a maioria das restantes empresas aumentado o dispêndio nesta rubrica.

Para o aumento dos pagamentos relativos à redução do endividamento (42 M€) contribuíram, essencialmente, as empresas Parque EXPO, RTP, ANA e ANAM, que no seu conjunto reduziram a dívida bancária em cerca de 200 M€

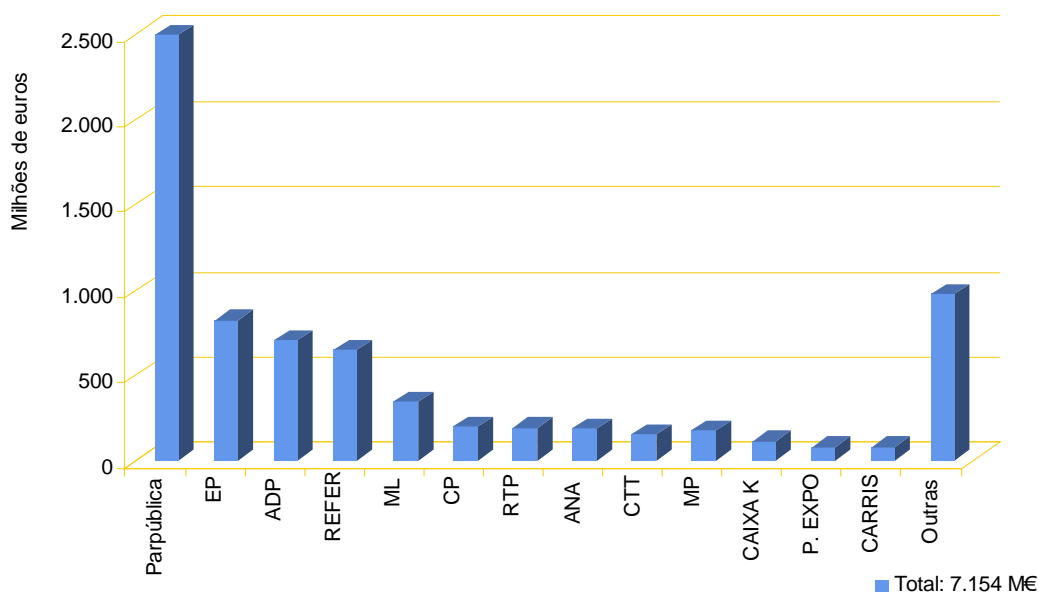
O acréscimo significativo de juros e outros encargos da dívida (291 M€) ficou a dever-se ao aumento das taxas de juro de referência dos financiamentos a taxa variável e ao crescimento do endividamento bancário da PARPÚBLICA e das empresas gestoras de infra-estruturas e de transportes.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O universo das EPNF não é um conjunto homogéneo, daí que seja importante realçar as diferenças existentes entre os diferentes sectores e empresas e a forte influência que algumas empresas exercem, pelo seu peso, no comportamento do valor agregado, como é o caso da PARPÚBLICA.

Assim, em 2007, o conjunto de 13 empresas incluído no **Gráfico 5.2.1** representava 86,4% das necessidades globais de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, correspondendo a PARPÚBLICA, por si só, a 34,8% do total.

Gráfico 5.2.1
Financiamento Global das EPNF
Necessidades de Financiamento por Empresas 2007
(sem renovação de empréstimos)

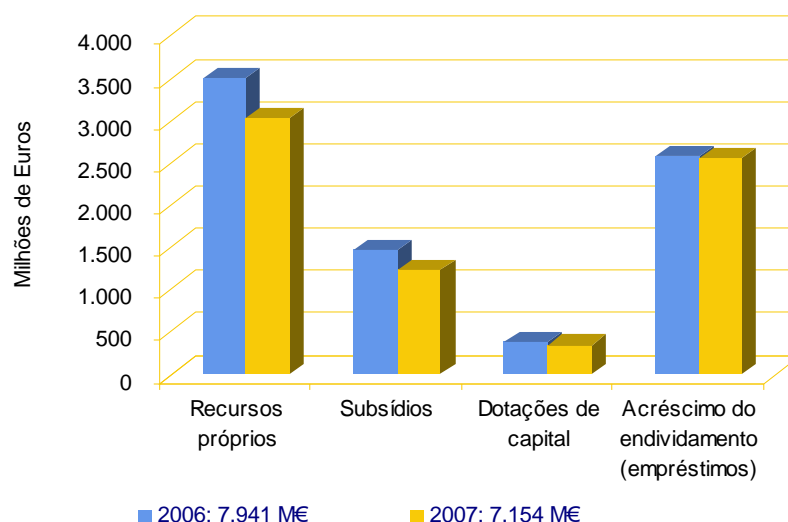


A estrutura de financiamento deteriorou-se ligeiramente de 2006 para 2007. Assistiu-se à diminuição do peso relativo da autofinanciamento para 42,2% (44,0% em 2006) que teve por contrapartida o aumento da posição relativa do acréscimo de endividamento que progrediu para 35,7% (32,5% em 2006).

O autofinanciamento teve uma redução mais que proporcional à diminuição das necessidades de financiamento globais, devido à redução significativa do desinvestimento (menos 1 079 M€). O crescimento dos excedentes operacionais antes de subsídios (mais 121 M€) e da utilização de disponibilidades (mais 487 M€) atenuaram os efeitos negativos da quebra do desinvestimento na variação dos recursos próprios.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Gráfico 5.2.2
Financiamento Global das EPNF
Fontes de Financiamento (sem renovação de empréstimos)



O comportamento positivo dos excedentes com origem em actividades operacionais (mais 121 M€) ficou a dever-se, sobretudo, à PARPÚBLICA, à ADP e às empresas de gestão aeroportuária e portuária.

A utilização de disponibilidades foi a componente do autofinanciamento que mais cresceu em 2007 (mais 486,8 M€). A PARPÚBLICA, a Parque EXPO, e as unidades de saúde empresarializadas em 2006, foram as entidades responsáveis pelo aumento da utilização de disponibilidades.

Pese embora o facto de terem registado um decréscimo em relação a 2006, as dotações de capital acabaram por ter importância decisiva na realização do capital inicial de novas unidades de saúde, entretanto empresarializadas, no reforço do capital social da RTP no âmbito do respectivo acordo de saneamento financeiro, bem como na sustentação do esforço de investimento inicial da EMA.

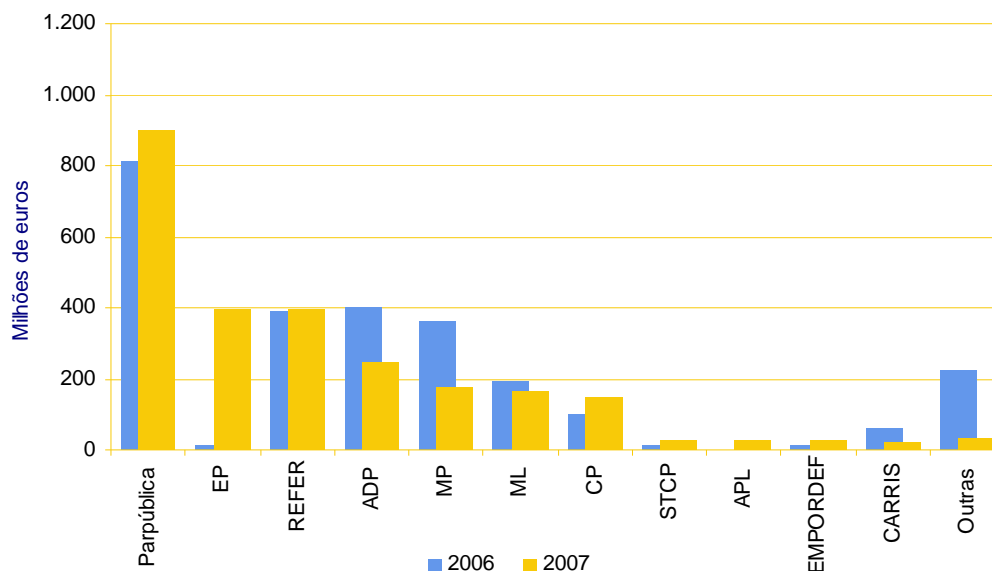
O acréscimo de endividamento, sem renovação de empréstimos, que corresponde à segunda fonte de financiamento das EPNF mais importante, ascendeu a 2 556 M€, montante que ficou relativamente próximo do verificado no ano anterior (-1,0%). As diferenças eventualmente existentes para o acréscimo de endividamento, entre os valores obtidos directamente dos balanços e das demonstrações de fluxos de caixa, devem-se a alterações do perímetro de

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

consolidação e ajustamentos de valor, com impacto nos balanços de algumas empresas como é o caso da PARPÚBLICA, que não têm correspondência nos fluxos de caixa.

Em 2007, cerca de 98,9% do acréscimo líquido total de endividamento têm origem em 11 empresas (**Gráfico 5.2.3**), constatando-se ainda que, deste montante, 35,1% correspondem à PARPÚBLICA, e 15,5% e 15,4% são atribuíveis à EP e à REFER, respectivamente.

Gráfico 5.2.3
Financiamento Global das EPNF
Acréscimo/Redução Líquidos do Endividamento por Empresas
(sem renovação de empréstimos)



Incluindo a renovação de empréstimos, as necessidades de financiamento das EPNF passam, em 2007, para 13 652 M€, correspondendo este valor a um crescimento de cerca de 634 M€ (+4,9%) em relação a 2006 (**Quadro 5.2.2**).

A renovação de empréstimos é uma componente das necessidades de financiamento que tem vindo a crescer a um ritmo muito elevado nos últimos anos tendo atingido, em 2007, o montante de 6 498 M€

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 5.2.2

Financiamento Global das EPNF

Necessidades de Financiamento (com renovação de empréstimos)

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Sem Renovação de empréstimos | 7.153.678 | 7.941.091 | (787.413) | -9,9% |
| Renovação de empréstimos | 6.498.463 | 5.068.010 | 1.430.453 | 28,2% |
| Com Renovação de empréstimos | 13.652.141 | 13.009.101 | 643.040 | 4,9% |

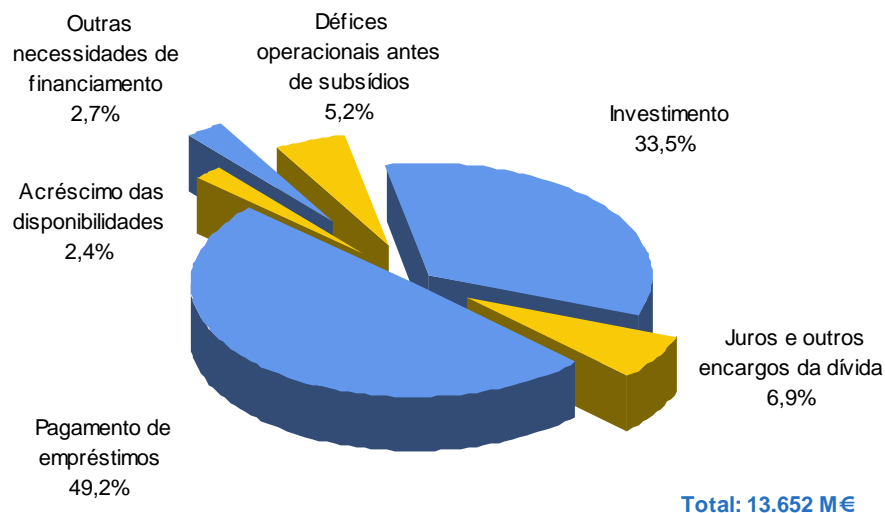
Fonte: Relatórios e Contas das empresas

O pagamento total de empréstimos (**Gráfico 5.2.4**), representando 49% do total das necessidades agregadas de financiamento, evidencia a pressão que os elevados níveis de endividamento continuam a exercer sobre a actividade das EPNF.

Gráfico 5.2.4

Financiamento Global das EPNF

Necessidades de Financiamento 2007 (com renovação de empréstimos)





**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

6. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

À semelhança dos anos anteriores, a abordagem relativa ao esforço financeiro do Estado exclui, designadamente:

- as dotações atribuídas no âmbito do PIDDAC relativas à parcela de co-financiamento em projectos de investimento visando a construção/beneficiação de infra-estruturas pertencentes ao domínio público;
- os montantes pagos ao abrigo de contratos-programa, através dos ministérios que tutelam os respectivos sectores de actividade.

Pese embora a informação que se apresenta se reportar às empresas do SEE, são também referenciadas as indemnizações compensatórias atribuídas a empresas privadas que asseguram a prestação de serviço público.

No exercício de 2007, o esforço financeiro directo do Estado²² em empresas do SEE e noutras empresas que prestam serviço público cifrou-se em 880,6 M€ (**Quadro 6.1**), o que traduz um acréscimo de 25,04 % relativamente ao ano de 2006, ou seja, mais 176,4 M€.

²² Apoios financeiros atribuídos através do MFAP / DGTF, não incluindo, designadamente, os concedidos às unidades de saúde do SEE e Estradas de Portugal, EPE, através dos ministérios que tutelam os respectivos sectores de actividade, nem a concessão de garantias, na medida em que só a sua eventual execução implicaria fluxos financeiros.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 6.1
Esforço Financeiro do Estado (sem garantias)

Milhares de euros, excepto percentagens

| Sectores | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|----------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Empresas Públicas não Financeiras | 702.075 | 670.922 | 31.153 | 4,6% |
| Comunicação Social | 212.817 | 224.013 | (11.196) | -5,0% |
| Cultura | 8.175 | 4.300 | 3.875 | 90,1% |
| Gestão de Infraestruturas | 39.218 | 54.287 | (15.069) | -27,8% |
| Transportes Aéreos | 1.688 | 200 | 1.488 | 743,8% |
| Transportes Ferroviários | 37.530 | 35.087 | 2.443 | 7,0% |
| Outras Infraestruturas | 0 | 19.000 | (19.000) | -100,0% |
| Indústria | 0 | 30.000 | (30.000) | -100,0% |
| Saúde | 149.741 | 60 | 149.681 | 249468,3% |
| Transportes | 174.816 | 210.067 | (35.251) | -16,8% |
| Parpública | 0 | 0 | 0 | 0,0% |
| Outros Sectores | 117.308 | 148.195 | (30.887) | -20,8% |
| Empresas Públicas Financeiras | 157.499 | 0 | 157.499 | - |
| Empresas Privadas | 21.066 | 33.352 | (12.286) | -36,8% |
| Total | 880.639 | 704.274 | 176.365 | 25,0% |

Obs: Critério execução pelo OE e FRDP (excluindo Fundos)

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Os sectores da comunicação social e dos transportes são os que assumem maior peso na estrutura do esforço financeiro do Estado (44%).

A diminuição do esforço financeiro do Estado nos outros sectores obteve-se graças à redução na assunção de passivos, que superou os acréscimos verificados quer nas indemnizações compensatórias, quer nas dotações de capital.

Ao nível dos instrumentos utilizados na intervenção financeira do Estado, regista-se o acréscimo global de 176,4 M€ entre 2006 e 2007, explicado por um acréscimo generalizado dos apoios financeiros do Estado, com excepção da execução de garantias.

6.1. Indemnizações Compensatórias / Subsídios

No ano de 2007, o Estado atribuiu a empresas do SEE e a empresas privadas prestadoras de serviço público, a título de indemnizações compensatórias, a verba global de 413,5 M€, mais 15,7 M€ (+4%) do que no ano anterior ([Quadro 6.1.1](#)), na óptica da execução do orçamento (valores pagos em cada ano, com IVA).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 6.1.1

Indemnizações Compensatórias/Subsídios

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|----------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Empresas Públicas não Financeiras | 392.388 | 366.167 | 26.221 | 7,2% |
| Comunicação Social | 169.367 | 166.713 | 2.654 | 1,6% |
| RTP | 152.279 | 150.040 | 2.239 | 1,5% |
| Lusa | 17.089 | 16.673 | 416 | 2,5% |
| Gestão de Infra-estruturas | 37.530 | 35.087 | 2.443 | 7,0% |
| Transportes Ferroviários | 37.530 | 35.087 | 2.443 | 7,0% |
| REFER | 37.530 | 35.087 | 2.443 | 7,0% |
| Transportes | 174.816 | 160.067 | 14.749 | 9,2% |
| Carris | 48.623 | 45.459 | 3.164 | 7,0% |
| S.T.C.P. | 17.455 | 16.318 | 1.137 | 7,0% |
| C.P. | 30.024 | 28.070 | 1.954 | 7,0% |
| Metro de Lisboa | 24.305 | 22.723 | 1.582 | 7,0% |
| Metro do Porto | 10.877 | 2.523 | 8.354 | 331,1% |
| Soflusa | 4.221 | 3.946 | 275 | 7,0% |
| Transtejo | 6.019 | 5.628 | 391 | 7,0% |
| SATA | 14.261 | 9.869 | 4.392 | 44,5% |
| TAP | 19.030 | 25.531 | (6.501) | -25,5% |
| Outros Sectores | 10.675 | 4.300 | 6.375 | 148,3% |
| INCM-Imprensa Nacional Casa da Moeda | 5.500 | 0 | 5.500 | - |
| Teatro Nacional D. Maria II | 5.175 | 4.300 | 875 | 20,4% |
| Empresas Privadas | 21.066 | 31.521 | (10.455) | -33,2% |
| Air Luxor | 579 | 765 | (186) | -24,4% |
| ATA | 1.511 | 291 | 1.220 | 419,3% |
| PORTUGÁLIA | 729 | 264 | 465 | 176,2% |
| BRISA | 744 | 9.845 | (9.101) | -92,4% |
| Fertagus | 12.568 | 10.413 | 2.155 | 20,7% |
| Rodoviária Lisboa | 2.083 | 4.325 | (2.242) | -51,8% |
| Scotturb – Transportes Urbanos | 30 | 54 | (24) | -43,8% |
| TST | 1.379 | 2.687 | (1.308) | -48,7% |
| Vimeca | 1.442 | 2.877 | (1.435) | -49,9% |
| Total | 413.454 | 397.688 | 15.766 | 4,0% |

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

O montante mais elevado continuou a ser o atribuído à RTP, no âmbito do respectivo contrato de concessão geral de serviço público de televisão, logo seguido pelas empresas Carris, REFER, CP, TAP e METRO de Lisboa que, em conjunto, absorveram uma parcela da ordem dos 38,6%. O grupo das empresas privadas prestadoras de serviço público recebeu 5,1% do total das indemnizações compensatórias.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

6.2. Dotações de Capital

As dotações de capital atribuídas pelo Estado têm por objectivo a realização do capital social inicial de novas sociedades, o reforço de capital no âmbito de processos de reestruturação e saneamento económico-financeiro, bem como o financiamento da expansão da actividade de empresas já existentes, no quadro da realização de investimentos de elevado montante e de longa duração.

Quadro 6.2.1 Dotações de Capital / Prémios de Emissão

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Empresas Públicas Não Financeiras | 250.909 | 76.560 | 174.349 | 227,7% |
| Comunicação Social | 43.450 | 57.300 | (13.850) | -24,2% |
| Gestão de Infra-estruturas | 1.688 | 19.200 | (17.513) | -91,2% |
| Saúde | 149.741 | 60 | 149.681 | 249468,3% |
| Outros Sectores | 56.031 | 0 | 56.031 | - |
| Empresas Públicas Financeiras | 157.499 | 0 | 157.499 | - |
| Total | 408.408 | 76.560 | 331.848 | 433,5% |

Obs: Critério execução pelo OE e FRDP (excluindo Fundos)

(*) A dotação de 7 499 m€ inclui a dotação de 5.999 m€ e um prémio de emissão de 1 500 m€

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Das dotações de capital atribuídas em 2007 (Quadro 6.2.1), 36,7% (149,7 M€) foram canalizados para novas empresas do sector da saúde e 15,6% (63,6 M€) destinaram-se à constituição de empresas noutros sectores.

6.3. Assunção de Passivos e de outras responsabilidades financeiras

No ano de 2007 foram realizadas várias operações de assunção de passivos e responsabilidades, que envolveram duas empresas em liquidação: a Casa da Música/Porto 2001 e a GESTNAVE (Quadro 6.3.1).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 6.3.1

Assunção de Passivos e de outras responsabilidades financeiras

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|---|---------------|----------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Empresas Públicas Não Financeiras | 58.777 | 148.195 | (89.418) | -60,3% |
| Casa da Música/Porto 2001 (em liquidação) | 15.631 | 98.849 | (83.218) | -84,2% |
| GESTNAVE, SA (em liquidação) | 43.146 | 49.346 | (6.200) | -12,6% |

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Quanto à Sociedade Casa da Música, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 18/96, de 26 de Janeiro, foi deliberada em Assembleia-Geral, a transferência para o Estado do edifício da Casa da Música, incluindo terreno e equipamentos, por contrapartida do passivo assumido e a assumir, a fim de o mesmo ser transferido para a Fundação, através da constituição de um direito de superfície perpétuo a favor desta.

Relativamente à GESTNAVE (sociedade criada no âmbito da reestruturação da Lisnave), o Estado assumiu responsabilidades em substituição da empresa, no decurso do respectivo processo de liquidação.

6.4. Empréstimos

Os empréstimos do Estado às empresas do SEE visam cobrir necessidades de financiamento extraordinárias, e são concedidos às empresas públicas em circunstâncias excepcionais e em condições financeiras similares às do mercado. Não se registou em 2007 qualquer pedido de empréstimo por parte de empresas públicas (**Quadro 6.4.1**).

Quadro 6.4.1

Empréstimos

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------|---------------|-----------------|--------------|
| | | | Absoluta | % |
| Empresas Públicas Não Financeiras | 0 | 80.000 | (80.000) | -100% |
| Indústria | 0 | 30.000 | (30.000) | -100% |
| ENVC | 0 | 30.000 | (30.000) | -100% |
| Transportes | 0 | 50.000 | (50.000) | -100% |
| STCP | 0 | 50.000 | (50.000) | -100% |

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

6.5. Garantias Prestadas

Em 2007 foram concedidas garantias do Estado a operações financeiras de empresas públicas no montante de cerca de 611 M€, das quais beneficiaram empréstimos contraídos por 4 empresas, 3 integradas no sector dos transportes e 1 na gestão de infra-estruturas. Relativamente a 2006, observou-se uma redução significativa do montante envolvido nas operações garantidas.

Quadro 6.5.1 Garantias Concedidas

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | | | Absoluta | % |
| Empresas Públicas Não Financeiras | 611.180 | 1.505.000 | (893.820) | -59,4% |
| Gestão de Infraestruturas | 56.180 | 655.000 | (598.820) | -91,4% |
| Infraestruturas Ferroviárias | 0 | 655.000 | (655.000) | -100,0% |
| REFER | 0 | 655.000 | (655.000) | -100,0% |
| Outras Infraestruturas | 56.180 | 0 | 56.180 | 100,0% |
| EDIA | 56.180 | 0 | 56.180 | 100,0% |
| Serviços de Utilidade Pública | 0 | 420.000 | (420.000) | -100,0% |
| AdP | 0 | 420.000 | (420.000) | -100,0% |
| Transportes | 555.000 | 430.000 | 125.000 | 29,1% |
| CARRIS | 0 | 30.000 | (30.000) | -100,0% |
| ML | 400.000 | 400.000 | 0 | 0,0% |
| STCP | 100.000 | 0 | 100.000 | 100,0% |
| TRANSTEJO | 55.000 | 0 | 55.000 | 100,0% |

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Estas garantias visaram facilitar ou criar melhores condições financeiras na obtenção de fundos nos mercados financeiros, tendo em vista o financiamento de planos de investimento de elevado montante e duração, nomeadamente com a construção/beneficiação de infra-estruturas e com a aquisição de equipamentos de transporte público, como no caso do Metropolitano de Lisboa, Transtejo e Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

No caso da EDIA, o empréstimo beneficiário da garantia do Estado destinou-se ao financiamento parcial do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

No final de 2007, as responsabilidades assumidas pelo Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por empresas do SEE atingia o montante de 9.226 M €, como resulta da análise do [Quadro 6.5.2](#).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro 6.5.2

Total das Garantias Prestadas pelo Estado a Empresas Participadas
(Stock das responsabilidades assumidas)

Milhares de euros, excepto percentagens

| Beneficiária | 31-12-2007 | 31-12-2006 | Variação | |
|---|------------------|------------------|-----------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| 1) Empresas Públicas Não Financeiras | 9.212.848 | 8.782.453 | 430.395 | 4,9% |
| Gestão de Infraestruturas | 3.245.696 | 3.254.932 | (9.236) | -0,3% |
| Infraestruturas Aéreas | 207.763 | 232.039 | (24.276) | -10,5% |
| ANAM | 207.763 | 232.039 | (24.276) | -10,5% |
| Infraestruturas Ferroviárias | 2.511.222 | 2.546.872 | (35.650) | -1,4% |
| REFER | 2.511.222 | 2.546.872 | (35.650) | -1,4% |
| Infraestruturas Portuárias | 38.997 | 41.021 | (2.024) | -4,9% |
| APA | 30.000 | 30.000 | 0 | 0,0% |
| APS | 8.997 | 11.021 | (2.024) | -18,4% |
| Outras Infraestruturas | 487.714 | 435.000 | 52.714 | 0,0% |
| EDIA | 487.714 | 435.000 | 52.714 | 12,1% |
| Indústria | 20.949 | 20.949 | 0 | 0,0% |
| Lisnave | 7.482 | 7.482 | 0 | 0,0% |
| SPE | 13.467 | 13.467 | 0 | 0,0% |
| Requalificação Urbana | 147.772 | 197.136 | (49.364) | -25,0% |
| Parque Expo 98 | 147.772 | 197.136 | (49.364) | -25,0% |
| Serviços de Utilidade Pública | 624.752 | 626.211 | (1.459) | -0,2% |
| AdP | 620.000 | 620.000 | 0 | 0,0% |
| PT | 4.752 | 6.211 | (1.459) | -23,5% |
| Transportes | 5.163.480 | 4.672.029 | 491.451 | 10,5% |
| CARRIS | 405.000 | 405.000 | 0 | 0,0% |
| CP | 733.702 | 733.702 | 0 | 0,0% |
| MP | 970.514 | 976.119 | (5.605) | -0,6% |
| ML | 2.784.549 | 2.441.240 | 343.309 | 14,1% |
| STCP | 214.715 | 115.968 | 98.747 | 85,2% |
| TRANSTEJO | 55.000 | 0 | 55.000 | - |
| Outros Sectores | 10.198 | 11.196 | (998) | -8,9% |
| GESTNAVE | 9.982 | 10.980 | (998) | -9,1% |
| Imobiliária Grão-Pará | 216 | 216 | 0 | 0,0% |
| 2) Empresas Públicas Financeiras | 1.365 | 2.025 | (660) | -32,6% |
| CGD | 1.365 | 2.025 | (660) | -32,6% |
| 3) Empresas Sediadas no Estrangeiro | 11.896 | 15.039 | (3.143) | -20,9% |
| HCB | 11.896 | 15.039 | (3.143) | -20,9% |
| TOTAL | 9.226.109 | 8.799.517 | 426.592 | 4,8% |

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

6.6. Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário

O Estado recebeu no exercício de 2007, a título de dividendos ou remuneração do capital estatutário de empresas do SEE, cerca de 556,3 M€, valor que representa um acréscimo de 4,41% relativamente ao exercício de 2006 (**Quadro 6.6.1**), não se incluído nesta análise as parcelas de dividendos canalizadas para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Para esse acréscimo contribuíram, fundamentalmente, os dividendos entregues ao Estado pela CGD (+52 M€), pelo Banco de Portugal (+34 M€) e ainda pela HCB no âmbito do processo de reversão e transferência do controlo dessa sociedade para a República de Moçambique, do qual resultou uma receita da ordem dos 83 M€, decorrentes da distribuição de reservas de reavaliação.

Saliente-se ainda a evolução positiva dos dividendos distribuídos pela Parpública que cresceram na ordem dos 22,6 M€, pois tratando-se de uma SGPS os ganhos obtidos foram influenciados pelo comportamento das operações de reprivatização e alienação de participações sociais, bem como pelos resultados das suas participadas.

Quadro 6.6.1
Dividendos / Remunerações do Capital Estatutário

Milhares de euros, excepto percentagens

| | 2007 | 2006 | Variação | |
|--|----------------|----------------|------------------|---------------|
| | | | Absoluta | % |
| Empresas Públicas Não Financeiras | 254.089 | 316.692 | (62.603) | -19,8% |
| Gestão de Infra-estruturas | 119.067 | 78.870 | 40.197 | 51,0% |
| Aéreas | 16.323 | 6.467 | 9.856 | 84,2% |
| ANA | 11.800 | 6.185 | 5.615 | 84,2% |
| NAV | 4.523 | 282 | 4.241 | 1503,3% |
| Portuárias | 4.145 | 1.672 | 2.473 | 147,9% |
| APDL | 2.429 | 1.672 | 757 | 45,3% |
| APS | 1.716 | 0 | 1.716 | - |
| Outras | 98.599 | 70.731 | 27.868 | 39,4% |
| HCB | 83.078 | 0 | 83.078 | - |
| REN | 15.521 | 70.731 | (55.210) | -78,1% |
| Serviços de Utilidade Pública | 29.911 | 154.855 | (124.944) | -80,7% |
| CTT | 19.819 | 0 | 19.819 | - |
| GALP | 10.091 | 154.855 | (144.764) | -93,5% |
| PARPÚBLICA | 104.280 | 81.719 | 22.561 | 27,6% |
| Indústria | 832 | 1.248 | (416) | -33,3% |
| LISNAVE | 59 | 12 | 47 | 394,4% |
| EDM | 773 | 1.236 | (463) | -37,5% |
| Empresas Públicas Financeiras | 208.000 | 156.000 | 52.000 | 33,3% |
| CGD | 208.000 | 156.000 | 52.000 | 33,3% |
| Total Empresas Públicas | 462.089 | 472.692 | (10.603) | -2,2% |
| Outras Entidades Públicas Financeiras | 94.238 | 60.147 | 34.091 | 56,7% |
| Banco de Portugal | 94.238 | 60.147 | 34.091 | 56,7% |
| TOTAL | 556.327 | 532.839 | 23.488 | 4,4% |

Obs: Valores entregues ao Tesouro em cada ano indicado, líquido de impostos.

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

6.7. Receitas geradas por privatizações

O acompanhamento e execução do processo de reprivatização das empresas do Estado continuou a ser assegurado pela PARPÚBLICA, conforme previsto no Decreto-Lei 290/99, de 30 de Julho.

Em 2007 verificaram-se as seguintes ocorrências:

- A primeira fase da operação de reprivatização da REN, SA, prevista no Decreto-Lei n.º 228/2006, de 28 de Novembro e nas RCM n.º 74/2007, de 1 de Julho e n.º 87/2007, de 6 de Julho;
- A sétima fase de reprivatização da EDP, SA, prevista no Decreto-Lei n.º 382/2007, de 15 de Novembro.

As duas operações referidas deram origem a um encaixe líquido global de 929 M€, apresentando o **Quadro 6.7.1** a desagregação da receita líquida gerada por cada operação de reprivatização.

Quadro 6.7.1
Esforço Financeiro do Estado
Operações de Reprivatização* - Receitas

| Milhares de euros | | |
|------------------------------|------------------------|---|
| Operações Realizadas em 2007 | Receita Líquida Gerada | Destino da Receita Líquida FRDP, via DGTf |
| GALP (4.ª fase-acerto) | 851,24 | 851,24 |
| REN (1.ª fase) | 269.344,10 | 229.014,89 |
| EDP (7.ª Fase) | 700.008,54 | 700.008,54 |
| HCB | 470.572,42 | 470.572,42 |
| Portucel (3.ª fase-acerto) | -187,33 | -187,33 |
| Total | 1.440.588,97 | 1.400.259,75 |

* Operações das quais resulta a transferência de propriedade da participação p/ o sector privado

Incumbe ao Fundo de Regularização de Dívida Pública (FRDP) concretizar a afectação das receitas de privatizações às finalidades previstas, quer na Lei Quadro das Privatizações²³, quer

²³ Lei n.º 11/90, de 5 de Abril regula a aplicação dos montantes captados pelo Estado na sequência de processos de privatização ou reprivatização de participações sociais, prevendo que as receitas assim obtidas são passíveis de afectação à amortização de dívida pública, à amortização da dívida do SEE, ao serviço da dívida resultante das nacionalizações e a novas aplicações de capital no sector produtivo.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

na RCM n.º 55/93, de 22 de Julho²⁴, quer no Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009²⁵.

Conforme evidencia o **Quadro 6.7.2**, as disponibilidades do FRDP em 2007, ascendiam a 1 792,9 M€, com origem em receitas líquidas de privatizações (1 400,3 M€²⁶), noutras receitas, essencialmente juros obtidos (17 M€) e no saldo do exercício anterior (375,7 M€). Deste montante, foi utilizado montante de 949,7 M€ em aplicações no sector produtivo e na redução de dívida pública, mantendo-se em saldo a diferença (843,1 M€), ao qual se deverá acrescentar as aplicações em títulos de dívida de curto prazo, cujo saldo foi reforçado em 2007 com o montante de 372,5 M€. Do montante aplicado, 53,9% das receitas líquidas de privatização destinou-se a redução de dívida pública e 13,9% a aplicações no sector produtivo, dando-se, assim, cumprimento às determinações legais sobre esta matéria.

Quadro 6.7.2
Aplicação das Receitas de Privatizações

Milhares de euros

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|----------------|------------------|------------------|
| Montante disponível | 778.163 | 1.600.512 | 1.792.902 |
| Saldo de exercícios anteriores | 368.230 | 87.301 | 375.659 |
| Receitas de privatizações | 403.200 | 1.505.410 | 1.400.260 |
| Outras receitas (líquidas) | 6.733 | 7.801 | 16.983 |
| Montante aplicado | 690.862 | 1.224.852 | 1.322.325 |
| Aplicações no sector produtivo | 30.880 | 19.801 | 195.138 |
| Acréscimo de títulos de dívida adquiridos * | 30.880 | 19.801 | 372.510 |
| Redução de dívida pública | 659.982 | 1.205.051 | 754.629 |
| Outros | 0 | 0 | 48 |
| Saldo para o ano seguinte | 87.301 | 375.659 | 470.577 |
| Aplicações no sector produtivo | 87.278 | 375.216 | 1 |
| Redução de dívida pública | 23 | 443 | 470.576 |

* O saldo de aplicações em títulos de curto prazo na final do exercício de 2007 era de 4.336.330 mil euros. Para mais informação consultar o Relatório de Gestão do FRDP de 2007 no sítio da internet do IGCP (www.igcp.pt)

Fonte: Fundo de Regularização da Dívida Pública

O saldo transitado para o ano seguinte corresponde quase totalmente ao produto da alienação de uma parcela da participação do Estado Português na Hidroeléctrica Cahora Bassa, cujo encaixe foi concretizado apenas no final do exercício.

²⁴ A RCM n.º 55/93, de 22 de Julho, determinou que a aplicação deste tipo de receita na amortização da dívida do SEE ou em aumentos de capital no sector produtivo não poderá exceder 60% do valor global da receita realizado anualmente. Em articulação com o preceituado nesta RCM.

²⁵ O Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 determina que, a partir de 2006, se passe a aplicar mais de 80% das receitas de privatizações na amortização de dívida pública.

²⁶ Recordar-se que esta receita líquida corresponde ao encaixe global das três operações de reprivatização ocorridas em 2007 (1400,3M€).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

7. PESO DO SEE NA ECONOMIA

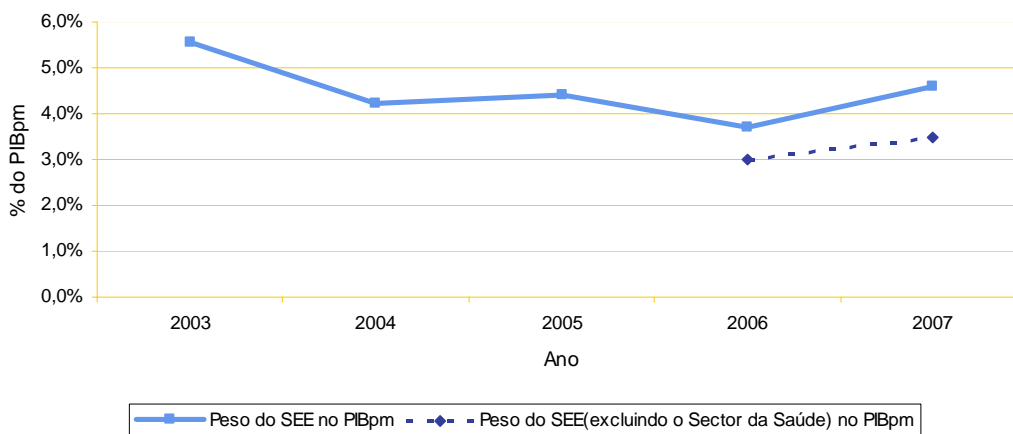
No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio VAB_{pm}/PIB_{pm} , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

Saliente-se que, devido à expansão do universo considerado, mediante a agregação das participações minoritárias do Estado, e à revisão dos valores do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os apurados em relatórios divulgados em anos anteriores. Deverá ser igualmente levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de factores.

7.1. Peso no Produto Interno Bruto

O peso do SEE na economia medido pelo rácio VAB_{pmSEE} / PIB_{pm} registou em 2007 um aumento, na ordem de 24,2% (**Gráfico 7.1.1**), justificado essencialmente pelo crescimento do VABpm das Empresas Públicas Financeiras e pela empresarialização de dezassete hospitais públicos durante o exercício de 2007.

Gráfico 7.1.1
Peso do SEE no PIBpm



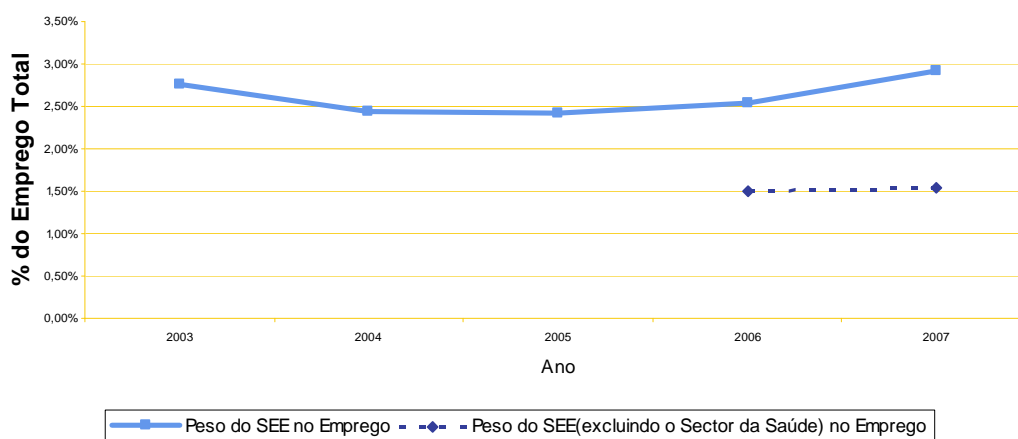
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Por outro lado, importa referir que, quanto ao contributo das novas empresas do sector da saúde, a alteração da forma jurídica desses estabelecimentos hospitalares não implicou um efectivo reforço do peso do Estado na economia, mas sim uma deslocação de meios materiais e humanos do Sector Público Administrativo para o SEE.

7.2. Emprego

O número médio de trabalhadores do SEE (Participações relevantes) revelou um crescimento de 14,6% relativamente ao exercício anterior, o que explica o reforço da importância relativa do SEE medida pelo rácio $\text{EmpregoSEE} / \text{EmpregoTotal}$, em consequência da empresariação de dezassete hospitais públicos no exercício de 2007. O peso do emprego do SEE no emprego total situava-se no final de 2007 em 2,9%, sendo que, em termos globais, no decurso do exercício, houve um incremento do volume do emprego no SEE de 19.045 efectivos.

Gráfico 7.2.1
Peso do SEE no Emprego



Caso não se considerasse o sector da saúde em 2007, o peso do emprego do SEE na economia seria de apenas 1,5%, o que traduz um esforço de redução de efectivos que vem sendo prosseguido de forma continuada nas principais EPNF e a saída do universo de algumas sociedades.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8. ANEXOS

8.1. Carteira Principal em 2006 e 2007

Euros, excepto percentagens

| EMPRESAS | Participação DGTF | | | |
|---|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------|
| | 2007 | | 2006 | |
| | Valor Nominal Global | % | Valor Nominal Global | % |
| 1. Empresas Públicas não Financeiras | 8.864.381.923,40 | 98,8 | 8.720.198.498,30 | 98 |
| 1.1. Comunicação Social | 758.668.965,00 | 99,8 | 713.618.965,00 | 99,8 |
| Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA | 2.670.000,00 | 50,1 | 2.670.000,00 | 50,1 |
| RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA | 755.998.965,00 | 100 | 710.948.965,00 | 100 |
| 1.2. Gestão de Infraestruturas | 1.188.959.569,80 | 95,6 | 1.188.899.464,60 | 95,6 |
| 1.2.1. Infraestruturas Aéreas | 99.714.520,00 | 48,4 | 99.654.414,90 | 48,5 |
| ANA - Aeroportos de Portugal, SA | 62.889.520,00 | 31,4 | 62.889.520,00 | 31,4 |
| ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea Madeira, SA | 6.750.000,00 | 10 | 6.750.000,00 | 10 |
| EDAB - Empresa de Desenv. do Aeroporto de Beja, SA | 3.300.000,00 | 82,5 | 3.300.000,00 | 82,5 |
| NAER - Novo Aeroporto, SA | 1.775.000,00 | 5,2 | 1.775.000,00 | 10 |
| Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, EPE | 25.000.000,00 | 100 | 24.939.894,90 | 100 |
| 1.2.2. Infraestruturas Ferroviárias | 306.700.000,00 | 99,8 | 306.700.000,00 | 99,8 |
| Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, SA | 1.500.000,00 | 60 | 1.500.000,00 | 60 |
| REFER - Rede Ferroviária Nacional, EP | 305.200.000,00 | 100 | 305.200.000,00 | 100 |
| 1.2.3. Infraestruturas Portuárias | 232.000.000,00 | 100 | 232.000.000,00 | 100 |
| APA - Admn. Porto Aveiro, SA | 30.000.000,00 | 100 | 30.000.000,00 | 100 |
| APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA | 48.000.000,00 | 100 | 48.000.000,00 | 100 |
| APL - Administração do Porto de Lisboa, SA | 60.000.000,00 | 100 | 60.000.000,00 | 100 |
| APS - Administração do Porto de Sines, SA | 80.000.000,00 | 100 | 80.000.000,00 | 100 |
| APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA | 14.000.000,00 | 100 | 14.000.000,00 | 100 |
| 1.2.4. Infraestruturas Rodoviárias | 200.000.000,00 | 100 | 200.000.000,00 | 100 |
| EP - Estradas de Portugal, SA | 200.000.000,00 | 100 | 200.000.000,00 | 100 |
| 1.2.5. Outras Infraestruturas | 350.545.049,80 | 100 | 350.545.049,80 | 100 |
| Docapesca - Portos e Lotas, SA | 8.528.400,00 | 100 | 8.528.400,00 | 100 |
| EDIA - Empresa de Desenv. Infraest. Alqueva, SA | 291.507.750,00 | 100 | 291.507.750,00 | 100 |
| SIMAB - Soc.Inst. Mercados Abastecedores, SA | 50.508.899,80 | 100 | 50.508.899,80 | 100 |
| 1.3. Indústria | 171.875.000,00 | 100 | 171.875.000,00 | 100 |
| EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA | 30.000.000,00 | 100 | 30.000.000,00 | 100 |
| EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA | 141.875.000,00 | 100 | 141.875.000,00 | 100 |
| 1.4. Requalificação Urbana | 90.866.000,00 | 88,1 | 108.600.000,00 | 83,5 |
| CacémPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Cacém, SA | 0 | - | 9.375.000,00 | 60 |

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

| | | | | |
|--|-------------------------|------------|-------------------------|------------|
| ChavesPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Chaves,SA | 0 | - | 1.122.000,00 | 60 |
| CostaPolis - Soc. Desenv. Prog. Polis na Costa de Caparica, SA | 12.600.000,00 | 60 | 12.600.000,00 | 60 |
| GaiaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia,SA | 0 | - | 5.778.000,00 | 60 |
| Parque Expo 98, SA | 65.436.000,00 | 99,1 | 65.436.000,00 | 99,1 |
| Setúbal Polis - Soc. Desenv. Programa Polis em Setúbal, SA | 3.830.000,00 | 60 | 3.830.000,00 | 60 |
| TomarPolis - Soc. Desenv. Progr. Polis em Tomar, SA | 0 | - | 1.459.000,00 | 60 |
| VianaPolis - Soc. Desenv. Progr. Polis em Viana do Castelo, SA | 9.000.000,00 | 60 | 9.000.000,00 | 60 |
| 1.5. Saúde | 1.389.641.000,00 | 100 | 1.239.900.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE | 19.950.000,00 | 100 | 19.950.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE | 126.860.000,00 | 100 | 126.860.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar de Coimbra, EPE | 16.694.000,00 | 100 | 0 | - |
| Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE | 22.758.000,00 | 100 | 0 | - |
| Centro Hospitalar de Setúbal, EPE | 44.930.000,00 | 100 | 44.930.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, EPE | 0 | - | 19.950.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE | 41.568.000,00 | 100 | 0 | - |
| Centro Hospitalar do Alto Minho, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, EPE | 39.950.000,00 | 100 | 39.950.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, EPE | 29.950.000,00 | 100 | 29.950.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar do Nordeste, EPE | 34.940.000,00 | 100 | 34.940.000,00 | 100 |
| Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE | 39.496.000,00 | 100 | 0 | - |
| Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE | 16.991.000,00 | 100 | 0 | - |
| Centro Hospitalar do Porto, EPE | 86.548.000,00 | 100 | 0 | - |
| Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE | 38.604.000,00 | 100 | 0 | - |
| Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE | 60.446.000,00 | 100 | 0 | - |
| Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, EPE | 0 | - | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital de Santa Maria, EPE | 133.000.000,00 | 100 | 133.000.000,00 | 100 |
| Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE | 14.477.000,00 | 100 | 0 | - |
| Hospital de São João, EPE | 112.000.000,00 | 100 | 112.000.000,00 | 100 |
| Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE | 19.950.000,00 | 100 | 19.950.000,00 | 100 |
| Hospital Distrital de Santarém, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital Garcia da Orta, EPE | 49.880.000,00 | 100 | 49.880.000,00 | 100 |
| Hospital Geral de Santo António, EPE | 0 | - | 79.790.000,00 | 100 |
| Hospital Infante D. Pedro, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital Nossa Senhora do Rosário, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital Padre Américo - Vale do Sousa, EPE | 0 | - | 19.950.000,00 | 100 |
| Hospital Pulido Valente, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital Santa Maria Maior, EPE | 9.980.000,00 | 100 | 9.980.000,00 | 100 |
| Hospital Santa Marta, EPE | 0 | - | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital Santo André, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital São Gonçalo, EPE | 0 | - | 9.980.000,00 | 100 |
| Hospital São João de Deus, EPE | 0 | - | 9.980.000,00 | 100 |
| Hospital São Sebastião, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |
| Hospital São Teotónio, EPE | 39.900.000,00 | 100 | 39.900.000,00 | 100 |
| IPO - Coimbra, EPE | 19.950.000,00 | 100 | 19.950.000,00 | 100 |
| IPO - Lisboa, EPE | 49.880.000,00 | 100 | 49.880.000,00 | 100 |
| IPO - Porto, EPE | 39.900.000,00 | 100 | 39.900.000,00 | 100 |
| Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE | 11.669.000,00 | 100 | 0 | - |
| Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE | 29.930.000,00 | 100 | 29.930.000,00 | 100 |

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

| | | | | |
|--|--------------------------|-------------|--------------------------|-------------|
| 1.6. Serviços de Utilidade Pública | 125.656.410,00 | 72,2 | 236.612.350,00 | 58,6 |
| AdP - Águas de Portugal, SA | 38.331.410,00 | 8,8 | 149.287.350,00 | 34,4 |
| CTT - Correios de Portugal, SA | 87.325.000,00 | 100 | 87.325.000,00 | 100 |
| 1.7. Transportes | 2.896.318.020,00 | 100 | 2.896.318.020,00 | 100 |
| Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA | 163.532.270,00 | 100 | 163.532.270,00 | 100 |
| CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP | 1.995.317.000,00 | 100 | 1.995.317.000,00 | 100 |
| Metro do Mondego, SA | 569.750,00 | 53 | 569.750,00 | 53 |
| Metro do Porto, SA | 500.000,00 | 10 | 500.000,00 | 10 |
| Metro - Metropolitano de Lisboa, EP | 603.750.000,00 | 100 | 603.750.000,00 | 100 |
| Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA | 79.649.000,00 | 100 | 79.649.000,00 | 100 |
| TRANSTEJO - Transportes do Tejo, SA | 53.000.000,00 | 100 | 53.000.000,00 | 100 |
| 1.8. Parpública | 2.000.000.000,00 | 100 | 2.000.000.000,00 | 100 |
| Parpública-Participações Públicas, SGPS, SA | 2.000.000.000,00 | 100 | 2.000.000.000,00 | 100 |
| 1.9. Outros Sectores | 242.396.958,60 | 97,1 | 164.374.698,60 | 96,2 |
| Ambelis-Agência p/Modernização Económica de Lisboa, SA | 0 | - | 2.740,00 | 1,4 |
| AICEP, EPE (ex-API, EPE) | 110.000.000,00 | 100 | 110.000.000,00 | 100 |
| ANCP - Agência Nacional de Compras Públicas, EPE | 8.000.000,00 | 100 | 0 | - |
| EGREP - Entid.Gest.Reservas Estraté. Prod.Petrolíf., EPE | 250.000,00 | 100 | 250.000,00 | 100 |
| ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, SA | 1.618.400,00 | 20,2 | 1.618.400,00 | 20,2 |
| FRME - Fundo para Revit. Modern.Tecido Emp., SGPS, SA | 46.971.558,60 | 89,8 | 46.971.558,60 | 89,8 |
| EMA - Empresa de Meios Aéreos, SA | 54.000.000,00 | 100 | 0 | - |
| Parque Escolar, EPE | 1.400.000,00 | 100 | 0 | - |
| GeRAP-Emp. Gestão Parp. Recur. Da Adm. Pública, EPE | 12.000.000,00 | 100 | 0 | - |
| OPART - Org. Produção Artística, EPE | 2.000.000,00 | 100 | 0 | - |
| Sociedade Portugal Vela 2007, SA | 0 | - | 375.000,00 | 75 |
| Teatro Nacional D. Maria II, SA | 0 | - | 5.157.000,00 | 100 |
| Teatro Nacional D. Maria II, EPE | 5.157.000,00 | 100 | 0 | - |
| Teatro Nacional S. João, EPE | 1.000.000,00 | 100 | 0 | - |
| 2. Empresas Públicas Financeiras | 3.110.132.750,00 | 99,8 | 2.954.133.750,00 | 99,9 |
| Caixa Geral de Depósitos, SA | 3.100.000.000,00 | 100 | 2.950.000.000,00 | 100 |
| SOFID - Soc. Para o Financ. Desenv. Inst. Financ. Créd. SA | 5.999.000,00 | 60 | 0 | - |
| PME Investimento, SA | 4.133.750,00 | 15 | 4.133.750,00 | 15 |
| 3. Capital de Risco | 4.133.750,00 | 15 | 4.133.750,00 | 15 |
| INOVCAPITAL, SA (ex-PME Capital, SA) | 4.133.750,00 | 15 | 4.133.750,00 | 15 |
| 4. Empresas Sediadas na Estrangeiro | 101.456.109,30 | 15 | 118.450.913,80 | 81,7 |
| Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SARL | 101.456.109,30 | 15 | 118.450.913,80 | 81,7 |
| 5. Total | 12.080.104.532,70 | 98,3 | 11.796.916.912,10 | 98,3 |

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8.2. Outras Participações (carteira acessória, fundos e empresas em liquidação)

Outras Participações - Carteira Acessória *

Euros, excepto percentagens

| Empresas | Participação DGTF | | | |
|--|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| | 2007 | | 2006 | |
| | Valor Nominal Global | % | Valor Nominal Global | % |
| Empresas Públicas não Financeiras | 22.126.209,60 | 49,4 | 22.501.209,60 | 48,8 |
| Indústria | 11.967.804,20 | 59,3 | 11.967.804,20 | 59,3 |
| Companhia Minas de Penedono, SA | 74.819,70 | 25 | 74.819,70 | 25 |
| DECOVIZ-Produtos de Decoração, Lda | 4.988,00 | 1,7 | 4.988,00 | 1,7 |
| DILOP-Alimentos do Sul, SA | 58.800,00 | 19,6 | 58.800,00 | 19,6 |
| DILOP-Charcutaria Cozidos e Fumados, SA | 31.355,00 | 19,6 | 31.355,00 | 19,6 |
| DILOP-Produtos Alimentares, SA | 1.772.200,00 | 19,6 | 1.772.200,00 | 19,6 |
| DILOP-Transportes, AS | 64.915,00 | 19,6 | 64.915,00 | 19,6 |
| EFACEC - Int. Financing, SGPS, SA | 38.173,50 | 5 | 38.173,50 | 5 |
| Lisnave-Estaleiros Navais, SA | 148.330,00 | 3 | 148.330,00 | 3 |
| Metalurgia Casal,AS | 10 | 0 | 10 | 0 |
| Sociedade Aguas da Curia,SA | 160 | 0 | 160 | 0 |
| Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE,SA | 8.112.949,00 | 81,1 | 8.112.949,00 | 81,1 |
| Sociedade Têxtil da Cuca, SA | 650.182,00 | 5,9 | 650.182,00 | 5,9 |
| TEVITOM-Confeccões de vestuário,Lda. | 4.988,00 | 0,4 | 4.988,00 | 0,4 |
| TEVIZ-Têxtil de Vizela,SA | 1.005.934,10 | 6,8 | 1.005.934,10 | 6,8 |
| Outros Sectores | 10.158.405,30 | 37,7 | 10.533.405,30 | 36,9 |
| AMBELIS-Agência p/Modernização Económica de Lisboa,SA | 2.740,00 | 1,4 | 2.740,00 | 1,4 |
| Caso-Centro de Abate de Suínos do Oeste, Lda | 293.293,20 | 19,6 | 293.293,20 | 19,6 |
| CIMPOFIM-Projetos Técnicos e Financeiros,SA | 648.435,00 | 18,7 | 648.435,00 | 18,7 |
| CNEMA- Centro Nacion. Expos. Mercados Agrícolas,SA | 30.000,00 | 0,9 | 30.000,00 | 0,9 |
| Comundo-Consortio Mundial Export. Importação, SA | 17,5 | 0 | 17,5 | 0 |
| Coop. Armadores Navios Pesca Bacalhau, SARL | 1.606,10 | 53,7 | 1.606,10 | 53,7 |
| Coop. Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré,CRL | 0,5 | 0 | 0,5 | 0 |
| EUT-Empreendimentos Urbanos e Turismo,SA | 69.133,40 | 24,1 | 69.133,40 | 24,1 |
| Gestinsua-Aquisições Alienações Patrim.Imob. Mobil.,SA | 8.750,00 | 17,5 | 8.750,00 | 17,5 |
| Imobiliária Construtora Grão-Pará,SA | 20 | 0 | 20 | 0 |
| MANTERO-Agricultura e Comércio Internacional,SA | 2.197.300,00 | 43,5 | 2.197.300,00 | 43,5 |
| Martins & Rebelo - Ind. Lácteas e Alimentares,SA | 4.651.804,20 | 37,3 | 4.651.804,20 | 37,3 |
| Matur-Soc. de Empreendim. Turísticos da Madeira,SA | 20 | 0 | 20 | 0 |
| Metanova-Comércio e Gestão de Imóveis,SA | 37.410,00 | 10 | 37.410,00 | 10 |
| NET-Novas Empresas e Tecnologias,SA | 17.430,00 | 7,4 | 17.430,00 | 7,4 |
| Parques de Sintra - Monte da Lua,SA | 0 | - | 375.000,00 | 15 |
| PROPNER - Propriedades e Equipamentos, SA | 2.118.255,00 | 43,7 | 2.118.255,00 | 43,7 |
| SANJIMO - Soc. Imobiliária SA | 4.930,10 | 8 | 4.930,10 | 8 |
| Sociedade Pereira Pinto,Lda-Farmácia Central de Carcavelos | 1.895,40 | 95 | 1.895,40 | 95 |
| Sociedade Turística da Penina,SA | 15 | 0 | 15 | 0 |
| Sonagi-Soc. Nacional Gestão Investimento,SA | 500 | 0 | 500 | 0 |
| SPIDOURO-Soc. Prom. Inv. Douro Trás-os-Montes SA | 74.850,00 | 8,3 | 74.850,00 | 8,3 |
| Empresas Sediadas na Estrangeiro | 295.577,40 | 35 | 295.577,40 | 35 |
| FICREM-Fundo Inv. Capital de Risco Emp. Moçambique * | 129.336,60 | 5,1 | 129.336,60 | 5,1 |
| IPE MACAU-Invest. e Participações Empresarias,SARL* | 94.994,70 | 100 | 94.994,70 | 100 |
| WTC MACAU - World Trade Center Macau,SARL* | 71.246,10 | 2,5 | 71.246,10 | 2,5 |
| Total | 22.421.786,90 | | 22.796.786,90 | |

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

* Foi considerado o câmbio a 31.12.2007

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Outras Participações - Empresas em Liquidação

Euros, excepto percentagens

| Empresas | Participação DGTF | | | |
|--|-----------------------|------|-----------------------|------|
| | 2007 | | 2006 | |
| | Valor Nominal Global | % | Valor Nominal Global | % |
| Ambelis-Agência p/Modernização Económica de Lisboa, SA | 2.740,00 | 1,4 | 0 | - |
| AveiroPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Aveiro, SA | 5.700.000,00 | 60 | 5.700.000,00 | 60 |
| BejaPolis-Soc.Desenvolv.Programa Polis em Beja, SA | 2.856.000,00 | 60 | 2.856.000,00 | 60 |
| BragançaPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Bragança, SA | 3.592.000,00 | 60 | 3.592.000,00 | 60 |
| CacémPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Cacém, SA | 9.375.000,00 | 60 | 0 | - |
| Casa da Música/Porto 2001, SA | 36.344.996,00 | 86,9 | 36.344.996,00 | 86,9 |
| ChavesPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Chaves,SA | 1.122.000,00 | 60 | 0 | - |
| CoimbraPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Coimbra,SA | 6.000.000,00 | 60 | 6.000.000,00 | 60 |
| COPENAVE-Coop.Abastecedora de Navios, CRL* | 1.010,60 | - | 1.010,60 | - |
| DIATRADA - Comércio e Indústria de Diamantes, Lda. | 0 | - | 53.770,40 | 49 |
| GaiaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis em Gaia,SA | 5.778.000,00 | 60 | 0 | - |
| GESTNAVE-Prestaç. de Serv. Indust.,SA | 200.000,00 | 100 | 200.000,00 | 100 |
| LeiriaPolis-Soc. Desenv. Programa Polis Leiria,SA | 7.500.000,00 | 60 | 7.500.000,00 | 60 |
| Messa-Indústria de Precisão,SA* | 199.519,20 | 40 | 199.519,20 | 40 |
| PEC-Produtos Pecuários de Portugal, SGPS, SA | 36.646.345,00 | 100 | 36.646.345,00 | 100 |
| PolisAlbufeira-Soc.Des.Progr.Polis em Albufeira, SA | 5.100.000,00 | 60 | 5.100.000,00 | 60 |
| PolisCastelo Branco-Soc.Des.Progr.Polis Castelo Br., SA | 5.880.000,00 | 60 | 5.880.000,00 | 60 |
| PolisCovilhã-Soc.Desenv.Progr. Polis na Covilhã, SA | 4.591.000,00 | 60 | 4.591.000,00 | 60 |
| PolisGuarda-Soc.Desenvolv.Progr.Polis na Guarda, SA | 4.725.000,00 | 60 | 4.725.000,00 | 60 |
| PolisMatosinhos-Soc.Des.Progr.Polis Matosinhos, SA | 3.000.000,00 | 60 | 3.000.000,00 | 60 |
| PolisVila do Conde-Soc. Des. Pr. Polis em Vila Conde, SA | 4.800.000,00 | 60 | 4.800.000,00 | 60 |
| PolisVila Real-Soc. Des. Progr. Polis em Vila Real, SA | 4.650.000,00 | 60 | 4.650.000,00 | 60 |
| PortalegrePolis-Soc.Des.Prog. Polis em Portalegre,SA | 0 | - | 1.347.000,00 | 60 |
| SAUDEEC, Lda | 30.000,00 | 40 | 0 | - |
| Silopor-Empresa Silos Portuários, SA | 46.388.204,40 | 100 | 46.388.204,40 | 100 |
| SilvesPolis-Soc.Des.Progr. Polis em Silves, SA | 748.000,00 | 60 | 748.000,00 | 60 |
| Sociedade Portugal Vela 2007, SA | 375.000,00 | 75 | 0 | - |
| TomarPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Tomar, SA | 1.459.000,00 | 60 | 0 | - |
| ViseuPolis-Soc.Desenvolv.Progr.Polis em Viseu, SA | 9.600.000,00 | 60 | 9.600.000,00 | 60 |
| Total | 206.663.815,20 | | 189.922.845,60 | |

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças

* Liquidações não acompanhadas pela DGTF

Outras Participações - Fundos de Investimento

Euros, excepto percentagens

| Empresas | Participação DGTF | | | |
|---|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| | 2007 | | 2006 | |
| | Valor Nominal Global | % | Valor Nominal Global | % |
| Empresas Públicas Financeiras | 50.987.231,20 | 22,7 | 50.987.231,20 | 22,7 |
| Fundo Invest. Imobil. Fechado Margueira Capital | 50.987.231,20 | 22,7 | 50.987.231,20 | 22,7 |
| Capital de Risco | 47.874.557,20 | 50,7 | 47.909.529,70 | 56 |
| FCR - GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL (ex-FIQ) | 4.987.979,00 | 7,7 | 4.987.979,00 | 7,7 |
| FCR AICEP CAPITAL GLOBAL GPI (ex- FIQ - API CAPITAL) | 6.200.000,00 | 9,5 | 6.234.972,50 | 50 |
| FIQ INOVCAPITAL (ex- FIQ - PME CAPITAL) | 16.909.245,40 | 64,9 | 16.909.245,40 | 64,9 |
| FIQ INOVCAPITAL VALOR (ex- FIQ - PME CAPITAL VALOR) | 1.820.612,00 | 6,6 | 1.820.612,00 | 6,6 |
| FIQ INOVCAPITAL 2 (ex- FIQ - PME INVESTIMENTOS) | 16.136.108,80 | 75,1 | 16.136.108,80 | 75,1 |
| FIQ INOVCAPITAL VALOR 2 (ex- FIQ - PME INVESTIM. VALOR) | 1.820.612,00 | 6,6 | 1.820.612,00 | 6,6 |
| Total | 98.861.788,40 | 36,3 | 98.896.760,90 | 38,8 |

Fonte: Direcção Geral do Tesouro e Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8.3. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2007

Milhares de euros

| RUBRICAS | C. Social | Gestão de Infraestruturas | | | | | | | Req. Ambiental | Saúde | Serviços de Utilidade Pública | Transportes | PARPÚBLICA | Outros | Capital Risco | TOTAL | |
|--------------------------------------|-----------|---------------------------|------------|-------------|-------------|-----------|----------|-----------|----------------|-----------|-------------------------------|-------------|------------|----------|---------------|------------|--|
| | | Transportes | | | | | Outras | SOMA | | | | | | | | | |
| | | Aéreas | Portuárias | Ferrovárias | Rodoviárias | SOMA | | | | | | | | | | | |
| Custos e Perdas | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cust. merc. vend. e mat.cons. | 108.626 | 2.278 | 1.794 | 14.283 | 0 | 18.354 | 2.792 | 21.146 | 10.081 | 1.049.723 | 34.368 | 50.114 | 323.266 | 47.248 | 0 | 1.644.572 | |
| Fornecim. e serviços externos | 59.386 | 130.867 | 33.993 | 115.406 | 80.398 | 360.664 | 51.107 | 411.770 | 24.331 | 529.042 | 459.693 | 332.820 | 1.295.519 | 85.596 | 6.420 | 3.204.578 | |
| Custos c/ pessoal | 120.679 | 224.726 | 57.799 | 110.015 | 54.749 | 447.289 | 20.313 | 467.602 | 15.833 | 1.945.326 | 570.863 | 368.336 | 585.752 | 41.368 | 1.480 | 4.117.239 | |
| Amortiz. imob. corp. e incorp. | 16.028 | 106.089 | 49.132 | 10.180 | 3.513 | 168.915 | 19.024 | 187.939 | 1.132 | 125.976 | 239.396 | 208.627 | 217.542 | 33.504 | 242 | 1.030.385 | |
| Provisões | 2.011 | 200 | 928 | 3.648 | 1.500 | 6.276 | 812 | 7.088 | 8.256 | 20.182 | 6.946 | 2.510 | (1.177) | 1.846 | 0 | 47.662 | |
| Impostos | 16.920 | 352 | 2.013 | 3.164 | 23 | 5.552 | 896 | 6.447 | 2.119 | 222 | 11.372 | 3.956 | 0 | 1.639 | 524 | 43.199 | |
| Outros custos operacionais | 905 | 17.140 | 10.682 | 3.881 | 62 | 31.765 | 990 | 32.755 | 2.844 | 4.291 | 6.556 | 58.818 | 94.790 | 1.867 | 673 | 203.499 | |
| Custos Operacionais | 324.556 | 481.652 | 156.341 | 260.577 | 140.245 | 1.038.814 | 95.933 | 1.134.748 | 64.597 | 3.674.760 | 1.329.193 | 1.025.181 | 2.515.692 | 213.068 | 9.339 | 10.291.134 | |
| Custos e perdas financeiras | 51.135 | 39.328 | 7.245 | 260.590 | 45 | 307.209 | 14.300 | 321.509 | 21.728 | 780 | 106.894 | 305.359 | 203.458 | 19.407 | 23.364 | 1.053.633 | |
| Custos e perdas extraordinárias | 2.531 | 4.520 | 3.173 | 8.742 | 4.155 | 20.589 | 344 | 20.933 | 1 | 91.199 | 60.128 | 10.819 | 0 | 4.143 | 131 | 189.886 | |
| Impostos s/ rendim. exercício | 586 | 22.815 | 2.528 | 98 | 315 | 25.755 | 205 | 25.960 | 104 | 9.067 | 23.420 | 502 | 39.034 | 1.028 | 18 | 99.719 | |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (1.577) | (1.577) | (1.578) | 0 | 11.973 | 0 | 11.915 | (261) | 0 | 20.472 | |
| Total | 378.808 | 548.315 | 169.287 | 530.006 | 144.760 | 1.392.368 | 109.205 | 1.501.573 | 84.852 | 3.775.806 | 1.531.608 | 1.341.861 | 2.770.099 | 237.386 | 32.852 | 11.654.844 | |
| Proveitos e Ganhos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vendas | 0 | 1.248 | 368 | 0 | 0 | 1.616 | 17.729 | 19.345 | 23.396 | 380.787 | 313.968 | 33 | 304.462 | 90.606 | 0 | 1.132.597 | |
| Prestação de serviços | 204.981 | 538.072 | 150.219 | 71.401 | 2.122 | 761.813 | 40.911 | 802.724 | 25.905 | 2.952.244 | 1.027.879 | 520.089 | 2.190.729 | 61.350 | 2.015 | 7.787.918 | |
| Variação produção | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 35.917 | 35.917 | 26 | 618 | 853 | (59) | 9.295 | 1.166 | 0 | 47.815 | |
| Trab. p/ a própria empresa | 0 | 7.958 | 1.416 | 44.877 | 12.185 | 66.435 | 2.020 | 68.455 | 4.728 | 128 | 44.164 | 17.950 | 6.655 | 9.608 | 0 | 151.688 | |
| Proveitos suplementares | 118 | 6.782 | 7.052 | 10.962 | 11.899 | 36.696 | 483 | 37.179 | 5.033 | 9.520 | 19.318 | 18.114 | 0 | 2.671 | 43 | 91.995 | |
| Subsídios / Indemniz. Compensatórias | 126.570 | 215 | 76 | 31.032 | 109.225 | 140.548 | 0 | 140.548 | 600 | 73.154 | 889 | 136.422 | 29.526 | 8.235 | 0 | 515.944 | |
| Reversões de amortiz. Ajust. | 1.022 | 81 | 998 | 7 | 0 | 1.086 | 1.422 | 2.508 | 29.700 | 0 | 2.519 | 1.698 | 0 | 1.033 | 379 | 38.859 | |
| Outros prov. e ganhos operac. | 588 | 127 | 4.031 | 1.858 | 0 | 6.016 | 710 | 6.726 | 11.173 | 101.284 | 37.750 | 10.669 | 495.522 | 23.175 | 1 | 686.887 | |
| Proveitos Operacionais | 333.279 | 554.484 | 164.160 | 160.136 | 135.431 | 1.014.210 | 99.192 | 1.113.402 | 100.561 | 3.517.734 | 1.447.340 | 704.916 | 3.036.189 | 197.844 | 2.438 | 10.453.704 | |
| Proveitos e ganhos financeiros | 1.113 | 13.718 | 3.713 | 134.413 | 468 | 152.312 | 1.803 | 154.115 | 11.132 | 31.925 | 33.710 | 41.540 | 109.752 | 7.872 | 20.784 | 411.943 | |
| Proveitos e ganhos extraordinários | 9.054 | 22.591 | 15.990 | 12.468 | 7.745 | 58.794 | 6.019 | 64.813 | 0 | 132.214 | 131.190 | 38.198 | 0 | 13.428 | 7.305 | 396.202 | |
| Total | 343.447 | 590.793 | 183.863 | 307.016 | 143.644 | 1.225.316 | 107.013 | 1.332.330 | 111.693 | 3.681.873 | 1.612.240 | 784.654 | 3.145.941 | 219.145 | 30.527 | 11.261.849 | |
| Resultados operacionais | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Antes de subsídios / IC's | (117.847) | 72.617 | 7.743 | (131.473) | (114.039) | (165.152) | 3.259 | (161.893) | 35.364 | (230.180) | 117.258 | (456.687) | 490.971 | (23.459) | (6.901) | (353.374) | |
| Após subsídios / IC's | 8.723 | 72.832 | 7.819 | (100.441) | (4.814) | (24.604) | 3.259 | (21.345) | 35.964 | (157.026) | 118.147 | (320.265) | 520.497 | (15.224) | (6.901) | 162.570 | |
| Resultados financeiros | (50.021) | (25.611) | (3.532) | (126.177) | 423 | (154.897) | (12.498) | (167.395) | (10.596) | 31.145 | (73.184) | (263.819) | (93.706) | (11.535) | (2.580) | (641.690) | |
| Resultados correntes | (41.298) | 47.222 | 4.287 | (226.618) | (4.391) | (179.501) | (9.239) | (188.740) | 25.368 | (125.880) | 44.963 | (584.084) | 426.791 | (26.759) | (9.481) | (479.120) | |
| Resultados extraordinários | 6.523 | 18.071 | 12.817 | 3.726 | 3.590 | 38.204 | 5.675 | 43.879 | (1) | 41.015 | 71.062 | 27.379 | 0 | 9.285 | 7.173 | 206.316 | |
| Resultados Líquidos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Com interesses minoritários | (35.360) | 42.478 | 14.577 | (222.990) | (1.116) | (167.052) | (3.769) | (170.820) | 25.263 | (93.932) | 92.605 | (557.207) | 387.757 | (18.502) | (2.325) | (372.523) | |
| Sem interesses minoritários | (35.360) | 42.478 | 14.577 | (222.990) | (1.116) | (167.052) | (2.192) | (169.244) | 26.841 | (93.932) | 80.632 | (557.207) | 375.842 | (18.241) | (2.325) | (392.995) | |



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8.4. Demonstração de resultados das EPNF por sectores – 2006

Milhares de euros

| RUBRICAS | C. Social | Gestão de Infraestruturas | | | | | | | Req. Ambiental | Saúde | Serviços de Utilidade Pública | Transportes | PARPÚBLICA | Outros | Capital Risco | TOTAL |
|--------------------------------------|-----------|---------------------------|------------|--------------|-------------|-----------|----------|-----------|----------------|-----------|-------------------------------|-------------|------------|----------|---------------|-----------|
| | | Transportes | | | | | Outras | SOMA | | | | | | | | |
| | | Aéreas | Portuárias | Ferrovíárias | Rodoviárias | SOMA | | | | | | | | | | |
| Custos e Perdas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cust. merc. vend. e mat.cons. | 80.521 | 2.134 | 1.139 | 25.123 | 0 | 28.396 | 3.164 | 31.561 | 27.276 | 864.598 | 33.571 | 50.229 | 211.137 | 46.784 | 0 | 1.345.677 |
| Fornecim. e serviços externos | 69.221 | 120.888 | 29.455 | 106.039 | 101.259 | 357.641 | 48.260 | 405.901 | 20.620 | 412.464 | 433.381 | 307.273 | 1.097.522 | 63.550 | 6.568 | 2.816.499 |
| Custos c/ pessoal | 118.188 | 216.601 | 54.557 | 111.491 | 56.315 | 438.964 | 20.921 | 459.884 | 17.552 | 1.546.455 | 580.892 | 384.071 | 430.473 | 35.773 | 1.059 | 3.574.347 |
| Amortiz. imob. corp. e incorp. | 17.236 | 95.084 | 47.398 | 9.290 | 2.466 | 154.238 | 16.022 | 170.260 | 3.234 | 88.781 | 220.215 | 193.187 | 103.905 | 26.423 | 185 | 823.426 |
| Provisões | 940 | 1.707 | 1.285 | 6.338 | 960 | 10.291 | 35 | 10.326 | 65 | 30.145 | 49.462 | 2.782 | 4.277 | 1.762 | 0 | 99.759 |
| Impostos | 4.503 | 947 | 1.550 | 6.320 | 34 | 8.851 | 436 | 9.287 | 3.062 | 37 | 10.001 | 4.983 | 0 | 1.216 | 109 | 33.197 |
| Outros custos operacionais | 1.523 | 16.904 | 8.373 | 3.647 | 67 | 28.992 | 950 | 29.942 | 4.003 | 3.535 | 5.946 | 61.785 | 48.871 | 3.704 | 953 | 160.263 |
| Custos Operacionais | 292.132 | 454.265 | 143.759 | 268.247 | 161.101 | 1.027.372 | 89.788 | 1.117.160 | 75.813 | 2.946.014 | 1.333.467 | 1.004.311 | 1.896.185 | 179.211 | 8.874 | 8.853.167 |
| Custos e perdas financeiras | 35.488 | 30.235 | 7.321 | 168.731 | 60 | 206.347 | 13.926 | 220.274 | 26.871 | 1.185 | 105.339 | 244.762 | 136.833 | 15.886 | 19.659 | 806.297 |
| Custos e perdas extraordinárias | 10.534 | 5.565 | 4.377 | 18.631 | 1.622 | 30.195 | 1.572 | 31.767 | 0 | 107.324 | 36.109 | 13.026 | 0 | 2.280 | 393 | 201.434 |
| Impostos s/ rendim. exercício | 666 | 16.384 | 4.005 | 141 | 324 | 20.855 | 152 | 21.006 | 111 | 2.447 | 55.168 | 471 | 22.485 | 1.849 | 337 | 104.541 |
| Interesses minoritários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (1.159) | (1.159) | (1.342) | 0 | 8.817 | 0 | 1.013 | (288) | 0 | 7.041 |
| Total | 338.821 | 506.449 | 159.462 | 455.751 | 163.107 | 1.284.769 | 104.279 | 1.389.048 | 101.453 | 3.056.969 | 1.538.900 | 1.262.570 | 2.056.516 | 198.939 | 29.264 | 9.972.480 |
| Proveitos e Ganhos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Vendas | 165.396 | 1.119 | 263 | 20.200 | 0 | 21.583 | 15.846 | 37.428 | 42.433 | 53.337 | 324.357 | 421 | 275.399 | 108.513 | 0 | 1.007.285 |
| Prestação de serviços | 18.348 | 493.425 | 144.228 | 62.967 | 1.402 | 702.022 | 34.519 | 736.541 | 33.897 | 2.306.199 | 994.861 | 486.380 | 1.632.825 | 34.431 | 1.385 | 6.244.867 |
| Variação produção | 0 | 0 | 0 | (15.410) | 0 | (15.410) | 29.560 | 14.150 | 0 | 4.157 | 0 | (44) | 890 | (52) | 0 | 19.100 |
| Trab. p/ a própria empresa | 0 | 5.326 | 965 | 53.457 | 12.689 | 72.437 | 2.501 | 74.938 | 826 | 0 | 33.291 | 20.713 | 2.465 | 1.151 | 0 | 133.384 |
| Proveitos suplementares | 219 | 5.969 | 5.732 | 16.412 | 8.300 | 36.414 | 385 | 36.799 | 0 | 7.006 | 70.285 | 17.496 | 0 | 2.879 | 36 | 134.720 |
| Subsídios / Indemniz. Compensatórias | 125.549 | 187 | 30 | 28.998 | 133.668 | 162.883 | 21 | 162.903 | 0 | 195.853 | 37 | 120.154 | 16.903 | 17.449 | 0 | 638.849 |
| Reversões de amortiz. Ajust. | 640 | 0 | 0 | 1.089 | 0 | 1.089 | 558 | 1.648 | 8.725 | 629 | 0 | 333 | 0 | 582 | 220 | 12.775 |
| Outros prov. e ganhos operac. | 428 | 1.626 | 660 | 861 | 8 | 3.156 | 2.079 | 5.235 | 10.757 | 150.365 | 3.354 | 10.478 | 712.693 | 12.677 | 45 | 906.032 |
| Proveitos Operacionais | 310.580 | 507.653 | 151.878 | 168.574 | 156.068 | 984.173 | 85.469 | 1.069.641 | 96.638 | 2.717.546 | 1.426.184 | 655.931 | 2.641.175 | 177.630 | 1.686 | 9.097.012 |
| Proveitos e ganhos financeiros | 1.264 | 5.825 | 2.888 | 70.469 | 485 | 79.666 | 1.116 | 80.783 | 6.616 | 26.861 | 21.988 | 17.273 | 207.173 | 5.267 | 24.858 | 392.082 |
| Proveitos e ganhos extraordinários | 3.302 | 23.789 | 22.823 | 14.962 | 5.290 | 66.863 | 7.005 | 73.869 | 1 | 123.271 | 124.733 | 32.217 | 0 | 12.736 | 6.662 | 376.790 |
| Total | 315.145 | 537.267 | 177.589 | 254.005 | 161.843 | 1.130.703 | 93.590 | 1.224.293 | 103.255 | 2.867.679 | 1.572.905 | 705.421 | 2.848.348 | 195.632 | 33.206 | 9.865.884 |
| Resultados operacionais | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Antes de subsídios / IC's | (107.101) | 53.201 | 8.090 | (128.671) | (138.701) | (206.082) | (4.341) | (210.422) | 20.825 | (424.320) | 92.680 | (468.534) | 728.087 | (19.031) | (7.188) | (395.004) |
| Após subsídios / IC's | 18.448 | 53.388 | 8.119 | (99.673) | (5.033) | (43.199) | (4.320) | (47.519) | 20.825 | (228.467) | 92.717 | (348.380) | 744.990 | (1.581) | (7.188) | 243.845 |
| Resultados financeiros | (34.225) | (24.410) | (4.433) | (98.263) | 425 | (126.681) | (12.810) | (139.491) | (20.255) | 25.676 | (83.350) | (227.490) | 70.340 | (10.619) | 5.199 | (414.215) |
| Resultados correntes | (15.777) | 28.978 | 3.686 | (197.936) | (4.608) | (169.880) | (17.130) | (187.010) | 570 | (202.791) | 9.366 | (575.869) | 815.330 | (12.200) | (1.989) | (170.370) |
| Resultados extraordinários | (7.232) | 18.224 | 18.446 | (3.669) | 3.668 | 36.669 | 5.433 | 42.102 | 1 | 15.948 | 88.624 | 19.191 | 0 | 10.455 | 6.268 | 175.356 |
| Resultados Líquidos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Com interesses minoritários | (23.675) | 30.818 | 18.127 | (201.746) | (1.264) | (154.066) | (11.849) | (165.915) | 460 | (189.290) | 42.823 | (557.150) | 792.845 | (3.595) | 3.942 | (99.555) |
| Sem interesses minoritários | (23.675) | 30.818 | 18.127 | (201.746) | (1.264) | (154.066) | (10.689) | (164.755) | 1.802 | (189.290) | 34.006 | (557.150) | 791.832 | (3.307) | 3.942 | (106.596) |



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8.5. Balanço das EPNF por sectores – 2007

Milhares de euros

| RUBRICAS | C. Social | Gestão de Infraestruturas | | | | | Outras | SOMA | Req. Ambiental | Saúde | Serviços de Utilidade Pública | Transportes | PARPÚBLICA | Outros | Capital Risco | TOTAL |
|---|-------------|---------------------------|------------|--------------|-------------|-------------|-----------|-------------|----------------|-----------|-------------------------------|-------------|------------|-----------|---------------|-------------|
| | | Aéreas | Portuárias | Ferrovíárias | Rodoviárias | SOMA | | | | | | | | | | |
| Activo Líquido | 396.836 | 1.641.156 | 1.556.604 | 7.233.361 | 11.616.215 | 22.047.336 | 1.833.824 | 23.881.159 | 530.000 | 3.356.900 | 6.487.345 | 7.189.776 | 10.295.595 | 1.242.600 | 377.739 | 53.757.952 |
| Imobilizado | 272.355 | 1.198.970 | 1.446.939 | 7.019.242 | 11.559.009 | 21.224.160 | 1.620.800 | 22.844.960 | 243.917 | 1.154.634 | 4.216.299 | 6.557.143 | 7.568.935 | 698.146 | 236.382 | 43.792.771 |
| Incorpóreo | 131.900 | 37.683 | 9.775 | 82.276 | 0 | 129.733 | 203.256 | 332.989 | 2.703 | 2.273 | 116.843 | 191.859 | 17.472 | 6.000 | 43 | 802.083 |
| Corpóreo | 137.155 | 1.113.382 | 1.387.360 | 6.865.184 | 11.559.009 | 20.924.936 | 1.416.678 | 22.341.614 | 189.261 | 1.152.245 | 3.978.829 | 6.307.225 | 3.048.000 | 668.868 | 1.550 | 37.824.747 |
| Investimento financeiro | 3.300 | 47.905 | 49.804 | 71.782 | 0 | 169.491 | 866 | 170.357 | 51.953 | 115 | 120.627 | 58.058 | 4.503.463 | 23.278 | 234.790 | 5.165.941 |
| Circulante | 92.582 | 343.514 | 85.380 | 160.694 | 57.087 | 646.675 | 210.567 | 857.242 | 204.945 | 1.852.663 | 1.783.476 | 219.062 | 2.649.721 | 482.980 | 140.590 | 8.283.259 |
| Existências | 74.960 | 1.175 | 976 | 31.813 | 0 | 33.964 | 80.809 | 114.772 | 14.911 | 120.322 | 20.400 | 15.043 | 547.296 | 304.199 | 0 | 1.211.903 |
| Dívidas de terceiros - m/l prazo | 889 | 0 | 410 | 0 | 0 | 410 | 95 | 505 | 39.724 | 5.236 | 47.037 | 440 | 995.188 | 14.803 | 9.056 | 1.112.877 |
| Dívidas de terceiros - c/ prazo | 14.187 | 98.446 | 31.420 | 126.915 | 55.771 | 312.552 | 106.735 | 419.287 | 109.422 | 865.406 | 889.958 | 185.634 | 1.107.237 | 95.574 | 39.296 | 3.726.000 |
| Tít. negoc., dep. banc. e caixa | 2.547 | 243.893 | 52.575 | 1.966 | 1.315 | 299.750 | 22.928 | 322.677 | 40.887 | 861.699 | 826.081 | 17.945 | 0 | 68.404 | 92.238 | 2.232.478 |
| Acréscimos e diferimentos | 31.899 | 98.672 | 24.285 | 53.425 | 119 | 176.501 | 2.457 | 178.957 | 81.139 | 349.604 | 487.571 | 413.572 | 76.939 | 61.475 | 767 | 1.681.922 |
| Acréscimos de proveitos | 16.853 | 6.473 | 4.352 | 44.821 | 0 | 55.646 | 1.064 | 56.710 | 10.382 | 345.278 | 198.871 | 19.774 | 15.037 | 54.123 | 673 | 717.700 |
| Custos diferidos | 14.369 | 76.311 | 6.323 | 8.604 | 119 | 91.356 | 1.368 | 92.724 | 70.703 | 4.326 | 165.943 | 393.798 | 18.350 | 4.357 | 14 | 764.584 |
| Activos por impostos diferidos | 678 | 15.888 | 13.610 | 0 | 0 | 29.498 | 24 | 29.523 | 54 | 0 | 122.757 | 0 | 43.552 | 2.994 | 80 | 199.638 |
| Capital próprio | (715.317) | 422.069 | 701.252 | 2.254.041 | 10.592.494 | 13.969.857 | 308.518 | 14.278.375 | (35.127) | 1.395.343 | 695.114 | (2.482.793) | 3.489.378 | 208.866 | 346.835 | 17.180.674 |
| Capital | 761.324 | 328.250 | 232.000 | 307.700 | 200.000 | 1.067.950 | 350.545 | 1.418.495 | 108.434 | 1.407.106 | 521.825 | 2.901.323 | 2.000.000 | 260.025 | 369.962 | 9.748.494 |
| Ações, prestações suplementares e prémios | 123.679 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29.219 | 34.247 | 1.231 | 471.740 | 0 | 16.476 | 0 | 676.593 |
| Diferenças de consolidação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.053 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.053 |
| Ajustamento partes de capital | (29) | 6.804 | 0 | 0 | 0 | 6.804 | (102) | 6.702 | 0 | 0 | (8.889) | 4.476 | (541.591) | (21.976) | 0 | (561.308) |
| Reservas | 12.735 | 115.325 | 443.627 | 3.492.194 | 10.403.502 | 14.454.648 | 20.800 | 14.475.448 | 1.012 | 739.017 | 88.821 | 1.233.140 | 803.404 | 41.458 | 164 | 17.395.198 |
| Resultados transitados | (1.577.666) | (70.787) | 11.049 | (1.322.863) | (9.892) | (1.392.493) | (60.533) | (1.453.026) | (200.633) | (694.354) | 4.440 | (6.536.266) | 851.723 | (68.875) | (20.965) | (9.695.622) |
| Resultado líquido do exercício | (35.360) | 42.478 | 14.577 | (222.990) | (1.116) | (167.051) | (2.192) | (169.244) | 26.840 | (90.672) | 80.632 | (557.207) | 375.842 | (18.241) | (2.325) | (389.735) |
| Dividendos antecipados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Interesses Minoritários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.890 | 6.890 | (14.591) | 0 | 196.753 | 0 | 106.601 | (158) | 0 | 295.495 |
| Passivo Líquido | 1.112.152 | 1.219.087 | 855.352 | 4.979.320 | 1.023.721 | 8.077.479 | 1.518.416 | 9.595.895 | 579.719 | 1.961.558 | 5.595.478 | 9.672.569 | 6.699.616 | 1.033.891 | 30.903 | 36.281.781 |
| Prov. p/ riscos e encargos | 75.819 | 50.983 | 113.083 | 20.901 | 206.537 | 391.504 | 29.494 | 420.998 | 1.083 | 120.499 | 64.720 | 267.261 | 55.266 | 15.870 | 1.046 | 1.022.562 |
| Dívidas a terceiros - m/l prazo | 828.519 | 612.011 | 112.098 | 3.821.972 | 0 | 4.546.081 | 584.391 | 5.130.473 | 209.102 | 26.612 | 1.295.259 | 7.557.329 | 4.910.275 | 349.551 | 1.284 | 20.308.404 |
| Empréstimos obrigacionistas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 356.180 | 356.180 | 98.568 | 0 | 0 | 1.395.851 | 3.319.216 | 0 | 0 | 5.169.815 |
| Empréstimos bancários | 828.322 | 612.011 | 112.063 | 3.821.972 | 0 | 4.546.046 | 227.711 | 4.773.757 | 110.403 | 406 | 1.179.804 | 5.536.443 | 1.084.726 | 328.854 | 0 | 13.842.715 |
| Outras | 197 | 0 | 36 | 0 | 0 | 36 | 500 | 536 | 131 | 26.206 | 115.456 | 625.035 | 506.333 | 20.697 | 1.284 | 1.295.874 |
| Dívidas a terceiros - c/ prazo | 122.373 | 155.835 | 110.555 | 953.511 | 583.831 | 1.803.731 | 159.883 | 1.963.614 | 261.032 | 1.317.426 | 1.727.797 | 1.184.945 | 1.122.029 | 151.399 | 19.997 | 7.870.611 |
| Empr. p/ obrigações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 49.204 | 0 | 0 | 7.731 | 0 | 0 | 0 | 56.936 |
| Empréstimos bancários | 58.486 | 63.950 | 65.532 | 779.507 | 459.789 | 1.368.778 | 90.989 | 1.459.767 | 160.129 | 430 | 703.952 | 930.726 | 252.385 | 46.193 | 0 | 3.612.069 |
| Outras | 63.886 | 91.885 | 45.023 | 174.004 | 124.042 | 434.953 | 68.894 | 503.847 | 51.698 | 1.316.996 | 1.023.845 | 246.487 | 869.644 | 105.206 | 19.997 | 4.201.607 |
| Acréscimos e Diferimentos | 85.442 | 400.258 | 519.616 | 182.936 | 233.353 | 1.336.162 | 744.648 | 2.080.810 | 108.503 | 497.021 | 2.507.701 | 663.034 | 612.046 | 517.072 | 8.576 | 7.080.204 |
| Acréscimos de custos | 83.920 | 132.057 | 9.808 | 99.317 | 187.344 | 428.526 | 11.337 | 439.862 | 23.005 | 306.977 | 667.915 | 146.031 | 170.959 | 22.652 | 2.563 | 1.863.884 |
| Proveitos diferidos | 1.279 | 267.829 | 509.157 | 83.619 | 46.009 | 906.614 | 733.286 | 1.639.900 | 85.497 | 190.045 | 1.789.688 | 506.263 | 348.587 | 493.778 | 7 | 5.055.044 |
| Passivos p/ impostos diferidos | 243 | 371 | 651 | 0 | 0 | 1.023 | 25 | 1.048 | 0 | 0 | 50.098 | 10.740 | 92.500 | 642 | 6.006 | 161.277 |
| C. Próprio + Passivo + I. Minor. | 396.835 | 1.641.156 | 1.556.604 | 7.233.361 | 11.616.215 | 22.047.336 | 1.833.824 | 23.881.160 | 530.001 | 3.356.901 | 6.487.345 | 7.189.776 | 10.295.595 | 1.242.599 | 377.738 | 53.757.951 |



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8.6. Balanço das EPNF por sectores – 2006

Milhares de euros

| RUBRICAS | C. Social | Gestão de Infraestruturas | | | | | Outras | SOMA | Req. Ambiental | Saúde | Serviços de Utilidade Pública | Transportes | PARPÚBLICA | Outros | Capital Risco | TOTAL |
|---|------------------|---------------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-----------------|------------------|-------------------------------|--------------------|------------------|------------------|----------------|-------------------|
| | | Aéreas | Portuárias | Ferrovíárias | Rodoviárias | SOMA | | | | | | | | | | |
| Activo Líquido | 455.824 | 1.662.198 | 1.515.087 | 6.987.731 | 10.653.475 | 20.818.491 | 1.501.898 | 22.320.389 | 527.988 | 2.850.410 | 5.959.868 | 7.202.281 | 7.904.629 | 1.343.681 | 282.797 | 48.847.867 |
| Imobilizado | 238.904 | 1.180.552 | 1.398.503 | 6.681.878 | 10.403.602 | 19.664.535 | 1.318.509 | 20.983.044 | 177.327 | 906.166 | 3.819.413 | 6.513.911 | 6.148.808 | 760.043 | 157.507 | 39.705.123 |
| Incorpóreo | 129.789 | 27.146 | 7.732 | 68.078 | 0 | 102.955 | 8.572 | 111.527 | 2.528 | 2.392 | 131.662 | 185.861 | 16.804 | 6.125 | 2 | 586.689 |
| Corpóreo | 106.314 | 1.109.688 | 1.381.412 | 6.538.906 | 10.403.602 | 19.433.608 | 1.309.241 | 20.742.848 | 112.595 | 903.720 | 3.578.676 | 6.297.490 | 1.617.072 | 639.917 | 1.092 | 33.999.724 |
| Investimento financeiro | 2.801 | 43.719 | 9.359 | 74.894 | 0 | 127.972 | 696 | 128.669 | 62.205 | 54 | 109.075 | 30.560 | 4.514.932 | 114.001 | 156.413 | 5.118.709 |
| Circulante | 173.499 | 363.993 | 92.478 | 249.558 | 57.799 | 763.828 | 173.019 | 936.847 | 274.893 | 1.600.885 | 1.752.367 | 273.095 | 1.696.044 | 523.681 | 112.001 | 7.343.312 |
| Existências | 97.389 | 1.520 | 856 | 23.130 | 0 | 25.506 | 44.860 | 70.366 | 21.547 | 92.470 | 18.214 | 15.342 | 400.628 | 285.682 | 0 | 1.001.639 |
| Dívidas de terceiros - m/l prazo | 381 | 0 | 648 | 0 | 0 | 648 | 100 | 748 | 0 | 8.187 | 22.588 | 423 | 980.460 | 14.177 | 9.440 | 1.036.403 |
| Dívidas de terceiros - c/ prazo | 74.039 | 141.225 | 36.201 | 145.955 | 54.797 | 378.178 | 119.864 | 498.042 | 186.895 | 733.126 | 1.015.469 | 242.978 | 314.956 | 46.311 | 5.009 | 3.116.827 |
| Tít. negoc., dep. banc. e caixa | 1.690 | 221.248 | 54.773 | 80.472 | 3.002 | 359.495 | 8.195 | 367.691 | 66.451 | 767.101 | 696.097 | 14.351 | 0 | 177.512 | 97.551 | 2.188.444 |
| Acréscimos e diferimentos | 43.420 | 117.653 | 24.107 | 56.295 | 192.074 | 390.128 | 10.370 | 400.498 | 75.768 | 343.360 | 388.088 | 415.275 | 59.777 | 59.958 | 13.289 | 1.799.432 |
| Acréscimos de proveitos | 19.991 | 11.953 | 2.790 | 46.736 | 183.340 | 244.819 | 8.947 | 253.766 | 3.913 | 342.515 | 145.680 | 13.916 | 6.208 | 53.186 | 862 | 840.037 |
| Custos diferidos | 21.758 | 93.234 | 7.590 | 9.559 | 8.734 | 119.117 | 1.423 | 120.539 | 71.854 | 844 | 119.298 | 401.359 | 14.685 | 3.819 | 21 | 754.179 |
| Activos por impostos diferidos | 1.672 | 12.466 | 13.727 | 0 | 0 | 26.192 | 0 | 26.192 | 0 | 0 | 123.110 | 0 | 38.884 | 2.952 | 12.406 | 205.216 |
| Capital próprio | (703.356) | 393.468 | 689.261 | 2.319.271 | 10.217.220 | 13.619.220 | 304.415 | 13.923.635 | (51.248) | 1.301.075 | 640.263 | (1.958.660) | 3.274.930 | 303.506 | 228.168 | 16.958.312 |
| Capital | 716.274 | 314.250 | 232.000 | 307.700 | 200.000 | 1.053.950 | 350.545 | 1.404.495 | 108.434 | 1.276.964 | 521.825 | 2.901.323 | 2.000.000 | 348.087 | 247.757 | 9.525.159 |
| Ações, prestações suplementares e prémios | 122.682 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29.219 | 0 | (15.154) | 463.740 | 0 | 75.507 | 0 | 675.994 |
| Diferenças de consolidação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.053 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7.053 |
| Ajustamento partes de capital | (29) | 6.974 | 0 | (37) | 0 | 6.937 | (102) | 6.835 | 0 | 0 | (6.390) | 4.407 | (408.568) | (20.098) | 0 | (423.843) |
| Reservas | 12.825 | 88.012 | 522.531 | 3.334.471 | 10.027.112 | 13.972.126 | 13.422 | 13.985.548 | 672 | 620.211 | 95.122 | 1.213.981 | 800.413 | 31.224 | 690 | 16.760.686 |
| Resultados transitados | (1.531.431) | (46.586) | (83.397) | (1.121.116) | (8.628) | (1.259.727) | (48.761) | (1.308.489) | (191.376) | (406.809) | 3.802 | (5.984.962) | 380.153 | (127.907) | (24.222) | (9.191.242) |
| Resultado líquido do exercício | (23.675) | 30.818 | 18.127 | (201.746) | (1.264) | (154.066) | (10.689) | (164.755) | 1.803 | (189.291) | 34.006 | (557.149) | 791.832 | (3.307) | 3.943 | (106.595) |
| Dividendos antecipados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (288.900) | 0 | 0 | (288.900) |
| Interesses Minoritários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.050 | 5.050 | (13.013) | 0 | 186.914 | 0 | 23.047 | 2.338 | 0 | 204.336 |
| Passivo Líquido | 1.159.180 | 1.268.730 | 825.826 | 4.668.460 | 436.256 | 7.199.272 | 1.192.433 | 8.391.705 | 592.248 | 1.549.335 | 5.132.691 | 9.160.941 | 4.606.652 | 1.037.838 | 54.630 | 31.685.219 |
| Prov. p/ riscos e encargos | 59.957 | 63.852 | 119.938 | 32.327 | 15.301 | 231.418 | 38.689 | 270.107 | 714 | 109.969 | 91.549 | 257.268 | 47.477 | 15.007 | 1.046 | 853.096 |
| Dívidas a terceiros - m/l prazo | 870.711 | 683.337 | 113.411 | 4.056.227 | 0 | 4.852.974 | 512.635 | 5.365.609 | 197.867 | 1.330 | 893.268 | 6.830.880 | 3.315.509 | 349.375 | 581 | 17.825.130 |
| Empréstimos obrigacionistas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 300.000 | 300.000 | 98.409 | 0 | 0 | 848.582 | 2.090.188 | 0 | 0 | 3.337.179 |
| Empréstimos bancários | 868.880 | 406.443 | 112.238 | 4.056.227 | 0 | 4.574.908 | 211.046 | 4.785.955 | 99.458 | 860 | 794.267 | 5.348.305 | 639.896 | 326.455 | 0 | 12.864.074 |
| Outras | 1.831 | 276.893 | 1.172 | 0 | 0 | 278.066 | 1.588 | 279.654 | 0 | 470 | 99.001 | 633.994 | 585.425 | 22.920 | 581 | 1.623.876 |
| Dívidas a terceiros - c/ prazo | 114.040 | 117.523 | 88.956 | 418.711 | 231.380 | 856.569 | 153.379 | 1.009.949 | 309.748 | 1.045.904 | 1.928.512 | 1.416.683 | 1.004.000 | 181.706 | 49.667 | 7.060.208 |
| Empr. p/ obrigações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 98.727 | 0 | 0 | 73.039 | 500.000 | 0 | 0 | 671.766 |
| Empréstimos bancários | 65.661 | 18.960 | 44.389 | 224.384 | 64.037 | 351.770 | 93.248 | 445.018 | 174.069 | 428 | 867.293 | 1.029.313 | 39.696 | 28.341 | 48.000 | 2.697.818 |
| Outras | 48.379 | 98.562 | 44.566 | 194.327 | 167.343 | 504.799 | 60.132 | 564.931 | 36.952 | 1.045.476 | 1.061.218 | 314.331 | 464.304 | 153.365 | 1.667 | 3.690.624 |
| Acréscimos e Diferimentos | 114.472 | 404.018 | 503.522 | 161.195 | 189.575 | 1.258.310 | 487.730 | 1.746.040 | 83.919 | 392.132 | 2.219.362 | 656.109 | 239.666 | 491.749 | 3.336 | 5.946.786 |
| Acréscimos de custos | 110.628 | 132.079 | 10.019 | 96.947 | 189.575 | 428.620 | 10.217 | 438.836 | 24.707 | 245.899 | 627.383 | 137.955 | 125.677 | 18.812 | 2.846 | 1.732.743 |
| Proveitos diferidos | 3.588 | 271.560 | 492.803 | 1.343 | 0 | 765.706 | 477.482 | 1.243.188 | 59.212 | 146.233 | 1.542.601 | 507.597 | 36.667 | 472.320 | 14 | 4.011.419 |
| Passivos p/ impostos diferidos | 257 | 379 | 700 | 62.905 | 0 | 63.984 | 31 | 64.016 | 0 | 0 | 49.378 | 10.557 | 77.322 | 617 | 476 | 202.623 |
| C. Próprio + Passivo + I. Minor. | 455.824 | 1.662.198 | 1.515.087 | 6.987.731 | 10.653.475 | 20.818.491 | 1.501.898 | 22.320.389 | 527.987 | 2.850.410 | 5.959.868 | 7.202.281 | 7.904.629 | 1.343.681 | 282.797 | 48.847.867 |

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8.7. Demonstração de resultados das EPF – Grupo CGD - 2006-2007

Milhares de euros

| Rubricas | CGD consolidado | |
|---|-------------------|--------------------|
| | 2006 | 2007 |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2.243.293 | 1.925.505 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 678.982 | 952.660 |
| Aplicações em instituições de crédito | 8.458.449 | 4.789.664 |
| Activos financ. ao justo valor através de resultados | 7.842.956 | 6.841.903 |
| Activos financeiros disponíveis para venda | 12.432.008 | 15.371.099 |
| Investimentos associados a produtos "unit-linked" | 848.401 | 777.115 |
| Derivados de cobertura com reavaliação positiva | 108.189 | 125.590 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 133 | 12 |
| Créditos a clientes | 57.268.270 | 66.844.300 |
| Activos não correntes detidos para venda | 78.265 | 454.972 |
| Propriedades de Investimento | 339.536 | 410.341 |
| Outros activos tangíveis | 1.037.916 | 977.136 |
| Activos intangíveis | 639.772 | 411.178 |
| Investimentos em associadas | 328.219 | 316.718 |
| Activos por impostos correntes | 32.762 | 29.714 |
| Activos por impostos diferidos | 547.151 | 683.058 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 237.181 | 234.296 |
| Outros activos | 3.124.325 | 2.408.503 |
| Activo líquido | 96.245.808 | 103.553.764 |
| Passivo | 91.232.152 | 98.012.668 |
| Recursos de inst.crédito e de bancos centrais | 5.503.796 | 8.841.237 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 53.767.836 | 54.038.767 |
| Responsabilidades associadas a produtos "unit-linked" | 847.369 | 777.115 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 13.360.344 | 16.230.868 |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | 589.904 | 1.193.756 |
| Derivados de coberturas com reavaliação negativa | 626.163 | 814.412 |
| Passivos não correntes detidos para venda | 0 | 283.781 |
| Provisões para benefícios a empregados | 495.870 | 531.625 |
| Provisões para outros riscos | 468.513 | 404.937 |
| Provisões técnicas de contratos de seguro | 7.828.036 | 7.673.902 |
| Passivos por impostos correntes | 138.795 | 182.107 |
| Passivos por impostos diferidos | 199.432 | 153.065 |
| Outros passivos subordinados | 1.925.663 | 2.667.375 |
| Outros passivos | 5.480.431 | 4.219.721 |
| Capital Próprio | 5.013.656 | 5.541.096 |
| Capital | 2.950.000 | 3.100.000 |
| Reservas de justo valor | 656.404 | 381.177 |
| Outras reservas e resultados transitados | -20.407 | 503.824 |
| Result.exercício atribuído ao accionista da CGD | 733.808 | 856.311 |
| Interesses minoritários | 693.851 | 699.784 |
| Passivo + Capital Próprio | 96.245.808 | 103.553.764 |

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

8.8. Balanço das EPF – Grupo CGD - 2006-2007

Milhares de euros

| Rubricas | CGD consolidado | | |
|--|--------------------|--------------------|-------------|
| | 2006 | 2007 | |
| Margem financeira alargada | 1.777.914 | 2.031.981 | |
| Juros e rendimentos similares | (+) | 4.389.967 | 5.910.121 |
| Juros e encargos similares | (-) | (2.685.089) | (3.971.036) |
| Rendimentos de instrumentos de capital | (+) | 73.036 | 92.896 |
| Rendimento de serviços e comissões | (+) | 441.261 | 490.965 |
| Encargos com serviços e comissões | (-) | (76.541) | (96.047) |
| Resultado em operações financeiras | (+) | 130.683 | 84.336 |
| Outros resultados de exploração, do qual: | (+) | 124.612 | 88.832 |
| <i>Resultado de operações descontinuadas</i> | | 1.177 | (7.062) |
| Produto da actividade financeira | 2.397.929 | 2.600.067 | |
| Margem técnica da actividade de seguros | 586.242 | 549.246 | |
| Prémios, líquidos de resseguro | (+) | 2.626.655 | 2.242.767 |
| Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros | (+) | 312.209 | 310.827 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | (-) | (2.187.314) | (1.868.448) |
| Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros | (+) | (165.308) | (135.900) |
| Produto da actividade bancária e seguradora | 2.984.171 | 3.149.313 | |
| Custos com Pessoal | (-) | (918.303) | (942.217) |
| Outros gastos administrativos | (-) | (634.311) | (650.733) |
| Depreciações e amortizações | (-) | (142.165) | (142.746) |
| Provisões líquidas de anulações | (-) | (106.358) | (72.805) |
| Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações | (+) | (232.123) | (249.439) |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | (+) | (69.613) | (19.399) |
| Resultados em empresas associadas | (+) | 108.526 | 3.150 |
| Resultado antes de impostos e interesses minoritários | 989.824 | 1.075.124 | |
| Impostos sobre lucros: | | | |
| Correntes | | (265.737) | (315.163) |
| Diferidos | | 43.233 | 137.649 |
| | | (222.504) | (177.514) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 767.320 | 897.610 | |
| Interesses minoritários | (-) | (33.512) | (41.299) |
| Resultado líquido atribuível ao accionista da CGD | 733.808 | 856.311 | |
| Número médio de acções ordinárias emitidas | 590.000.000 | 590.000.000 | |
| Resultado por acção (euros) | 1,24 | 1,45 | |

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

**8.9. Conclusões do Relatório de Avaliação Global do
Cumprimento dos Princípios de Bom Governo das Empresas
do Estado**

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 70/2008, de 28 de Março, aprovou os Princípios de Bom Governo (PBG) destinados quer ao Estado (enquanto accionista e “*stakeholder*”), quer às empresas por este detidas ou participadas e, em especial os que respeitam à divulgação de informação. A aprovação dos PBG teve em vista assegurar a melhoria do governo societário, a adopção generalizada de boas práticas de governo pelas empresas e a garantia de transparência e rigor na actuação do Estado e das empresas.

Ao Nível do Estado

Consagrando a referida RCM, entre outros, novos princípios no que respeita à prestação de informação pelas empresas públicas, a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) criou para esse fim específico o sítio das empresas do Estado, ao qual se pode aceder livremente através do endereço www.dgtf.pt.

O conteúdo da informação específica disponibilizada no referido portal é da exclusiva responsabilidade das próprias empresas.

Determina a referida RCM que o Estado deve estabelecer as orientações estratégicas e os objectivos que devem ser prosseguidos pelas empresas de que directamente detenha o domínio total, assim como participar de modo informado e activo nas Assembleias Gerais das empresas em que detenha participação, contribuindo para a fixação das orientações estratégicas e dos objectivos dessas empresas.

No âmbito do exercício da função accionista do Estado, a DGTF tem vindo a assegurar a representação do Estado nas Assembleias Gerais de todas as empresas em que este detém uma participação no capital social superior a 5%, bem como em algumas das restantes sociedades consideradas como mais relevantes (Portugal Telecom e Lisnave, entre outras) actuando, nesse domínio, de acordo com as orientações aprovadas pelas tutelas sectorial e financeira.

Relativamente às orientações de gestão para as empresas, têm vindo a ser desenvolvidos os esforços necessários tendentes à sua definição pelas tutelas sectoriais e financeira e à sua aprovação em Assembleia Geral.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Até 31 de Dezembro de 2007 foram aprovadas orientações de gestão específicas para um universo de 24 empresas, conforme ilustra o [Quadro C.1.](#)

Quadro C.1.

| Sectores | Empresas |
|-------------------------------|---------------------------|
| Comunicação Social | RTP, Lusa |
| Infra-estruturas Aéreas | ANA, EDAB, NAER |
| Infra-estruturas Portuárias | APA, APDL, APL, APS, APSS |
| Outras Infra-estruturas | Docapesca, EDIA, Simab |
| Requalificação Ambiental | Parque Expo |
| Serviços Utilidade Pública | CTT, AdP |
| Transportes | Carris, STCP, MMondego |
| Parpública | Parpública |
| Outros Sectores | ENATUR |
| Empresas Públicas Financeiras | CGD, PME Investimentos |
| Capital de Risco | INOV Capital |

Procedeu-se, ainda, à aprovação das alterações estatutárias necessárias com vista à implementação nas empresas de um regime de fiscalização ajustado às especificidades próprias de cada uma delas. Este processo, previsto no Decreto-Lei 76-A/2006, que introduziu alterações no Código das Sociedades Comerciais (CSC), foi concretizado em 20 empresas (CGD, CTT, Parpública, Parque Expo, EDIA, AdP, APDL, APL, APS, APSS, ANA, ANAM, NAER, Carris, EMPORDEF, STCP, EP, Transtejo e MPorto), estando em curso a sua aprovação relativamente à MLisboa.

Ao Nível das Empresas

No que respeita às empresas públicas, os PBG recomendam, designadamente, o respeito dos princípios de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades das partes interessadas, devendo para o efeito ser definidas estratégias e objectivos a atingir nesses domínios. Os PBG definem, ainda, a necessidade de planos de igualdade de tratamento e oportunidades, de forma a eliminar as discriminações e de promover práticas ambientais correctas, consentâneas com a sustentabilidade do crescimento e do desenvolvimento económico. O [Quadro C.2.](#) enumera, de forma sucinta, os PBG aplicáveis às empresas, encontrando-se a sombreado aqueles que estiveram subjacentes na análise efectuada no presente Relatório.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro C.2.

| PBG | Recomendações |
|---|--|
| <i>Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação</i> | <ul style="list-style-type: none"> Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação Elaborar planos de actividade e orçamentos adequados   sua missão, aos objectivos fixados e às fontes de financiamento disponíveis Adopção de planos de igualdade Reporte de informação (como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objectivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e de serviço público) Cumprimento de legislação e regulamentac  o Obrigação de tratamento e com respeito todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a um código de  tica que contemple exigentes comportamentos  ticos e deontológicos) |
| <i>Estruturas de Administração e Fiscalização</i> | <ul style="list-style-type: none"> N  de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo sector O modelo de governo deve assegurar a efectiva segregac  o de funções de administração e fiscalização (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissões) Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes (membros não executivos do órgão de fiscalização, membros do conselho geral e de supervisão ou membro do órgão de fiscalização) Implementação de sistemas de controlo Promover a rota  o dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização |
| <i>Remuneração e Outros Direitos</i> | <ul style="list-style-type: none"> Divulgação anual das remunera  es totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do  rg o de administração Divulgação anual das remunera  es auferidas por cada membro do  rg o de fiscalização Divulgação anual dos demais benefícios e regalias |
| <i>Prevenção de conflitos de interesses</i> | <ul style="list-style-type: none"> Abster-se de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse Declarar quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa Declarar relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse |
| <i>Divulgação de informação relevante</i> | <ul style="list-style-type: none"> Divulgar publicamente, de imediato todas as informações de que tenham conhecimento, susceptíveis de afectar de modo relevante a empresa Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado, toda a informação antes enunciada e também informação financeira histórica e actual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos sociais, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG) Nomeação do provedor do cliente |



**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**

Em cada ano, as empresas devem informar as partes interessadas do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimentos dos seus objectivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público prestado. Incumbe ainda às empresas apresentar uma análise sobre o cumprimento dos PBG que lhe são dirigidos, fundamentando, em razão da sua dimensão ou especificidade, o eventual incumprimento de algum deles.

A RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, prevê, ainda, que seja efectuada uma avaliação anual global do grau de cumprimento dos princípios aprovados, devendo as suas conclusões constar do relatório anual sobre a situação do SEE. Assim, com o objectivo de criar os mecanismos necessários tendentes à verificação do cumprimento por parte das empresas públicas dos princípios acima enunciados, no que respeita, em especial, à divulgação de informação, a DGTF informou essas empresas (i) da necessidade de os Relatórios de Gestão incluírem um ponto relativo ao governo das sociedades, em respeito das disposições da referida RCM, (ii) dos referenciais financeiros a respeitar no âmbito da elaboração dos planos de actividades e de investimentos e dos correspondentes orçamentos, e (iii) da obrigatoriedade de envio ao accionista desses instrumentos previsionais de gestão. A DGTF solicitou, ainda, às mesmas empresas a disponibilização do universo de informação a divulgar no sítio das empresas do Estado.

A validação relatada no presente documento, que, neste primeiro ano, incide, em especial sobre as normas referentes à divulgação de informação, foi efectuada com base, fundamentalmente, nos elementos constantes dos documentos de prestação de contas das empresas relativos a 2007, nos planos de actividades e orçamentos referentes a 2008, bem como na informação enviada pelas empresas para o site do SEE.

Tendo por base a informação apresentada em resposta às solicitações da DGTF, foi efectuada uma avaliação do cumprimento dos princípios de divulgação de informação por parte dessas empresas, concluindo-se que:

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

- 5 empresas, identificadas no **Quadro C.3.**, cumpriram integralmente.

Quadro C.3.

| Empresas que cumpriram integralmente as normas de divulgação de informação | |
|---|---|
| 2006 | 2007 |
| AdP Águas de Portugal, SA | ANA - Aeroportos de Portugal, SA |
| | APL - Administração do Porto de Lisboa, SA |
| | APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA |
| | Centro Hospitalar do Porto, EPE |
| | Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA |
| CTT-Correios de Portugal, SA | CTT-Correios de Portugal, SA |
| EDIA-Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA | CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP |
| EDM - Empresa de desenvolvimento Mineiro, SA | EDIA-Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA |
| | EGREP - Ent. Gest. Reservas Estr. Petrolíferas, SA |
| | EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA |
| | INOV Capital, SA |
| | Parque Expo 98, SA |
| | PME Investimento, SA |
| Metro-Metropolitano de Lisboa, EP | Metro-Metropolitano de Lisboa, EP |
| REFER-Rede Ferroviária Nacional, EP | REFER-Rede Ferroviária Nacional, EP |

- 7, identificadas no **Quadro C.4.**, não apresentaram informação, ou fizeram-no de uma forma deficiente.

Quadro C.4.

| Empresas que não divulgaram informação |
|--|
| ANCP - Agência Nacional de Compras Públicas, EPE |
| AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo Portugal, EPE |
| Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE |
| Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE |
| Hospital Infante D. Pedro, EPE |
| Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE |
| Metro do Porto, SA |

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

➤ Das restantes empresas (ver [Quadro C.5.](#)):

- 25 apresentaram informação apenas para alguns dos pontos definidos – cumprimento parcial;
- 30 só não apresentaram informação quanto a um dos princípios ou apresentaram informação em moldes deficitários quanto a dois deles – cumprimento quase integral.

Quadro C.5.

| | Cumprimento integral | Cumprimento quase integral | Cumprimento parcial | Não cumprimento |
|----------------------|----------------------|----------------------------|---------------------|-----------------|
| Número empresas (77) | 15 | 30 | 25 | 7 |

A análise do universo da informação disponibilizada pelas empresas ([Quadro C.6.](#)) permitiu, ainda, concluir que a discriminação das remunerações dos órgãos sociais foi o princípio que registou maior nível de cumprimento (72 empresas), logo seguido da Indicação da Missão, Objectivos e Políticas prosseguidas, a par com a identificação do modelo de governo dos órgãos sociais (71 empresas). Por sua vez, a existência de um Código de Ética foi o princípio com grau de cumprimento mais deficitário, já que apenas 28 empresas dispõem desse documento²⁷.

Relativamente à Sustentabilidade nos domínios Económico, Social e Ambiental e à Avaliação dos PBG, 65% das empresas efectuaram as correspondentes análises e avaliação²⁸. Por outro lado, o ponto sobre a avaliação do cumprimento dos PBG não foi considerado no relatório e contas em 27 empresas.

²⁷ Contudo, comparativamente ao levantamento efectuado em 2007, verificou-se uma evolução positiva (+ 32%).

²⁸ Em 2007, concluiu-se que esses níveis se fixavam, respectivamente, em 50% e 42%.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Quadro C.6.

| PBG | Cumprimento integral | Cumprimento quase integral | Cumprimento parcial | Não cumprimento |
|---|----------------------|----------------------------|---------------------|-----------------|
| Indicação da missão, objectivos e políticas | 71 | 0 | 0 | 6 |
| Apresentação de regulamentos internos e externos | 61 | 0 | 0 | 16 |
| Transacções relevantes c/ entidades relacionadas | 59 | 0 | 6 | 12 |
| Informação sobre outras transacções | 56 | 0 | 6 | 15 |
| Identificação de modelo de governo e órgãos sociais | 71 | 0 | 0 | 6 |
| Discriminação das remunerações dos órgãos sociais | 72 | 0 | 0 | 5 |
| Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental | 50 | 0 | 0 | 27 |
| Avaliação dos Princípios de Bom Governo | 50 | 0 | 0 | 27 |
| Código de Ética | 28 | 2 | 5 | 42 |

- Conforme evidenciado no **Quadro C.7.**, os encargos com os membros do Conselho de Administração do conjunto das 77 empresas fixaram-se em 26,8 M€, sendo de 349 m€ o valor médio desse encargo por empresa.

Quadro C.7.
Órgão de Administração

euros

| Sector | Remuneração | Outras regalias e compensações | Encargos com benefícios sociais |
|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Não Financeiro | 24.237.682 | 3.804.644 | 2.662.211 |
| Financeiro (CGD, PME Invt.) | 2.644.288 | 715.256 | 206.769 |
| Total | 26.881.970 | 4.519.900 | 2.868.980 |
| Valor Médio - S. n/ financeiro | 323.169 | 50.729 | 35.496 |
| Valor Médio Global | 349.116 | 58.700 | 37.259 |

- Quanto ao órgão de fiscalização (**Quadro C.8.**), ascendeu a 19 m€ o valor médio global das remunerações por empresa²⁹, diminuindo para 17 m€ no sector não financeiro.

Quadro C.8.
Órgão de Fiscalização

euros

| Sector | Remuneração |
|--------------------------------|------------------|
| Não Financeiro | 1.336.717 |
| Financeiro (CGD, PME Invt.) | 149.745 |
| Total | 1.486.462 |
| Valor Médio - S. n/ financeiro | 17.823 |
| Valor Médio Global | 19.305 |

²⁹ Considerando, quer as empresas do sector financeiro, quer as do não financeiro.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOIRO E FINANÇAS

Considerações Finais

A RCM n.º 49/2007, que (i) aprovou os PBG das empresas do SEE e (ii) incumbiu o Ministro das Finanças de promover uma avaliação anual global do grau de cumprimento dos princípios aprovados, foi publicada no final de Março, reportando-se, ainda assim o presente Relatório ao exercício de 2007.

Reconhecendo-se que 2007 constituiu um ano de arranque do processo de implementação dos PBG, e que, nesse domínio, assume grande importância o empenho de ambas as partes (Estado e empresas), no sentido de garantir que na fase de transição em curso, própria de uma situação em que passam a ser exigidos procedimentos de excelência no âmbito da governação societária, sejam adoptados com celeridade os procedimentos e as medidas adequadas ao cumprimento rigoroso dos princípios de bom governo fixados, houve a preocupação, no presente Relatório, de efectuar um levantamento dos esforços já desenvolvidos com vista a dar resposta ao desafio de implementação ou melhoramento dos procedimentos de bom governo, relatando, quer (i) os procedimentos encetados pelo accionista com vista à implementação célere do processo, quer (ii) os níveis de resposta já dados pelas empresas no sentido de implementarem essas boas práticas no que respeita, em especial, aos aspectos da transparência e da divulgação de informação.

Não descurando o rigor e exigência que se impõem no processo de adopção e respeito dos PBG, a análise agora efectuada enquadra apenas parcialmente as medidas de boa governação definidas na referenciada RCM, constituindo uma primeira abordagem na âmbito de uma avaliação do cumprimento das medidas de boa governação, que, a partir do próximo ano, passará a ter uma natureza exaustiva.

Devem assim, prosseguir os esforços, tendo em vista contribuir para uma melhor preparação tendente ao cumprimento dos PBG, quer pela tutela financeira, quer pelas tutelas sectoriais, devendo igualmente progredir-se no sentido de generalizar a emissão de orientações de gestão e a fixação de objectivos para o universo das empresas, bem como de promover o acompanhamento regular da respectiva gestão.

Relativamente aos PBG a cumprir por parte das empresas, no que se refere, em especial, aos aspectos da transparência e da divulgação de informação, verifica-se que apenas 21% das mesmas os respeitaram na sua globalidade, que apenas 36% possuem Código de Ética, que 92% identificaram o modelo de governo dos órgãos sociais e que 94% efectuaram a discriminação das remunerações.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

Impõe-se, pois, progredir ainda mais em matéria de divulgação de informação da responsabilidade das empresas.

Pese embora se reconheça que as empresas têm vindo a desenvolver esforços no sentido de se adaptarem às novas regras de boa governação que incidem sobre os aspectos da divulgação de informação, é fundamental que assegurem a continuidade do seu empenho no sentido de adoptarem e cumprirem com rigor, não apenas estes, mas todos os PBG que lhe são dirigidos, a fim de promover a optimização da sua governação e garantir a necessária transparência do seu desempenho.